

LUIS ARTHUR DA COSTA SILVA

Turismo sexual e prostituição: uma reflexão sobre o uso das Políticas de
Comunicação sob a ótica da mulher prostituta

FORTALEZA

2011

LUIS ARTHUR DA COSTA SILVA

Turismo sexual e prostituição: uma reflexão sobre o uso das Políticas de
Comunicação sob a ótica da mulher prostituta

Monografia apresentada ao Curso de
Comunicação Social da Universidade Federal do
Ceará como requisito para a obtenção do grau de
Bacharel em Comunicação Social, habilitação em
Publicidade e Propaganda, sob a orientação da
Profa. Dra. Maria Aparecida de Sousa.

FORTALEZA

2011

LUIS ARTHUR DA COSTA SILVA

Turismo sexual e prostituição: uma reflexão sobre o uso das Políticas de Comunicação sob a ótica da mulher prostituta

Esta monografia foi submetida ao Curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida desde que feita de acordo com as normas da ética científica.

Monografia apresentada à Banca Examinadora

Profa. Dra. Maria Aparecida de Sousa (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará

Profa. Dra. Márcia Vidal Nunes (Membro)
Universidade Federal do Ceará

Profa. Dra. Preciliana Barreto de Morais (Membro)
Universidade de Fortaleza

FORTALEZA

2011

Agradecimentos

Agradeço:

Antes e acima de tudo, a Deus, por me permitir existir e ter me dado plenas condições de crescer moral e espiritualmente ao longo da minha jornada evolutiva;

A Jesus, que se manifestou para mim com sublime beleza em um momento extremamente difícil da minha vida;

Ao meu Anjo Guardião, amigo e conselheiro inseparável e paciente, que nunca me abandonou;

Aos meus pais, Manoel e Lourdes, que me aceitaram como eu sou desde o meu nascimento. E que me propiciaram uma vida na qual transbordaram amor, carinho, amizade, atenção, respeito e dedicação. Além de representarem, para mim, os melhores exemplos que tenho de dignidade, honestidade, persistência, ética e profissionalismo (como ainda tenho a aprender com vocês!);

Aos meus irmãos, Manuely – mulher aguerrida, estudiosa e que me apoiou incondicionalmente em todas as minhas batalhas – e Manoel Jr. – que vi crescer e se tornar um homem correto, batalhador e honrado;

A toda a minha família, pelas inesquecíveis experiências vividas e pelas ainda melhores que virão;

À Profa. Cida de Sousa, minha orientadora, que me despertou o interesse por Políticas de Comunicação. Bem como porque é uma criatura divinamente generosa e doce, que externou seu entusiasmo com essa pesquisa desde quando ainda estava em fase de pré-projeto. E a quem eu já desapontei tantas vezes e, mesmo assim, nunca me destratou, nunca deixou de me mostrar carinho, além de ânimo e confiança de que eu conseguiria chegar até aqui. Minha dívida com a Sra. é para mil encarnações;

A Rosarina Sampaio e às trabalhadoras do sexo que cooperaram com esta investigação;

A Ityara e Ingrid, por nunca me deixarem desistir dos meus sonhos;

Aos meus preciosos amigos, que me ensinaram pelo quê vale a pena lutar nessa vida. Em especial, a: Adolfo, Alana, Andriago, Ari, Brizzi, Bruno Alexander, Bruno do Vale, Carlão, Carol, Charles, Clayton, Danilo, Edianny, Erick, Fátima, Franklin, Filipe, Henrique, Igor, Jana, Jessyca, João Paulo, Jorge, Joyce, Júnior, Lara, Lisa, Lucas, Luciana, Luciano, Luiza, Marcão, Marcella, Marcello, Marceyron, Marcos, Marcos Portela, Milene, Neta, PH, Rafael, Rebeca, Risa, Roberto, Robson, Rodolpho, Rodrigo Goyanna, Rodrigo Leonardo, Thays, Thiago, Silvia, Suy, Yáskara, Zara e tantos outros que fazem a alegria da minha vida;

Ao Frank, com quem aprendi e aprendo constantemente a focar nos meus objetivos profissionais. E que me apresentou seu fascinante Equador. Assim como à sua família, por quem sinto enorme apreço;

Aos brilhantes companheiros da Simulação da Organização das Nações Unidas (SONU);

À Dra. Sabrina, terapeuta e amiga, que vem me ajudando a desatar os nós que eu mesmo amarro no meu destino;

A quem mais, por injusto esquecimento da minha parte, não tenha sido diretamente mencionado aqui, mas para quem sem dúvidas reservo igual gratidão e profundo bem querer.

“Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.”

Art. 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948)

RESUMO

Estudo da inserção da prostituição nas Políticas de Comunicação com enfoque no turismo sexual. Disseca cada um desses três eixos temáticos em capítulos correspondentes, a partir da metodologia utilizada: pesquisa qualitativa, revisão bibliográfica e entrevistas abertas com prostitutas. A prostituição é contextualizada historicamente. Com isso, a pesquisa constata que as trabalhadoras do sexo são estigmatizadas por séculos, segundo registros bibliográficos. Elas já foram classificadas como destruidoras de lares, mal necessário, mulheres de vida fácil, profissionais mais antigas da humanidade, dentre outras depreciações. Analisa, ainda, a ocorrência da prostituição no Estado do Ceará. Reconstitui o engajamento sociopolítico das prostitutas no Brasil e sua organização em movimentos sociais. Explica o surgimento da Associação de Prostitutas do Ceará (APROCE), suas finalidades e linhas de atuação para a consecução daquelas. Trata do turismo sexual e sua relação com outras práticas. Dentre elas: migrações transnacionais e tráfico humano, exploração sexual de crianças e adolescentes, comércio ilegal de entorpecentes e prostituição. Descreve a atividade do turismo sexual no Ceará e como o Poder Público contribuiu para a sua disseminação. Explicita algumas implicações penais para quem visita o país com o desejo de participar de redes de pedofilia e exploração da prostituição. Trabalha o conceito de Políticas de Comunicação. Apresenta sua situação atual no Brasil. Expõe sua autoridade para robustecer nossa democracia, proteger grupos em vulnerabilidade social e favorecer a conquista de direitos. Examina as Políticas de Comunicação que abordam o turismo sexual. Aprofunda essa discussão em torno da imagem da prostituta nessas Políticas. Revela que isso não ocorre porque, anteriormente, a imagem da mulher foi promovida equivocadamente na publicidade oficial brasileira. Pondera que a situação pode e merece ser revertida. Conclui propondo um novo olhar a esse respeito, a partir das próprias trabalhadoras do sexo.

PALAVRAS-CHAVE: Prostituição. Turismo Sexual. Políticas de Comunicação. APROCE.

Lista de Figuras

Figura 1: Capa da revista Playboy portuguesa	61
Figura 2: Sites para turistas sexuais, veiculados pelo Jornal da Globo	63
Figura 3: “Qual produto é oferecido?” (Eliomar de Lima)	63
Figura 4: Trecho de um dos filmes publicitários d Turismo Sustentável e Infância	68
Figura 5: Abanador do Disque 100.....	69
Figura 6: Adesivo do Disque 100	69
Figura 7: Cartaz de 2010 de campanha do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).....	70
Figura 8: Uma das logomarcas do Disque Denúncia Nacional - DDN 100.....	70
Figura 9: Mural da <i>fan page</i> Gol Pela Vida no Facebook.....	71
Figura 10: Perfil da campanha no Orkut	72
Figura 11: Página no Twitter	72
Figura 12: Etapas do plano de atividades de enfrentamento à prostituição infanto-juvenil.....	73
Figura 13: Postal em que mulher sedutora abraça metade da bandeira brasileira e metade da argentina	83
Figura 14: Postal com imagem de mulher envolta por rosas.....	84
Figura 15: Revista Rio, Samba e Carnaval (1973)	85
Figura 16: Outra imagem da Revista Rio, Samba e Carnaval (1982)	86
Figura 17: Revista da Embratur (1987)	86
Figura 18: A conhecida “paixão nacional” dos brasileiros.....	88
Figura 19: Mulheres semi-nuas em um visual paradisíaco.....	88
Figura 20: Outros postais.....	89

SUMÁRIO

RESUMO.....	6
Lista de Figuras	7
Introdução	9
1. Sobre a prostituição.....	12
1.1. Um breve histórico do ofício	12
1.2. A prostituição no Ceará e a criação da APROCE.....	26
2. Turismo sexual: que prática é essa?	32
2.1. Definições e intersecção com outras práticas	32
2.2. Implicações no mercado do prazer alencarino	41
3. Políticas de Comunicação para o turismo no Brasil: turismo sexual, gênero e prostituição.....	49
3.1. Metodologia	49
3.2. Entendendo as Políticas de Comunicação no Brasil	51
3.3. O enfoque sobre a questão do turismo sexual.....	61
3.4. A prostituta nas Políticas de Comunicação para o turismo: antes de tudo, mulher	75
Considerações Finais	97
Referências Bibliográficas	106

Introdução

Há alguns anos, frequentei a disciplina de Políticas de Comunicação no curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará (UFC). O trabalho final proposto pela professora que a ministrava, Dra. Maria Aparecida de Sousa – minha orientadora no corrente estudo –, foi a elaboração, em equipes, de Políticas de Comunicação. Ao meu grupo foi cedida a tarefa de projetar uma Política de Comunicação com enfoque no turismo sexual. Não me recordo bem o modo como minha equipe e eu elucidamos essa temática. Porém, ela me despertou muita atenção.

Até então, meus conhecimentos a seu respeito eram reduzidos ao senso comum. No máximo, às informações que obtinha através das notícias de rádio, televisão e jornais. Encasquetei com o assunto e, certo tempo depois, decidi que seria parte do meu objeto de pesquisa para monografia. Um amigo antropólogo (um dos melhores que já conheci) que estudava gênero e sexualidade sugeriu-me leituras acadêmicas a respeito da prostituição. Coincidentemente, eu cursava disciplinas em outros departamentos, centradas em questões de gênero e sexualidade. Foi assim, grosso modo, que iniciei a “paquerar” também a matéria da prostituição, além do turismo sexual e das próprias Políticas de Comunicação.

No começo, faltava-me um objeto bem definido, uma “pergunta de partida”. Foi no decorrer de outra disciplina – Teoria e Método de Pesquisa em Comunicação I – que intensifiquei minha primeira pesquisa sobre esses três eixos e pude conhecer melhor suas problemáticas e seus desafios. Diante disso, emergiram questionamentos a respeito de cada uma dessas temáticas: que é prostituição? Como ela surgiu e como foi sua evolução ao longo da história e em diferentes lugares? Que se pode entender por turismo sexual? Turismo sexual é o mesmo que exploração sexual infanto-juvenil? De que maneira ele age sobre o meretrício? As trabalhadoras do sexo se enxergam nas Políticas de Comunicação que trabalham a questão do turismo sexual? Se não, gostariam de ser incluídas de alguma forma? E se elas quiserem, que fazer?

Essas dúvidas se configuraram na força motriz do meu raciocínio, a fim de construir um objeto sólido de investigação. Assim, proponho-me a pesquisar que imagem da prostituição as trabalhadoras do sexo vinculadas à Associação de Prostitutas do Ceará (APROCE) gostariam que fosse contemplada por uma Política de Comunicação com foco no turismo sexual. Essa

instituição foi escolhida porque é pioneira na luta pelo reconhecimento de direitos e deveres do Estado para com a mulher prostituta e desta mediante a sociedade. Sua atuação transcorre no sentido de trazer esse segmento para o seio da cidadania e das conquistas democráticas brasileiras. Dito isto, procura despertar nas prostitutas sua consciência política e seu senso crítico. Demandas como a legalização ou não do ofício, prevenção contra DSTs, desmantelamento de redes de tráfico internacional de seres humanos e a eliminação de preconceitos contrários à imagem da mulher que se prostitui fazem parte das discussões e lutas da APROCE.

Após a definição do objeto, transformei suas três temáticas principais – prostituição, turismo sexual e Políticas de Comunicação – em capítulos distintos. Cada capítulo está subdividido em tópicos e, estes, redigidos com esmero, visando a facilitar a leitura e a compreensão deste trabalho.

Percorrendo os próximos capítulos, pode-se verificar que o primeiro é um histórico da prostituição através dos tempos. Nele exploramos seu surgimento, suas eventuais causas e os distintivos usados contra a prostituta em diversas sociedades. Expomos também a ótica do Direito sobre a prostituição em alguns povos, inclusive no Brasil. Falamos ainda acerca do papel que as religiões exerceram historicamente sobre a atividade e sua contribuição para a formação de estigmas em relação às meretrizes. Por fim, recordamos a história da prostituição no Ceará, particularmente em Fortaleza e o nascimento da APROCE como porta-voz das suas representadas na efetivação de direitos e de cidadania.

Mais adiante, no segundo capítulo, tentamos entender o que é o turismo sexual. Com essa finalidade, confrontamos sua existência à de demais práticas que costumam ser atreladas a ele. Dialogamos com vários autores, cujas informações nos permitem notar que relação existe de fato entre turismo sexual e outras práticas, tais como: exploração sexual de crianças e adolescentes, prostituição, tráfico internacional de seres humanos, migrações transnacionais, comercialização de drogas, colonialismos antigos e contemporâneos, desenvolvimento e subdesenvolvimento no sistema capitalista, dentre outras. Trazemos para o debate, além disso, citações que ilustram a ocorrência do turismo sexual em Fortaleza. E, tal qual no primeiro capítulo, buscamos exibir a visão jurídica a respeito dos acontecimentos que giram em torno dessa modalidade turística. Esse segundo capítulo, sem dúvida, age como um aquecimento para a continuação subsequente da pesquisa.

No terceiro e último capítulo, trazemos à baila a discussão que circunda as Políticas de Comunicação no Brasil. Questionamentos e observações são desenvolvidos a fim de esclarecermos a necessidade da democratização dos meios de comunicação em nosso país, quais óbices há para que isso ocorra de fato e de Direito e por quê. Focamos, em seguida, nas Políticas Públicas de Comunicação para o turismo no Brasil, com destaque para as relativas ao turismo sexual. Examinamos os objetivos dessas Políticas e como a imagem da mulher brasileira foi integrada a elas. Da mesma maneira, debatemos isso com prostitutas que se dispuseram a cooperar com nossa pesquisa. E, finalmente, descobrimos o que pensam a esse respeito.

Cada leitor(a) que investir seu tempo a conhecer este trabalho e seus resultados tem o direito de, ao terminar, fazer seu juízo de valor sobre alguns dos aspectos dele, segundo suas convicções pessoais e/ou experiências de vida. Da nossa parte, desejamos oferecer-lhes um texto claro, agradável e de fácil assimilação.

Boa leitura!

1. Sobre a prostituição

1.1. Um breve histórico do ofício

São diversas as tentativas de se remontar a uma origem da prostituição. Há autores que trabalham com a hipótese de essa história se confundir com a dos bordéis. Outros buscam dados mesmo nos tempos mais remotos da humanidade, bem antes até do Cristianismo. Popularmente, difundiu-se a idéia de classificá-la como a profissão “mais antiga da história”, o que é largamente contestado na academia. Inclusive o tratamento dado a ela como um ofício que foi ou deva ser legalmente reconhecido interfere no seu exercício e na aceitação, pela sociedade, das denominações subseqüentes à profissionalização: trabalhadoras ou profissionais do sexo. De acordo com Swain (2004, p. 2),

“Esta proposição – a mais antiga profissão do mundo – cria e reproduz a idéia da existência inexorável da prostituição, ligada à própria existência das mulheres, parte de seu destino biológico; nesta asserção é mantida, no senso comum, a noção da essência maléfica e viciosa das mulheres, que através dos tempos se concretiza na figura da prostituta, o lado sombrio e negativo da representação construída sobre a mulher-mãe na historicidade discursiva ocidental.” (SWAIN, 2004, p. 2)

Fato é que a prostituição suscita, há muito tempo, discussões tanto informais como científicas, sobretudo entre estudiosos de Antropologia, Sociologia, Psicologia, Economia e mesmo Religião e Saúde. O tema de sua profissionalização é recorrente alvo de militâncias e pesquisas, ora favoráveis, ora contrárias, porém ambas sempre levantando questionamentos importantes. A respeito das prostitutas, Gaspar (1985, p. 59) indaga: “Quem são essas mulheres que se relacionam sexualmente com até 40 estranhos por dia? Como é enfim sua sexualidade? Numa palavra, quem são elas?” O economista Luiz Gonzaga de Sousa (2006) também propõe dúvidas:

“(…) o que é prostituição? Será que é somente a mulher vender seu corpo para ganhar a vida? Será que é uma questão moral que os religiosos desinformados pregam com tanta severidade? Será que são débitos do passado, como dizem alguns espíritas, considerando o lado instintivo? Ou será o que finalmente?” (GONZAGA DE SOUSA, 2006) ¹

¹ Nas citações em que constar apenas o ano de publicação entre parênteses, significa que a obra ou o artigo em questão não fora paginado pelo autor.

Evidencia-se, a partir da terceira pergunta, uma abordagem do fenômeno da prostituição nos campos moral, ético e religioso. Esse viés é confirmado ao longo da análise desenvolvida pelo autor acima. Ele não nega a pertinência de pesquisas desenvolvidas por sociólogos e psicólogos, por exemplo, e procura entender a visão espírita dada ao tema. Sugere, então, que, segundo esta,

“A reencarnação e o grau de inferioridade do ser humano é que direcionam o instinto daquele que se encontra ligado ao sexo, cujo início de vida se envereda pela prostituição onde os pais não conhecem a realidade que se encontra dentro de cada um, levando à revolta de todos os familiares. É por isso que a pessoa levada por este caminho, precisa e muito de ajuda para procurar se auto-controlar, na medida do possível, para não se enveredar pela senda da perdição que constitui a prostituição dos tempos modernos, vivendo em um mundo a parte.” (IDEM, IBIDEM)

Evitaremos entrar no mérito da discussão sobre as preferências religiosas de qualquer indivíduo e sua legitimidade de defendê-las em suas publicações. Todavia, compreendemos que julgar a prostituição como um problema de reencarnação ou ausência de autocontrole das pulsões sexuais pode ser um tanto prematuro cientificamente. Principalmente, sem discorrer mais profundamente acerca de sua história no mundo e no Brasil e sobre as diversas maneiras pelas quais vem se manifestando no decorrer dos séculos. Desse modo, não negamos uma possível raiz do fenômeno em meio à religiosidade de povos séculos atrás. Porém, enxergamos nesse detalhe um fator cultural e que merece análise à luz da ciência.

Compartilhamos, assim, a opinião de Rago (2008, p. 14) de que

“(…) considerar a prostituição como “a profissão mais antiga do mundo” é uma postura que mais prejudica do que ajuda, pois favorece a naturalização de um fenômeno que é cultural e histórico e não necessário e insolúvel. (...) Historicizar o acontecimento e problematizar a experiência, por mais dolorosos e difíceis que possam ser, são possivelmente maneiras de se aproximar dessa realidade, enfrentá-la e, quem sabe, encontrar novos elementos para lidar e responder a ela de uma maneira mais eficaz e construtiva.” (RAGO, 2008, p. 14)

Clarkson *et. al.*, (p. 296) em artigo publicado em 1939 no *Jornal da Associação Médica Canadense*, já direcionavam sua opinião nesse sentido, ao defenderem que:

“We commonly speak of prostitution as being the oldest of the professions, but in the light of historical investigation, this is hardly in keeping with the truth. (...) The advancing development of mankind in early times, brought sex attraction into close conjunction with the religious impulse, and upon this bases sprang up a free sexual

life, which along with the social life, has continued to our own day.” (CLARKSON *et. al.*, p. 296)

*[“Comumente falamos da prostituição como a mais antiga das profissões, porém à luz da investigação histórica, isso dificilmente condiz com a verdade. (...) O contínuo desenvolvimento da humanidade nos tempos antigos aproximou a atração sexual de uma combinação com o impulso religioso, e sobre esta base brotou uma vida sexual livre, que paralelamente à vida social, continuou até nossos dias.”]*²

Tom Head (2007), pesquisador norte-americano de liberdades civis, recentemente escreveu que, apesar de discordar do clichê amplamente reproduzido de que o meretrício é a profissão mais antiga da história, é possível admitir sua existência em praticamente cada civilização humana registrada: “We can say with some confidence that wherever there have been money, goods, or services to be bartered, somebody has bartered them for sex” [*“Com alguma certeza”, constatou, “podemos afirmar que onde quer que tenha havido dinheiro, bens, ou serviços a serem negociados, alguém os negociou por sexo”*]³

Construir uma história precisa da prostituição talvez não seja possível, haja vista a vastidão do tempo passado, os relatos não escutados e os documentos eventualmente perdidos que narrassem e/ou debatessem o assunto. Em contrapartida, elementos fundantes e perpetuados dessa prática podem ser conhecidos graças ao trabalho de antropólogos, sociólogos, historiadores, arqueólogos, jornalistas, médicos, psicólogos, religiosos – além das próprias mulheres prostitutas que decidiram contar e publicar sua condição. Esses pesquisadores, enfim, investigaram como a prostituição se processou na intimidade e na(s) sociedade(s), local ou transnacionalmente.

Destarte, a ciência vem buscando averiguar os campos de atuação do meretrício em cada período histórico registrado. Dentre as tentativas com esse intuito, destacamos a divisão da atividade em fases, elaborada por Armando Pereira (*apud* Andrade, I., 2003),

“A prostituição, tanto adulta quanto infanto-juvenil, foi encarada de várias formas ao longo da história. De acordo com Armando Pereira, em seu livro *Prostituição: Uma Visão Global*, a venda dos serviços sexuais passou por um período em que teve caráter sacro, com aspecto místico e tutelar. Num segundo momento, denominado pelo autor de epicuriano, a prostituta assume um papel estético e político. Nessa época, seu trabalho é gerenciado pelo Estado, que cobrava impostos, enriquecendo a elite dominante.

² Tradução nossa.

³ Tradução nossa.

No terceiro período, chamado cristão, a prostituta é considerada "leprosa", em nome da moral e dos bons costumes. Depois dessa época, vem um período de tolerância, quando essas profissionais do sexo são consideradas um mal necessário e submetidas ao controle sanitário mediante força policial. Por fim, surge o período chamado de abolicionista, quando a prostituta é vista como escrava e vítima. Os regulamentos são revogados e a mulher é livre para exercer a atividade.” (PEREIRA *apud* ANDRADE, I., 2003)

Essa visão da prostituição como aceita, em princípio, devido a um aspecto sagrado recebe a discordância de autores como Jaime Brasil (1932, p. 1). O autor associa a atividade aos primórdios do sistema mercantilista, no qual se espalharam pelo mundo várias formas de exploração do ser humano, dentre as quais a do próprio corpo.

“Sempre que alguém discorre sobre a prostituição, remonta às origens dela recordando a prostituição hospitaleira dos caldeus, ou a sagrada da Babilônia. Ora, a prostituição nunca foi “sagrada nem hospitaleira”, porque tem sido sempre infame, como o mercantilismo que a tornou possível.

(...)

A prostituição é a cristalização da promiscuidade com fins mercantilistas.” (BRASIL, 1932, p. 1)

Tratar-se-ia, portanto, de uma atividade recente na história, nascida praticamente em conjunto com o capitalismo. E que seria essa “infâmia”, adjetivação de Brasil para o fenômeno e o sistema econômico que o estimulou? Rago (2008) ajuda a elucidar:

“(...) se a mulher se prostitui puramente por motivos financeiros, comete um “sacrifício”, termo de forte conotação religiosa recorrente na literatura sobre o tema. Se se prostitui para fugir ao casamento e a monotonia da vida doméstica, aparece mais como uma figura rebelde e heróica, capaz de desafiar as imposições morais dos dominantes.” (RAGO, *op. cit.*, p. 24)

Swain, ao interpretar o juízo desfavorável de Stone (1979) à origem religiosa da prostituição, corrobora a visão da prática como uma técnica de vida atrelada ao progresso do capitalismo, defendendo que “(...) a “prostituição sagrada” na antiguidade dos povos orientais é uma interpretação anacrônica, pois insere em valores do presente – o sexo mercantilizado – a análise de um ritual simbólico de renovação da vida (STONE, 1979 *apud* SWAIN, *op. cit.*, p. 2)”.

Concernente ao reconhecimento social e mesmo legal da atividade – salientamos que “reconhecer” e “legalizar” são concepções bastante diferentes, por mais que uma complemente a outra em algumas passagens da história dos direitos civis, tais quais relativas a demandas feministas e lutas dos movimentos de homossexuais. Head (*op. cit.*) recorda que, já no Código de Hamurábi, elaborado aproximadamente em 1700 a.C., eram dispostas medidas tratando de direitos e deveres das mulheres e dos seus parentes. Aqui também são mencionadas questões englobando as prostitutas. Vejamos alguns artigos:

“178º - Se uma mulher consagrada ou uma meretriz, às quais seu pai fez um donativo e lavrou um ato sobre isso, mas no ato não ajuntou que elas poderiam legar o patrimônio a quem quisessem e não lhe deixou livre disposição, se depois o pai morre, os seus irmãos deverão receber o seu campo e horto e na medida da sua quota dar-lhe o trigo, azeite e leite e de modo a contentá-las. Se seus irmãos não lhes dão trigo, azeite e leite na medida de sua quota e a seu contento, dever-se-á confiar o campo e horto a um feitor que lhes agrade e esse feitor deverá mantê-las. O campo, o horto e tudo que deriva de seu pai deverá ser conservado por elas em usufruto enquanto viverem, mas não deverão vender e ceder a nenhum outro. As suas quotas de filhas pertencem a seus irmãos.

(...)

180º - Se um pai não faz um donativo a sua filha núbil ou meretriz e depois morre, ela deverá tomar dos bens paternos uma quota como filha e gozar dela enquanto viver. A sua herança pertence a seus irmãos.

(...)

192º - Se o filho de um dissoluto ou de uma meretriz diz a seu pai adotivo ou a sua mãe adotiva: "tu não és meu pai ou minha mãe", dever-se-á cortar-lhe a língua.

(...)

193º - Se o filho de um dissoluto ou de uma meretriz aspira voltar à casa paterna, se afasta do pai adotivo e da mãe adotiva e volta à sua casa paterna, se lhe deverão arrancar os olhos.” (CÓDIGO DE HAMURABI, 2010)⁴

Inferimos que, segundo o Código, as prostitutas possuíam mais deveres do que direitos e eram legalmente tratadas como pessoas de classe inferior. Elas não tinham sequer a competência de criar os próprios filhos e repassar-lhes bens como herança. Estes, por suas vezes, eram enviados à adoção. A situação era tal que eles seriam fisicamente castigados com

⁴ **Código de Hamurábi.** Disponível em: <http://www.culturabrasil.org/codigodehamurabi.htm>. Acessado em: 4 de setembro de 2010.

a perda da língua ou dos olhos, respectivamente, caso renegassem os novos pais ou retornassem ao lar anterior. Também extraímos que a herança deixada por um pai à sua filha meretriz deveria especificar, além daquilo doado e seu valor, a liberdade ou não de ela transmitir esse bem a quem quisesse. No caso de falecimento do pai sem ele externar esses detalhes, os irmãos da prostituta responsabilizar-se-iam pela administração dos bens herdados e fornecê-la-iam a parte que a aprovesse segundo quinhão saciador de suas necessidades. Descumprindo-se esta norma, cabê-la-ia designar um feitor que a fizesse valer. Retomando Head (*op. cit.*), ele salienta o fato de as meretrizes terem sido, à época do Código, o único segmento de mulheres, além das viúvas, desprovidas de homens que as sustentassem.

Nota-se uma então distinção entre direitos para homens e para mulheres, mormente as trabalhadoras do sexo. Bozon (2004, p. 25) acentua que

“na Antiguidade grega e romana, enquanto a sexualidade lícita para as mulheres livres se limitava à reprodução dentro do casamento, todos os prazeres eram permitidos aos homens livres adultos, desde que não pusessem em risco a sua posição social (...) Um cidadão adulto podia perfeitamente ter relações com um escravo, uma escrava ou um jovem imberbe, assim como outras mulheres além da sua (...)” (BOZON, 2004, p. 25)

Roma, aliás, era assim compreendida pelo contista brasileiro Álvares de Azevedo (2001, p. 21): “Sabei-o. Roma é a cidade do fanatismo e da perdição: na alcova do sacerdote dorme a gosto a amásia, no leito da vendida se pendura o crucifixo lívido. É um requintar e gozo blasfemo, que mescla o sacrilégio à convulsão do amor, o beijo lascivo à embriaguez da crença!” A pouca vivacidade emanada do crucifixo no pescoço da concubina revela-nos outro dado importante do passado da prostituição: o cristianismo foi essencial à moralização dos costumes nas civilizações onde floresceu. A ramificação do meretrício não ficou de fora desse contexto. Na subdivisão da história da prostituição projetada por Pereira (*apud* Andrade, I., *op. cit.*), mencionada anteriormente, apreendemos que, na terceira fase da prostituição, foi mais bem reforçada a idéia de sua imprescindibilidade. Isso porque ela costumava ser encarada como um “mal necessário”, fonte de equilíbrio social. Por mais incrível que possa parecer, foi com o auxílio do caráter cristão na sociedade, sobretudo em sua acepção católica, que a noção de “mal necessário” fortaleceu a ocupação da prostituta.

Aliadas à ordem econômica em ascensão, as severas linhas de conduta propagadas pelo Cristianismo, com ênfase para a Igreja Católica, propiciaram a difusão das “casas de tolerância”, especialmente no mundo Ocidental. Elias (1994, p. 176 e 177) comenta que, por

volta dos séculos XV e XVI, as relações entre crianças e adultos eram bastante distintas das conhecidas a partir do século XIX. O diálogo entre pais e filhos ou entre mestres e alunos diferenciava-se no tocante ao nível de liberdade empregado quando se ia abordar a sexualidade com crianças e jovens. No final do século XIX e início do século XX, a criança era educada para agir segundo determinadas condutas, dentro dos padrões estabelecidos para a infância. Já na passagem da era medieval à modernidade, tal distância era mais estreita e o tema da sexualidade perpassava todas as etapas da vida. Dessa maneira, o conhecimento a respeito da existência de espaços definidos para a prostituição era bastante comum, sendo, inclusive, razão de preocupação dos pais a ação de ali conduzirem seus meninos para realizarem sua iniciação sexual.

“Nos tempos de Erasmo⁵ era considerado como natural que as crianças soubessem da existência dessas casas. Ninguém as escondia. Na melhor das hipóteses, as crianças eram advertidas contra elas.

(...)

Esta diferença se torna ainda mais clara se levarmos em conta a situação, nas cidades medievais, das mulheres que vendiam seus favores. (...) elas tinham um lugar próprio e bem definido na vida pública da cidade medieval. Em algumas cidades, disputavam até corridas em dias de festa. Com frequência eram enviadas para dar as boas-vindas a visitantes ilustres.” (ELIAS, IDEM, IBIDEM)

Dessa experiência transgressora da sexualidade, espalharam-se pelo mundo os bordéis. Com eles, cresce aquilo que Clarkson *et. al.* (*op. cit.*, p. 296) chamam de “development of the system of free love” [*“desenvolvimento do sistema de amor livre”*]. Zanchett (2008) assim os descreve: “Eram luxuosos, acolhedores, dirigidos por madames afáveis e fraternais, muitas delas devoradoras da fortuna dos frequentadores.” Elias (*op. cit.*, p. 177) complementa, explanando brevemente a respeito da condição da mulher prostituta na Idade Média:

“As prostitutas formavam na vida da cidade uma guilda com certos direitos e obrigações, como qualquer outra categoria profissional. E, como qualquer outro grupo profissional, ocasionalmente se defendiam contra a concorrência desleal. Em 1500, por exemplo, certo número delas procurou o prefeito de uma cidade alemã para se queixar de outra casa onde era praticada a profissão para a qual a delas tinha exclusividade legal. O prefeito deu-lhes permissão para entrar nessa casa, onde elas

⁵ Erasmo de Roterdã foi um pensador e crítico de costumes holandês, cuja obra serviu em grande parte como referência para os estudos de Norbert Elias no que concerne às mudanças comportamentais nas civilizações ao longo da história.

quebraram tudo e surraram a madame. Em outra ocasião, arrastaram uma concorrente de sua casa e obrigaram-na a morar na delas.

Em suma, a situação social das prostitutas era semelhante à do carrasco, baixa e desprezada, mas inteiramente pública e não encerrada em sigilo. Esta forma de relação extraconjugal entre homem e mulher não fora ainda removida para “o fundo da cena”. (ELIAS, *op. cit.*, p. 177)

Ainda nos primeiros séculos do cristianismo, Santo Agostinho (*apud* BEAUVOIR 1970, p. 127) afirmou que “as prostitutas e seus similares, por mercenárias vis e imundas que pareçam, são também necessárias e indispensáveis na ordem social”. E justificou: “Suprimi as prostitutas e perturbareis a sociedade com a libertinagem”. Santo Tomás de Aquino completou: “Eliminai as mulheres públicas do seio da sociedade e a devassidão a perturbará com desordens de toda espécie. São as prostitutas, numa cidade, a mesma coisa que uma cloaca num palácio: suprimi a cloaca e o palácio tornar-se-á um lugar sujo e infecto.” (IDEM, *IBIDEM*).

Embora sejam duas visões compostas por uma violência simbólica gravíssima contra, antes de tudo, a mulher, e recheadas de um moralismo já saturado, traduzem o pensamento cristão da época. Essa interpretação da doutrina cristã fomentava certa aceitação em relação ao que acontecia nos guetos, bordéis ou outros ambientes. O que importava era que não se maculasse a honra das famílias das moças virgens, cujo destino incluía um casamento celebrado e vivenciado concomitantemente aos rígidos critérios comportamentais e religiosos vigentes.

É importante atentar que a valorização da virgindade para as esposas antes do casamento contribuiu de veras para haver a evocação dos serviços das prostitutas. Serviços estes cuja finalidade era a de realizar iniciação sexual de meninos e jovens do sexo masculino.

“O cristianismo assumiu a desconfiança dos judeus em relação às mulheres e acrescentou suas próprias repressões, em uma interpretação muito rígida dos costumes dos hebreus. Foi significativo o fato da idealização da castidade ter sido transformada em uma aversão pelo corpo e por uma severa condenação dos atos sexuais.” (ROBERTS, 1998, p. 80 *apud* TRIZOLI; PUGA, 2007, p. 4)

Para Clarkson *et. al.* (*op. cit.*, p. 297) os casamentos por encomenda colaboraram nessa questão. Contudo, a conclusão à qual os autores chegam a esse respeito é menos um olhar sobre as mulheres, como sujeitos que deveriam ser autônomos na sociedade, do que uma

clara defesa da figura masculina, como a norteadora de valores familiares e sociais a serem resguardados por elas.

“Marriage by purchase raised the standard of female chastity and, to some extent, checked the incontinence of men, who, by demanding that their prospective wives should be virgins, indirectly gave rise to the demand that they themselves should refrain from intercourse with unmarried girls, because of the offence to the family.” (CLARKSON, *et. al.*, *op. cit.*, p. 297)

[“O casamento por encomenda elevou o padrão da castidade feminina e, em certo grau, obstaculizou a falta de castidade dos homens, que, devido à exigência de que suas potenciais esposas fossem virgens, indiretamente promoveram o requisito de que eles próprios deveriam evitar relações sexuais com garotas solteiras, pois isso consistiria em ofensa à família.”]

Entretanto, os próprios autores reproduzem uma argumentação repulsiva ao fenômeno da prostituição, conceituando-a como “(...) a real evil, a melancholy and sordid travesty of sincere and natural passional relationship.” [*“(...) um mal real, uma melancólica e sórdida caricatura de uma sincera e natural relação passional.”*]⁶ (IDEM, p. 301).

Permitimo-nos discordar da opinião de que a vida sexual ativa dos indivíduos do sexo masculino também fora comprometida. Bozon aduz:

“Na cristandade medieval e clássica, excluída a busca do prazer na sexualidade lícita, ele só poderia ser experimentado na transgressão: mas, se essa transgressão era amplamente tolerada para os homens, a procura do prazer pelas mulheres permanecia moralmente inaceitável.” (BOZON, *op. cit.*, p. 27)

Therborn reitera:

“Em muitas culturas, por exemplo na Europa e na América Latina urbanas das classes média e alta, as prostitutas frequentemente proporcionavam aos rapazes a primeira experiência sexual. Uma visita a um bordel era um rito de passagem respeitável, para o qual um pai podia convidar seu filho (e pagar por isso) (...)” (THERBORN, 2006, p. 207)

Novamente, contribui Elias:

“Só aos poucos, e mais tarde, é que uma associação mais forte de sexualidade com vergonha e embaraço, e a correspondente restrição ao comportamento, se espraia mais ou menos uniformemente por toda a sociedade. E só quando cresce a distância

⁶ Tradução nossa.

entre adultos e crianças é que o “esclarecimento de questões sexuais” se torna um “problema agudo”.” (ELIAS, *op. cit.*, p. 179)

Retornando a Bozon, vemos que

“No domínio do privado, pouco a pouco, criou-se uma espécie de santuário inviolável, o quarto do casal parental, que se tornou o templo secreto da sexualidade legítima.

(...)

(...) o pudor se apoderou da sexualidade e de todas as suas manifestações, sobre as quais não se podia mais falar com espontaneidade, entre próximos, nas conversas cotidianas e, em particular, entre pais e filhos. O tema passou a ser lembrado apenas através de meias palavras e, imposta a reserva, tornou-se impossível ceder às emoções, quer por atos, quer por palavras. E a educação sexual das crianças passou a ser um “problema”.” (BOZON, *op. cit.*, p. 34 e 35)

Sousa sustenta que esse discurso estendeu-se na academia e nos meios de comunicação durante a modernidade e doravante:

“Durante todo o século XIX e até a década de 1920, surgiu um exército de moralistas que perseguiu a prostituição escrevendo longos tratados, conquistando a opinião do público, fazendo enquetes e apelando para as “famílias de bem” e para a polícia no sentido de intervir em uma campanha para que o mal da prostituição não mais crescesse.” (SOUSA, I. 1998, p. 54)

Ao que Rago acresce:

“(…) o interesse que a prostituição suscitou entre médicos, juristas, criminologistas, literatos e jornalistas, desde meados do século XIX, esteve estreitamente ligado à preocupação com a moralidade pública e, mais especificamente, com a definição dos códigos de conduta da mulher, num momento de intenso crescimento urbano-industrial.

(...)

A prostituição configurou um espaço visível, espetacularizado e quantificável, à medida que se tornava uma profissão reconhecida com a expansão do mercado capitalista, permitindo então que chefes de polícia, médicos, higienistas e juristas constituíssem um universo empírico para suas observações, classificações e análises.” (RAGO, *op. cit.*, p. 21 e 22)

A isso, a pesquisadora denomina de construção masculina da identidade das prostitutas, tendo em vista a maioria dos estudiosos pertencer ao sexo oposto ao delas, o que provocou uma caracterização da sexualidade feminina presente no submundo urbano segundo a apreciação de homens carregando consigo os pré-julgamentos aprendidos na família, na sociedade, na religião e muitas vezes reproduzidos nas universidades. Adams (1931, *apud* DIGGINS, p. 191) alerta: “Quem só conhece as mulheres através do homem, as conhece mal.”

A partir do século XX, incrementaram-se os desafios quanto ao entendimento da prostituição e da teia de intersecções sociais, econômicas, políticas e inclusive afetivas na qual ela está inserida. A expansão capitalista trouxe o advento de uma espécie de economia da cultura da sexualidade. As liberdades democráticas abriram caminho a uma maior autonomia da mulher, refletida no uso de seu próprio corpo como meio de obtenção de recursos financeiros, além de entregá-la, em parte, poder de decisão no que se referia ao seu papel na procriação. Isso se traduziu, sobretudo, com a comercialização cada vez mais usual de métodos contraceptivos. Pais ilustra esse quadro, citando o caso da Lisboa do começo do século XX:

“os aspectos *económicos* que caracterizam e são expressão do desenvolvimento do capitalismo em Portugal, na alvorada do século xx, assumem-se como relevantes ao interferirem no *cultural*. Bastará para tanto analisar, como confirmação desta relevância, o tipo de transformações ocorridas.

Assim, e por inevitáveis exigências de mercado, surge uma maior concorrência entre as prostitutas, cuja consciência de profissionalização cresce progressivamente, ao mesmo tempo que entre elas se dá uma mais rígida estratificação, que será estudada com base em variáveis como: zonas habitacionais e de giro, padrões de comportamento, tipos de clientela e preços. Por outro lado, a composição social das prostitutas clarifica-se, ao mesmo tempo que as relações de nítida exploração capitalista desenvolvidas entre proxenetas e prostitutas se tornam óbvias: a correlação entre o aluguer dos corpos destas últimas com o aluguer das alcovas traduz-se numericamente na necessidade, para algumas prostitutas, de terem mais de sete relações sexuais diárias para fazerem face ao pagamento das rendas.” (PAIS, 1983, p. 940)

No caso brasileiro, a questão da sexualidade tem sido relatada já desde os primeiros escritos sobre a descoberta do país pelos portugueses. Ao reportar ao rei de Portugal, D. Manuel, suas impressões a respeito da melhor forma de se catequizarem os índios e de como

eles lhe pareciam propensos à “salvação”, Pero Vaz de Caminha escreveu: “Assim, Senhor, a inocência desta gente é tal que a de Adão não seria maior – com respeito ao pudor.”⁷ Da Literatura, extraímos o exemplo de “Amar, verbo intransitivo”, obra de Mário de Andrade que aborda com primazia a iniciação sexual de um adolescente pertencente a uma família da burguesia industrial paulista do século XVIII. A conversa se passa no trecho em que a protagonista, Fräulein Elza, contratada para ser “professora de amor” do garoto Carlos pelo pai dele, confessa à mãe do rapaz o real motivo de sua presença naquele lar:

“- Já vejo que o senhor seu marido não lhe disse o que vim fazer aqui.

Dona Laura teve uma tontona, escancarou os olhos parados:

- Não!

(...)

Foram encontrar Sousa Costa na biblioteca. Ele tirou os olhos da carta, ergueu a caneta, vendo elas entrarem.

- O senhor me prometeu contar a sua esposa a razão de minha presença aqui. Lamento profundamente que o não tenha feito, senhor Sousa Costa.

Sousa Costa encafifou, desacochado por se ver colhido em falta. Riscou uma desculpa sem inteligência:

- Queira desculpar, Fräulein. Vivo tão atribulado com os meus negócios! Demais: isto é uma coisa de tão pouca importância!... Laura, Fräulein tem o meu consentimento. Você sabe: hoje esses mocinhos... é tão perigoso! Podem cair nas mãos de alguma exploradora! A cidade... é uma invasão de aventureiras agora! Como nunca teve! COMO NUNCA TEVE, Laura... Depois isso de principiar... é tão perigoso! Você compreende: uma pessoa especial evita muitas coisas. E viciadas! Não é só bebida não! Hoje não tem mulher-da-vida que não seja eterômana, usam morfina... E os moços imitam! Depois as doenças!... Você vive na sua casa, não sabe... É um horror! Em pouco tempo Carlos estava sifilítico e outras coisas horríveis, um perdido! É o que eu te digo, Laura, um perdido! Você compreende... meu dever é salvar o nosso filho... Por isso! Fräulein prepara o rapaz. E evitamos quem sabe? Até um desastre!... UM DESASTRE!” (ANDRADE, M., 1995, p. 76 e 77)

⁷ CAMINHA, Pero Vaz de. **A Carta**. Disponível em: <http://www.cce.ufsc.br/~nupill/literatura/carta.html>. Acessado em: 6 de setembro de 2010.

Focando-nos na prostituição estudada nos séculos XIX e XX, pesquisadores têm se debruçado sobre ela e narrado os resultados de suas investigações em livros e periódicos, científicos ou não, dentre outras publicações. Os trabalhos demonstram, além dos dados factuais obtidos, olhares pertinentes aos costumes, aos valores e ao tempo em que cada um desses estudos foi idealizado e concretizado.

Os movimentos sociais, principalmente relativos aos direitos de segmentos historicamente marginalizados da nossa sociedade – mulheres, homossexuais, negros, populações indígenas, enfim – cooperaram a que não faltassem temas relevantes de pesquisa. O tráfico de mulheres, por exemplo, tornou-se mais visível na contemporaneidade com a proliferação dos meios de comunicação de massa, bem como o desenvolvimento de novas tecnologias que agilizaram as trocas de informações. Isso ocorreu de maneira que chamasse a atenção dos Estados e dos organismos internacionais, igualmente recentes, bem como dos departamentos especializados em investigar e legislar quanto às atribuições da mulher. O propósito seria criar padrões transnacionais de respeito e exercício da cidadania, visando a proteger os indivíduos do sexo feminino contra agressões físicas e abusos morais, muitas vezes “justificados” a partir de tradições/imposições culturais.

Cientistas, jornalistas, políticos e diplomatas empreendem, com maior participação nos países do hemisfério Sul, verdadeira jornada de combate à prostituição, tratando-a somente sob a ótica da exploração sexual de crianças e adolescentes, de ambos os sexos, e de mulheres. Seja nos prostíbulos, nas ruas das grandes cidades, nos litorais famosos e freqüentados por turistas estrangeiros em busca de intercursos sexuais ilícitos, são condenáveis quaisquer formas de violência prejudiciais a esses públicos. Contudo, as trabalhadoras ou profissionais do sexo emergem dessa rede de relações sociais individual ou coletivamente, através de movimentos organizados em associações. Estas trazem ao âmago da sociedade justamente o combate àquilo que se confunde com seu ofício: a exploração sexual. Desse modo, acabam encarando o debate sobre sua função social de prostitutas, ora dentro de uma lógica mercantilista e contemporânea em que o prazer como mercadoria é muito além de um mal necessário, ora no tocante a fazer disso instrumento de luta contra reais violências que atingem o público infante-juvenil e o feminino.

O foco de nossa pesquisa nos permitirá abordar essas questões considerando o papel desempenhado pela Associação de Prostitutas do Ceará (APROCE) no cotidiano de algumas de suas mais de três mil associadas e cuja ex-presidenta, Rosarina Sampaio, atualmente

preside a Federação Nacional das Trabalhadoras do Sexo (FNTS) no Brasil. Antes disso, porém, apresentaremos a evolução da atividade da prostituição no Estado onde se situa essa entidade.

1.2. A prostituição no Ceará e a criação da APROCE

A atividade da prostituição no Estado do Ceará remonta à própria história da região. Durante o período colonial, o casamento nesta outrora província destinava-se, basicamente, à conservação de *status* das famílias fazendeiras. Constituía, assim, um contrato: para os homens da elite, a oportunidade de incremento nos negócios; quanto às mulheres, uma oportunidade de preservarem boa reputação perante a sociedade. No tocante à população de baixa renda, o aspecto econômico do casamento não influenciava tanto sua realização, porém, tal comprometimento dignificava a imagem dos casais menos abastados.

Descortinando-se esse véu de aparências, encontrava-se uma multiplicidade de exercícios da prostituição: ricos proprietários mantendo relações extraconjugais com suas escravas ou intermediando encontros entre elas e outros homens que pudessem pagar por isso, garantindo assim uma margem de lucro para si; maridos alcovitando suas esposas, além de: “Mulheres pobres e negras forras (...) como meio de garantir sua sobrevivência seja como meretrizes profissionais, seja como prostitutas ocasionais” (BRAGA JÚNIOR, 2008). O mesmo autor nos esclarece:

“A prostituição profissional ou ocasional permitiu que diversas mulheres sem posses e marginalizadas (...) pudessem sobreviver sozinhas e assumir a direção de suas vidas em uma sociedade onde o papel da mulher situava-se em uma região obscura (...) Essas e outras mulheres que tomaram a frente no papel de diretoras de seu destino se tornaram uma ameaça, alvo de intensa vigilância da sociedade.” (IDEM, IBIDEM)

A tensão da condenação social sob a qual viviam as prostitutas estendeu-se, alcançando o século XX. No interior e na capital, as meretrizes eram perseguidas por policiais, autoridades, intelectuais e religiosos. Sua ocupação, muitas vezes, era relegada aos espaços mais remotos das cidades, a fim de que, considerada um mal necessário, ao menos fosse exercida longe das vistas das famílias consideradas “de bem”. Tais ambientes, conhecidos como “zonas”, eram as testemunhas assíduas de noites regadas à diversão e bebedeira. Ainda assim, uma estranha discrição foi mantida, inclusive décadas depois, quando um leque de pesquisadores resolveu investigar as diversas facetas do meretrício e, sobretudo, em relação a (antigos) clientes de garotas de programa ou de bordeis. Esses estudiosos sentiram grande dificuldade em extrair as informações necessárias aos seus objetos de estudo.

Na sua análise a respeito do imaginário das prostitutas em torno da manifestação religiosa da Pomba-Gira, Santos e Soares (2007) colheram o depoimento de uma mãe-de-santo descrevendo o cotidiano dessas mulheres “de vida fácil” na Sobral da década de 1950:

“nessa época ce sabe que se uma mulher se prostituía era capaz de ser queimada né, ninguém dava valor né, era como uma pessoa que tivesse uma, era como uma doença contagiosa, as pessoas não andava mais ela né, tinha que ter lá seu lugar certo de viver, so andava na hora, pelo meno quando eu cheguei aqui em Sobral mesmo em Sobral tinha hora certa das mulheres prostituta ir pro mercado, porque se passasse daquela hora a que pisasse no mercado ia presa, era, tinha isso (...) Nesse tempo que aqui, bianqui depois do seu Raimundo pra lá era um cabaré (...) seu Raimundo uma mercearia que tem biani na, no triângulo, no trilho ai (...) daí do seu Raimundo pra lá ate chegar lá, lá, até chegar lá naquele mercadinho da economia isso ai tudo era casa de prostituta (...) era zona, ali era uma zona. Então ali elas, elas moravam, tudim morava ai, mas tinha a hora de ir pra rua, ninguém se misturava com as família não (...) acho que talvez mais rigoroso tenha sido muito mais antes né?” (GRANDE, 2007, *apud* SANTOS; SIMÕES, 2007, p. 4)

A respeito da “zona” de concentração das trabalhadoras do sexo em Tianguá também nos anos 1950, relata-nos Monteiro:

“Muitas mulheres também se apresentaram nesse espaço, como Madame Maria Eva. Na década de 1950, já era possível notar a existência de pequenos bares que improvisavam quartos propícios para clientes e meretrizes deleitarem-se nas práticas sexuais que se ensaiavam como sendo as primeiras formas de prostituição em Tianguá na condição de “zona”.

Para atrair os homens, as mulheres se apropriavam das ruas, saindo das casas que se constituíam em bares, com expressão de sensualidade, olhares libidinosos e obscenidades. Na interpretação de Da Matta, essas extensões “[...] unificam o mundo por meio de uma visão onde a rua e casa tornaram-se espaços contíguos, reunidos por uma convivência temporária [...]”, assim eram os contatos entre clientes e meretrizes que aconteciam pelas ruas, onde a efemeridade ditava o ritmo da vida na cancela e dos encontros amorosos.” (MONTEIRO, 2005, p.4)

Na capital e no interior, a prostituição permanecia encarada como um malefício à sociedade cearense, cujo rearranjo econômico sofrido nas primeiras décadas do século XX e a emergência de uma classe média arraigada por valores bastante tradicionalistas, fomentou o repúdio espacial e moral à prática do meretrício. Em Fortaleza, tal comportamento era bem mais perceptível, haja vista, no chamado progresso ansiado por parte da população, não haver espaço para quaisquer condutas que o confrontassem.

“Entre o final do século XIX e primeiras décadas do século XX, a capital cearense é remodelada na intenção de afastar e esconder a miséria da sua sociedade. Trata-se, afinal, de uma onda reformadora que atinge várias capitais brasileiras, representando, antes de tudo, uma busca de sintonia com a civilização e o progresso.

(...)

Nesse contexto de preocupação com a moralidade pública, as campanhas de combate à prostituição desenvolvem-se com o objetivo de defender a decência pública por intermédio, principalmente, da denúncia de locais de prostituição e da exigência de uma tomada de decisão dos poderes públicos contra a presença das meretrizes próxima às famílias, nas ruas e praças.” (SOUSA, I. *op. cit.* p. 56 e 57)

Em diversos bairros da cidade, a atividade da prostituição pôde ser constatada e, à época, devidamente combatida ou, no mínimo, encoberta. A imprensa cumpria o papel de alertar a população contra essa prática danosa à preservação da decência em nossa sociedade e de clamar pela retirada das prostitutas das áreas mais elegantes e freqüentadas pelas “boas famílias” e pela intelectualidade. Não somente a prostituição de rua se expandia, como também os locais destinados ao encontro entre clientes e mulheres prostituídas. No próprio Centro da cidade, verificava-se a existência de tais ambientes.

“Um desses pontos de encontro localizava-se na Praça do Ferreira, outros em pensões denominadas, à época, “pensões galantes”, situadas nas vizinhanças da antiga Assembléia Provincial, do Palácio do Governo e da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, na Praça General Tibúrcio, mais conhecida por Praça dos Leões.” (IDEM, IBIDEM)

A segregação entre a mulher dona-de-casa, pudica, conformada e seguidora das predisposições sociais para com a figura feminina, e a mulher prostituta, de “mal necessário” a “destruidora de lares”, é uma justificativa interessante aos verdadeiros motivos que conduziram a uma certa cruzada contra o comércio do prazer. O processo de constituição das “zonas” destinava-se não somente a empurrar a prostituição para as periferias dos municípios cearenses, como também a mendicância, a pobreza e a miséria. Estimulava-se, assim, uma categorização social repleta de preconceito dentro de um modelo de desenvolvimento socioeconômico, no mínimo, omissivo quanto à inclusão de grupos ou de comunidades já historicamente marginalizadas. Na capital alencarina, alguns estudos apontam como exemplo precioso desse fenômeno a ocupação da região em torno do Farol do Mucuripe. A área, outrora habitada por comunidades de pescadores, modernizou-se a partir da instalação de seu porto, atraindo, inicialmente, famílias de baixa renda e, posteriormente, a classe média e

setores ligados ao turismo. Nesse contexto, houve também um avanço do meretrício no lugar ainda na metade do século XX:

“Na zona portuária, no Mucuripe, começava a surgir a prostituição e, por isso. Em 1952, 600 mulheres foram ameaçadas de despejo pela Secretaria de Polícia, Pois algumas famílias exigiram a transferência dos prostíbulo para outros lugares. Os botequins e a prostituição eram os acusados ‘da degradação em larga escala’ no Mucuripe que se expandia.” (JUCÁ, 2000, p. 105 *apud* RAMOS, 2003, p. 57)

Pinho apresenta-nos dados um pouco distintos, porém que não alteram significativamente o modelo de ocupação e de desenvolvimento do bairro do Mucuripe:

“(…) A zona de prostituição no Farol do Mucuripe foi formada na gestão municipal do General Cordeiro Neto (1959-63). O espaço ao redor do Farol, então inabitado, recebeu mulheres que moravam na linha da praia, onde hoje é situada a avenida Beira-Mar. Para a construção da avenida, o governo ofereceu casas a parte da população que perderia o seu lugar. Saneamento, eletrificação e água encanada foram promessas feitas às famílias, a serem cumpridas depois.” (PINHO, 2006, p. 113)

A prostituição, longe de haver sido erradicada, expandiu-se como ofício até hodiernamente, marcada por perseguições, mas também por adaptações. O próprio tratamento recebido do poder público da polícia fomentou a organização das trabalhadoras do sexo, assim como de travestis e homossexuais. Surgem, então, as em associações cuja finalidade era exigir das autoridades e da sociedade um novo olhar acerca dos tabus que envolvem qualquer fenômeno relativo à sexualidade. No Brasil, em 1987, foi realizado o primeiro Encontro Nacional de Prostitutas, com representantes de oito capitais brasileiras:

“O eixo temático do Encontro foi a criação de associações da classe que efetivamente representassem as profissionais do sexo e a definição de estratégias conjuntas de maior eficiência para combater a violência policial. Como consequência das discussões, o principal compromisso assumido no fórum foi o de iniciar a legalização de associações em diferentes estados, de forma a garantir não só o reconhecimento público da profissão, mas também a cidadania das profissionais do sexo.” (ASSOCIAÇÕES DE CLASSE, 2010)⁸

A partir de então, foram sendo fundadas entidades de classe representando as profissionais do sexo em vários estados brasileiros, dentre os quais o Ceará, através da

⁸ **Associações de Classe.** Disponível em: <http://www.aids.gov.br/c-geral/ong/item08.htm>. Acessado em: 12 de setembro de 2010.

Associação de Prostitutas do Ceará (APROCE), objeto deste estudo. Dentre as lutas encampadas por essas instituições, constam o combate à discriminação e à violência contra a mulher, o esclarecimento sobre a prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) e o debate em torno da regulamentação da profissão de trabalhadora do sexo.

“Além dessa atuação externa, as associações de profissionais do sexo também possibilitam às filiadas uma perspectiva diferenciada de vida, uma vez que facilitam as possibilidades de renda alternativa, propiciando cursos específicos para a inserção das profissionais do sexo no mercado de trabalho paralelo ao que atuam. Com isto, as oportunidades de sobrevivência deixam de estar exclusivamente vinculadas ao tempo, relativamente curto, permitido ao exercício do sexo como profissão.”⁹

A APROCE foi criada em 1990, desdobramento de uma série de reivindicações por parte de prostitutas, ex-prostitutas e intelectuais com vistas a obterem mais atenção dos governos e da população quanto aos motivos que levavam as duas primeiras a exercerem a atividade prostituinte. Outro foco eram as dificuldades enfrentadas no mercado do prazer, independentemente da escolha em ou da necessidade de se auto prostituir.

“A necessidade da prevenção veio somar-se à demanda por melhores condições de trabalho e de vida dos trabalhadores e trabalhadoras do sexo. Reunidas em assembléia, ex-prostitutas, prostitutas, estudiosos, mulheres e homens formalizaram o desejo e o processo de organização da classe com a fundação da Associação das Prostitutas do Ceará, em 13 de novembro de 1990. “Tava na hora de prostituta deixar de ser marginal, deixar de ser tratada como drogada, e ser cidadã”, disse a atual presidente da Aproce, Rosarina Sampaio, sobre o momento inicial de organização dos trabalhadores e trabalhadoras do sexo no Ceará.” (A APROCE, 2006)¹⁰

A Associação existe até os dias atuais. Hoje é constituída por sua presidente e 12 educadoras sociais (ES), prostitutas e ex-prostitutas, contando com 3.200 associadas em 35 municípios do Estado do Ceará. Exerce diversas atividades educativas com as trabalhadoras do sexo, além de campanhas constantes voltadas à sociedade de esclarecimentos sobre DSTs – normalmente, em apoio aos ou incentivada pelos poderes executivos municipal, estadual ou federal – e de repúdio e combate à exploração sexual infanto-juvenil e ao tráfico de mulheres. Este assunto, por sua vez, será discutido no capítulo seguinte, dentro de uma proposta mais ampla, qual seja: compreender o turismo sexual, sua capilaridade – que o interliga a outras

⁹ Idem.

¹⁰ A Aproce. Disponível em: <http://aproce.blogspot.com/2006/12/aproce.html>. Acessado em: 12 de setembro de 2010.

práticas sociais – e como esse fenômeno interfere no exercício da profissão das trabalhadoras do sexo.

2. Turismo sexual: que prática é essa?

2.1. Definições e intersecção com outras práticas

Não é fácil buscar uma definição para “turismo sexual”. O tema é bastante controverso, repleto de nuances que não podem ser olvidadas e todas se entrelaçam constituindo uma engrenagem bastante complexa. Basta que se leia rapidamente qualquer texto abordando o assunto para se encontrar, com a mesma velocidade, sua associação a fenômenos como exploração sexual comercial de crianças e adolescentes (a qual pode ser simplesmente abreviada por ESCCA), abuso sexual, prostituição, tráfico internacional de seres humanos e consumo de drogas. Muitas vezes, como veremos a seguir, turismo sexual é tratado praticamente como sinônimo de ESCCA, por exemplo, tamanha a conexão entre ambas as práticas.

Por turismo, podemos entender como sendo deslocamentos realizados por indivíduos que, intermediados por agências especializadas ou de maneira independente, viajam de suas residências para outras estadias com fins de lazer e/ou negócios. Para pesquisadores, ele se configura também em um dos objetos investigados no campo das Ciências Sociais (BARRETTO *in*: BEM, 2005, p. 2). A atividade turística desenvolve-se a partir de diversas frentes e é fomentada por governos, redes hoteleiras, agências de turismo e pelos próprios viajantes. A isso, somam-se as modalidades de turismo, que podem caracterizá-lo como ecológico, de aventuras, rural, urbano, litorâneo ou nas montanhas e o famigerado turismo sexual, dentre outras. Este último, por sua vez, possui tantas definições quanto críticos, sobretudo em função de estar intimamente ligado ao mercado do sexo envolvendo crianças e adolescentes. Além disso, relaciona-se com a promoção da “mulher tipo exportação”, isto é, cujas imagem e libido são trabalhadas visando a negociações com clientes estrangeiros que buscam vivenciar suas fantasias sexuais em terras consideradas tropicais e exóticas. Como poderíamos, então, conceituar turismo sexual? Existem várias tentativas. Vejamos algumas:

“(…) turismo sexual significa a exploração de meninos e meninas, adolescentes e jovens por visitantes, em geral, procedentes de países desenvolvidos ou mesmo turistas do próprio país, envolvente à cumplicidade por ação direta ou omissão das agências de viagem e guias turísticos, hotéis, restaurantes e outros. Assim, o país é vendido principalmente através do carnaval e suas praias ensolaradas, com suas

mulheres semi-nuas.” (AMORIM DE OLIVEIRA, 2000 *apud* GÓES; OLIVEIRA, 2009, p.1)

Já conforme Branco (2010),

“O turismo sexual geralmente se estrutura em duas modalidades. A primeira são os chamados pacotes, vendidos por agências de turismo no Brasil e no exterior. Elas oferecem ao cliente a possibilidade de escolher previamente a menina ou adulta desejada, por meio de vídeo ou foto. Tem sido cada vez mais freqüente o turista sexual escolher tudo via Internet, nesses casos. O catálogo de garotas em papel vem perdendo espaço.

(...)

A segunda modalidade existente de turismo sexual é aquela em que o interessado viaja por conta própria. Ele chega ao Brasil por intermédio de qualquer agência de viagem, em vôo fretado ou comercial. Neste esquema, as mulheres se oferecem para o turista nas ruas e freqüentemente entram em cena os facilitadores – taxistas, donos de barracas e vendedores que funcionam como intermediários, procurando meninas e mulheres caso o turista solicite. Como ganham dinheiro para fazer esse tipo de serviço – muitas vezes, um percentual do que levam as garotas – cometem crime, e podem ser enquadrados por exploração sexual.” (BRANCO, 2010)

De fato, os elementos mencionados acima se inserem na indústria do sexo. Em contrapartida ao que defendem alguns autores, ela não se limita à exploração sexual do público infanto-juvenil, ainda que a conexão entre ambas seja clara e direta. É uma colcha costurada com retalhos dos mais distintos matizes e texturas, a maioria desagradável aos olhos e às percepções da nossa sociedade. Partamos para uma abordagem mais ampla e mais atual do conceito de turismo sexual, fornecida por Silva, T. A. e Ávila (2010, p. 187):

“(...) o turismo sexual tem suas raízes no sistema capitalista, que baseado na lógica do lucro e do consumo, tem colaborado para a promoção da desigualdade, e que através de políticas neoliberais excludentes, provocam a exploração de camadas mais vulneráveis da sociedade em benefício do capital, principalmente nos países de economias periféricas.” (SILVA, T. A.; ÁVILA, 2010, p. 187)

Os autores tocam, aqui, em pontos fundamentais da comercialização do prazer. É verdade que esse mercado deriva de uma lógica de consumo promotora de discrepâncias sociais graves e com ela contribui. Segmentos populacionais desfavorecidos nesse processo – crianças, adolescentes, mulheres e transgêneros, todos principalmente provenientes de comunidades de baixa renda – recorrem freqüentemente à auto prostituição ou ao seu

exercício mediado por terceiros. A demanda pelos serviços sexuais oferecidos por cada um desses grupos é elevada, o que denota que não existe um único tipo de manifestação da prostituição.

“Mientras la mayoría de los trabajadores sexuales es femenina, cada vez los que estamos en los ambientes conocemos más hombres, transexuales y transgénéricos. Sus servicios pueden tener un carácter homosexual, heterosexual o alguna posición intermedia. Los servicios sexuales son demandados también por las mujeres y personas trans, y no sólo por los hombres; también son demandados por trabajadores sexuales. En una industria que se caracteriza por sus ambigüedades, es conveniente no perpetuar el supuesto clásico de mujer-sexoservidora/hombre-cliente” (AUGUSTÍN, 2005, p. 110)

[“Ao passo que a maioria dos trabalhadores sexuais é do sexo feminino, cada vez nós que estamos nos ambientes conhecemos mais homens, transexuais e transgêneros. Seus serviços podem possuir um caráter homossexual, heterossexual ou alguma posição intermediária. Os serviços sexuais são demandados também pelas mulheres e por indivíduos trans, e não somente pelos homens; também são solicitados por profissionais do sexo. Em uma indústria que se caracteriza por suas ambigüidades, é conveniente não perpetuar o presumido clássico de mulher-sexo servidora/homem-cliente”]¹¹

Tais sujeitos agem dessa forma, ora na luta quase que instintiva pela sobrevivência, ora focados na ascensão social que tal atividade pode provocar. Em se tratando de ESCA, não são raros os casos de meninos e meninas com problemas domésticos, às vezes já tendo sido vítimas de abusos sexuais no próprio lar, que fogem de casa e permitem que sua sexualidade seja explorada comercialmente a fim de obterem recursos financeiros para se alimentarem ou consumirem drogas. De tal maneira, a ESCA pode ser compreendida como

“(…) uma relação de mercantilização (exploração/dominação) e abuso (poder) do corpo de crianças e adolescentes (oferta) por exploradores sexuais (mercadores), organizados em redes de comercialização local e global (mercado), ou por pais, ou responsáveis, e por consumidores de serviços sexuais pagos (demanda).” (LEAL, 2003 *apud* BELLENZANI; MALFITANO, 2006, p. 116)

Bellenzani e Malfitano (IDEM, p. 119) exemplificam o argumento acima fornecendo-nos informações a respeito das circunstâncias de vulnerabilidades sociais às quais nossas crianças e nossos adolescentes de rua são expostos e que os conduzem a se tornarem oferta sexual fácil e barata para nativos e estrangeiros:

¹¹ Tradução nossa.

“(...) vínculos rompidos ou esgarçados com a família, migração das regiões periféricas (carentes de equipamentos sociais) para as ruas da região central da cidade, evasões escolares, práticas de atos infracionais, uso abusivo de substâncias psicoativas (com preponderância do *crack*), dentre outros. Observou-se um progressivo processo de exclusão e ausência dos direitos básicos, de modo que se envolver com a prática da prostituição nas ruas centrais parecia ser um meio de aquisição de recursos financeiros, ou outros bens, como: droga, um espaço para pernoite, alimentação; pode caracterizar também uma forma de atuação como sujeito social, ocupando o cenário disponível.” (BELLENZANI; MALFITANO, IDEM, p. 116)

A esse quadro, que Silva, T. A. e Ávila (*op. cit.*, p. 189) denominam “turismo sexual infanto-juvenil”, é essencial salientar que

“Crianças e adolescentes que crescem sem perspectivas em meio a um cenário social caótico, onde a miséria, o alcoolismo, as agressões físicas e o abuso sexual são problemas freqüentes. Crianças e adolescentes são facilmente aliciadas Por redes criminosas para a realização de práticas ilícitas, sendo uma delas o sexo com turistas.

Apesar de o problema ser mais freqüente entre as camadas mais pobres da população, há indícios que jovens das classes sociais mais favorecidas buscam no turismo sexual a possibilidade de ascensão social e dinheiro para o consumo de drogas.” (SILVA, T. A.; ÁVILA, *op. cit.*, p. 189)

Diante dessa situação de fragilidade física e moral de determinada porção de crianças e adolescentes, surgem as condições favoráveis à ação de adultos que com elas buscam se relacionar sexualmente, ou que esperam obter lucros através da atuação delas no ramo do prazer. Embora a ESCA agregue a ação de pedófilos e, destarte, seja, outrossim, uma exploração sexual da pedofilia, há outros fatores que encorajam esse hábito.

“Os homens que se relacionam com crianças em um contexto comercial podem cometer este ato pelas mais variadas razões, desde financeiras até culturais, por exemplo, acreditar que o desejo sexual masculino é incontrolável pode facilitar a procura por serviços sexuais, sejam eles fornecidos por crianças ou adultos. Além disso, muitos que são clientes da ESCA podem acreditar que a relação entre eles e as crianças e adolescentes é meramente comercial, e que a criança com a qual se relacionam possui um status menor do que as crianças que não se envolvem com esse tipo de atividade.” (CERQUEIRA-SANTOS *et. al.*, 2008, p. 448)

Vale ressaltar que, independentemente disso,

“O Código de Ética Mundial para o Turismo, da Organização Mundial de Turismo (OMT), condena em seu Artigo 2 a exploração dos seres humanos sob todas as suas formas, principalmente sexual e especialmente no caso de crianças. Segundo o documento, esse tipo de prática “vai contra os objetivos fundamentais do turismo e constitui sua própria negação” e, portanto, deve ser “rigorosamente combatida”, com a colaboração “quer dos países visitados, quer dos países de origem dos atores desses atos”.

A OMT e os órgãos públicos dos países – incluindo o Ministério do Turismo, no Brasil – preferem não usar o termo “turismo sexual”, pois entendem que ele equipara a prática às demais modalidades de turismo, consideradas legítimas e desejáveis – turismo cultural, turismo de negócios, turismo rural, turismo de aventura. A definição mais utilizada pelas instâncias públicas para se referir a esse tipo de atividade é “exploração sexual por meio do turismo.” (BRANCO, *op. cit.*)

A respeito das práticas consideradas ilícitas, no caso do nosso país, dentro da perspectiva do turismo sexual, Silva, T. A. e Ávila (2010, p. 188) elucidam:

“No campo legal-jurídico brasileiro, de forma diferenciada, o turismo sexual é definido como violação por estrangeiros das leis brasileiras que regulam o comportamento sexual, mais precisamente, as leis contra a pornografia, sedução, estupro, corrupção de menores, atentado ao pudor e tráfico de mulheres.

(...)

É importante salientar que a simples contratação de uma prostituta maior de idade no Brasil não é considerada, por si só, em crime.” (SILVA, T. A.; ÁVILA, *op. cit.*, p. 188)

Nessa vertente, os governos dos países em desenvolvimento são responsáveis indiscutíveis do bem-estar de sua população, mormente as camadas mais propensas a sofrer quaisquer tipos de abusos. As gestões dessas nações mais afetadas pelo turismo predatório, aliás, não se furtaram a, pessimamente, cumprir seu papel de incitadores, no exterior, dessa categoria turística deplorável em seus próprios países, através da promoção destes como ambientes de liberdade sexual desenfreada aliada a eventos e passatempos de baixo custo, tendo em vista suas moedas desvalorizadas frente ao dólar e ao euro, dentre outras. Mais uma vez intercalando nossas ponderações com dados concernentes à dinâmica do turismo sexual no Brasil, temos que

“(…) A propaganda utilizada pela Embratur nos anos 70 e 80, enaltecia (...) também a sexualidade da mulher brasileira (...) a participação da mulata e negra brasileira era

presença certa, sempre vestindo trajes sumários, a transmissão via satélite dos desfiles de carnaval, onde as mulatas eram os principais focos de atenção, a transmissão pela televisão dos tradicionais bailes de carnaval do Rio de Janeiro, onde a pouca roupa das mulheres saltava os olhos ou então do mais famoso e exótico baile, realizado pela casa de espetáculos Scala, o “Gala Gay”, onde mulheres, travestis e homens se misturavam, imagens essas que seguiam para todo mundo divulgando a promiscuidade do povo brasileiro” (FEIJÓ, 2009, p. 1)

Atitudes assim, no Brasil e em outros países, propiciaram o surgimento de uma verdadeira indústria do prazer, a qual abrange diversos tipos de agentes, desde as pessoas que atuam no âmbito da prostituição até turistas sexuais e seus colaboradores nos locais de destino. Tratando-se desses agentes, esclarece-nos Dias Filho (1996, p. 53) como se comportavam os que ele identificou em sua pesquisa referente ao turismo sexual e em como ele se projetou na cidade de Salvador (BA):

“(…) existem também as (*sic*) agentes, que chamaremos aqui de “diretos” e “indiretos”. São eles que fazem funcionar o comércio do corpo feminino entre turistas e baianas ao facilitar o contato entre “gringos” e garotas de programa ou mulheres que de forma avulsa, se aventuram ao sair da periferia, do subúrbio e outros bolsões de pobreza da cidade, para encontrar um “marido” que poderia levá-las para fora do país. Denominaremos também os agentes indiretos de agenciadores. Eles seriam: porteiros de prédios e hotéis, taxistas, guias turísticos, agentes de viagem, donos de bares, restaurantes, night clubs e casas de massagem, além de cafetões e cafetinas, a maioria com contatos no exterior. Muitos deles são, também, estrangeiros. As mulheres seriam os agentes diretos.

(…) elas são pobres, têm entre 18 e 28 anos, algumas trabalham durante o dia como empregadas domésticas ou diaristas, residem em regiões de baixa renda em Salvador ou em agências - apartamentos alugados por agenciadores em bairros de classe média e lugares mais sofisticados. Muitas vêm do interior do estado ou de outras regiões pobres do Brasil..” (DIAS FILHO, 1996, p. 53)

Uma visão colonialista por parte dos países emissores de turistas, majoritariamente países do Norte, e dos países receptores, muitos dos quais ex-colônias dos anteriores, corrobora a expansão do turismo sexual para além das fronteiras das redes de pedofilia que operam mundialmente. Essa visão se evidencia no processo de globalização atravessado pela humanidade, por meio do qual grupos já marginalizados pelo sistema capitalista – destacando-se mulheres e habitantes de nações periféricas de uma maneira geral – aprofundaram sua fixação na base da pirâmide de poder da nova geopolítica mundial. Não foi

difícil difundir-se, entre as populações socioeconomicamente menos favorecidas, o imaginário de que residiam em lugares pouco atraentes em termos de oportunidades de emprego, mobilidade social e sem uma mínima estrutura digna de sobrevivência. Regiões, enfim, consideradas horríveis sob diversos aspectos pelos que as ocupam.

O colonialismo tem reflexos também na vida sexual, nos desejos, nos fetiches de ambos os lados desse jogo – turista sexual e objeto de consumo – cujo tabuleiro possui arestas aparentemente bem delimitadas, porém as peças sobre ele movem-se segundo a conveniência de cada jogador. A mulher brasileira, por exemplo, é vista fora do país como de uma beleza única, exótica, e essa característica é fundamental para distingui-la dos padrões de feminilidade europeu ou norte-americano.

“Alegria, sensualidade, juventude, afetividade, submissão, docilidade, enorme disposição para o sexo e uma certa passividade caracterizam as ‘morenas brasileiras’, delineando uma feminilidade particular e intrigante. Nela se entrelaçam aspectos considerados como ‘tradicionais’ da sexualidade feminina em muitas culturas ocidentais – passividade, submissão, receptividade – e atributos recorrentemente associados à figura da ‘mulata’ no Brasil – pensada como passional, sensual, voluptuosa, até imoral, mas também ingênua e amorosa.” (PISCITELLI, 1996 *apud* SANTOS, 2008)

Em entrevista concedida à revista eletrônica ComCiência, reproduzida pela Agência de Informação Frei Tito para América Latina (ADITAL), Guimarães (*in*: ADITAL, 2008) analisa a representação feminina brasileira na nossa literatura e como isso também deu sua colaboração para a construção da imagem da brasileira permeada com sensualidade, o que atira mais ainda os turistas curiosos e ávidos por desbravarem a sexualidade em terras tropicais:

“Essa imagem da mulher negra, fortemente associada a uma função sexual, continua presente hoje e apresenta como alvo central os corpos das mulheres, representados como objetos de desejo, transformados em símbolo nacional. Na realidade do turismo sexual, apesar da preferência evidente pela mulher negra, trata-se da mulher brasileira, seja ela branca ou negra. (...) Por outro lado, também não considero que o turismo sexual envolva exclusivamente mulheres oriundas de famílias de baixa renda, porque existem muitas mulheres e garotas que sonham namorar estrangeiros, esperando encontrar o “príncipe encantado”, aquele que transformará a sua vida, tornando-a “feliz para sempre, em um país “civilizado.” (GUIMARÃES *in*: ADITAL, 2008)

A mulher que cresceu nos países desenvolvidos possui uma educação diferenciada das brasileiras: costuma focar-se no trabalho fora de casa e os cuidados com o corpo, bem como a atenção aos anseios dos maridos, tornam-se secundários para elas. Engravidar, nesse sentido, representa-lhes um empecilho à ascensão profissional e, portanto, evitam-no ao máximo. Isso atrai os homens da Europa e da América do Norte para o Brasil, principalmente os de classe média baixa em seus países de origem. Esse dado é interessante porque demonstra que o sucesso profissional dos indivíduos do sexo masculino em nações consideradas menos machistas ainda é bastante considerado pelas mulheres quando procuram com quem se relacionar. Já no nosso caso,

“Os homens que se relacionam com essas brasileiras parecem adquirir um plus de valorização, por sua capacidade de obterem mulheres jovens que corporificam uma imensa sensualidade, dispostas a assumir praticamente a totalidade dos trabalhos domésticos e a engravidar, mesmo em um contexto não necessariamente favorável, longe de suas famílias e sem o apoio de serviços domésticos pagos. Essa valorização parece tingir, também, a autopercepção dessas brasileiras.” (PISCITELLI, 2007, p. 734)

Migrar nem sempre implica uma atitude regulada pelos parâmetros legais. Não se deve confundir-la com imigrar. Muito pelo contrário, atualmente grande número de latinos, africanos, asiáticos e pessoas do Leste Europeu conseguem entrar em países desenvolvidos tanto do Ocidente como do Oriente de maneira clandestina e, portanto, ilegal. A ausência de equipamentos sociais básicos nas áreas de onde são provenientes leva uma considerável quantidade de indivíduos a vislumbrarem, no exterior, a possibilidade de integração à sociedade de consumo e a um modelo de civilização por eles enxergado como socialmente justo e inclusivo. Também é salutar explicitar que, por conta disso, as migrações internacionais partem, em boa parte dos casos, de escolhas feitas pelos próprios indivíduos. Logo, dentre estes, a auto prostituição igualmente deriva de uma opção pessoal, em virtude de ser o único instrumento de ascensão socioeconômica encontrado por eles. Com níveis de escolaridade relativamente baixos, falta de oportunidades empregatícias e, menos ainda, de perspectivas dentro desse escopo, eles realmente não parecem dispor de alternativas.

“As brasileiras que migram a partir dos contextos mais diversos com o objetivo de inserir-se na indústria do sexo na Itália acionam redes integradas por amigas, conhecidas e também procuram, ou são procuradas, por agenciadores ou empresários. Algumas contraem dívidas. O trabalho, de acordo com os “esquemas”

nos quais se inserem, pode envolver maior ou menor grau de exploração.” (IDEM, IBIDEM)

Assim, mulheres jovens acima da maioridade e outras já adultas igualmente servem de mercadorias sexuais, seja por opção própria, cientes dos perigos que correm, seja nutrindo sonhos e ilusões de casamentos com “gringos” e, várias vezes, deixando-se aliciar por quadrilhas de traficantes de seres humanos, sempre dispostas a lucrar atraindo esse tipo de indivíduo para suas armadilhas. Nos dois casos, um ponto em comum é o fato de as mulheres serem movidas por uma forte expectativa de melhores condições de vida. Esse detalhe está intrinsecamente ligado à problemática das migrações transnacionais.

No caso das profissionais do sexo vinculadas à APROCE, podemos indagar qual a relação delas com a clientela estrangeira e se alimentam expectativas de saírem do comércio de sexo e de prazer pela via oferecida por eles quando vêm fazer turismo sexual. Para respondermos a esses questionamentos, no entanto, inicialmente analisaremos o comportamento do turismo sexual em Fortaleza, onde se situa a instituição objeto deste estudo. A partir de então é que possuiremos conhecimento suficiente para traçarmos um bom paralelo entre a atividade na capital cearense e a função desempenhada pelas trabalhadoras do sexo nesse espaço junto aos turistas sexuais. As entrevistas em profundidade realizadas com essas moças serão imprescindíveis para alcançarmos essa meta.

2.2. Implicações no mercado do prazer alencarino

Uma caminhada, à noite, em qualquer dia da semana, pelo trecho compreendido entre a Praia de Iracema e a Praia do Mucuripe, em Fortaleza, é mais do que suficiente para que sejam identificados os escancarados focos de prostituição e prática do turismo sexual na cidade. Sobretudo, quando se trata do conhecido “Calçadão da Avenida Beira-Mar”, um dos principais cartões-postais da capital cearense.

No Calçadão e nas esquinas dos bairros Praia de Iracema, Meireles e Mucuripe, onde se concentram a principal rede hoteleira de Fortaleza e alguns dos pontos turísticos mais visitados da cidade, é nítida a presença de garotos e garotas de programa, travestis e até crianças exercendo a prostituição. Também é fácil notar o assédio sofrido por esses agentes do mercado do prazer pelos turistas estrangeiros. Muitos são europeus, que vêm à capital justamente seduzidos pela facilidade com que aqui contratam serviços sexuais, em especial envolvendo crianças e adolescentes.

“O maior número de turistas sexuais vem da Europa, especialmente da Alemanha, Portugal, Espanha e dos Estados Unidos; e são, na maioria, homens com idades entre 30 e 50 anos, de classe operária ou média baixa, que aproveitam as férias para uma temporada de orgia a baixo custo. Segundo informações de uma atendente de uma determinada companhia aérea do aeroporto de Lisboa, os vôos charteiros que têm como destino Fortaleza, Recife e Salvador, decolam com 98% de seus lugares com passageiros do sexo masculino. Considerando essas informações, pode-se inferir que não é um vôo familiar, com interesse em desfrutar a cultura e as belezas naturais do país e sim um vôo com intuito à prática de outro tipo de turismo.”
(BOUERI, 2004, p.6)

A problemática envolvendo o turismo sexual em Fortaleza é tão importante, que já foi alvo de diversas reportagens e de campanhas focadas em combater a exploração sexual infanto-juvenil e o tráfico de seres humanos. Além disso, motivou a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instalada pela Câmara Municipal de Fortaleza, cujo relatório final foi publicado em março de 2002.

Na ferramenta de buscas pela internet Google, basta que se digitem as palavras “turismo sexual Fortaleza” para que se encontrem milhares de artigos e matérias jornalísticas abordando o tema. Logo, percebe-se que a esmagadora maioria das publicações preocupa-se

fundamentalmente com uma forma predatória de fazer turismo: a que se aproveita das condições de pobreza de parte da nossa população, a fim de movimentar um comércio do sexo degradante para a vida de indivíduos menores de 18 anos. Estes acabam se submetendo aos famigerados programas sexuais, haja vista a necessidade de conseguirem uma renda para se sustentarem e, muitas vezes, a toda a família. Esse comércio possui, conforme outrora mencionado neste trabalho, além dos agentes que se prostituem e dos turistas, cáptens e cafetinas, traficantes de drogas, taxistas e donos e funcionários de agências de viagens (no Brasil e no exterior), bem como da rede hoteleira.

“(...) o turismo sexual é envolto pela clandestinidade, por diversas razões: a primeira delas talvez se deva à tendência que nossa sociedade tem para tratar de forma clandestina as questões ligadas ao sexo e à sexualidade e também ao fato de o sexo-turismo em geral está (*sic*) ligado à exploração sexual de crianças e adolescentes de ambos os sexos, prática ilícita que precisa ser escondida para fugir ao controle e repressão. Essa situação entretanto, vai propiciar a presença de outras atividades ilícitas, como tráfico de entorpecentes, lavagem de dinheiro, fraudes, falsificação de documentos, aquisição ilícita de bens e propriedades, tráfico humano, pedofilia e etc. Essa relação perigosa vai contribuir para o agravamento da situação de crianças, adolescentes e mulheres exploradas, que muitas vezes se vinculam a essas modalidades criminosas.”(CPI DO TURISMO SEXUAL EM FORTALEZA, 2002)¹²

O principal fator que propicia a expansão e o aprofundamento dessa modalidade turística e de suas ramificações é a situação socioeconômica precária em que vivem muitas famílias de Fortaleza. A concentração de renda por parte de uma parcela dos habitantes desta capital é bastante visível. Afastando-se da região que compreende a maioria das praias frequentadas pelas classes média e alta locais, bem como pelos turistas, rapidamente se depara com bairros inteiros compostos por famílias de baixa renda. Herança, talvez, dos processos de higienização social pelos quais passou Fortaleza no início do século XX. Sousa, I. (*op. cit.*, p. 59) recorda que isso conduziu a uma

“(...) necessidade de afastar os pobres, marginais e prostitutas que ameaçavam constantemente a ordem com sua presença física, impondo uma moral que invertia as normas e regras sociais, ou seja, por ser a rua, geograficamente, um espaço que substituíra o do lar (muitas vezes por este não existir), esses segmentos sociais

¹² COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO QUE INVESTIGA A PRÁTICA DE TURISMO SEXUAL EM FORTALEZA. **Relatório Final**. Fortaleza: Câmara Municipal de Fortaleza, 2002, p. 19. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/a_pdf/r_cpi_turismosexual_ceara.pdf. Acessado em: 29 de outubro de 2010.

perseguidos pela nova moral de higienização, tanto do público quanto do privado, transformam-se em escândalos diários matutinos.”

Os setores marginalizados da sociedade fortalezense permanecem vistos como “escândalos diários matutinos”. Contudo, devido ao crescimento populacional, que afeta sobremaneira as comunidades pobres da cidade, não é mais possível escondê-los dos olhos das classes média e alta, da mídia e do poder público. A ocupação da zona costeira alencarina por toda sorte de serviços sexuais, bem abaixo dos luxuosos apartamentos da elite que, outrora, tentou expulsá-los de lá, constitui-se em condição indispensável à promoção do turismo sexual.

“Os espaços de Fortaleza são segregantes, sendo nítida a cidade dos turistas e a cidade dos miseráveis. Essa característica deixa alguns habitantes locais irritados com a invasão dos turistas, enquanto outros pensam que o turismo desenvolve a cidade, econômica e socialmente, por ser uma atividade geradora de empregos e de renda. A cidade reúne belas praias, e conta com a receptividade de seu povo e outros atrativos culturais.

A cidade é um pólo industrial e um centro turístico, sendo uma das cidades que mais cresce na região Nordeste. A Grande Fortaleza é a quinta maior metrópole do Brasil, e passa por todos os problemas urbanos comuns às cidades brasileiras. Entre as regiões metropolitanas é a segunda maior em proporção de pobres, logo atrás do Recife e um pouco à frente de Salvador. O rápido crescimento urbano-econômico de Fortaleza, que possui 336 km² de área totalmente urbanizada, e a firme deliberação dos governos municipais e estaduais, a transformaram numa moderna urbe, em um pólo turístico emergente, mesmo sendo uma cidade cheia de contrastes e sem solução de seus problemas sociais e culturais.” (BOUERI, *op. cit.*, p. 10)

Essa visão, explicitada pelo autor, de que parte da sociedade fortalezense enxerga no turismo uma atividade geradora de emprego e de progresso, encontrou respaldo ao longo da gestão do ex-governador do Ceará Tasso Jereissati e teve prosseguimento com seus sucessores. Mormente no que concerne a grandes obras infraestruturais. Novamente, esclarece-nos Boueri (IDEM, p. 10 e 11):

“O turismo foi inserido na economia do Ceará, programado por políticas governamentais, na década de 80, com o Plano de Mudanças do governo Tasso Jereissati (1987-1991). Esse plano destacava a importância do planejamento turístico, a potencialidade do Estado para a atividade, a implementação de uma infra-estrutura adequada e viabilização dos fluxos turísticos domésticos e internacionais.

(...)

No governo seguinte (Ciro Gomes), o Ceará passa a integrar o Programa de ação para o Desenvolvimento do Turismo do Nordeste – Prodetur Nordeste – em 1992 (...)” (IDEM, p. 10 e 11)

O Prodetur, no Ceará, consiste em um conjunto de investimentos em setores chave para o desenvolvimento do ramo do turismo no Estado. Dentre as áreas abrangidas pelo programa, constam: meio ambiente, transportes e rodovias, saneamento básico e desenvolvimento institucional.¹³ Os segmentos populacionais beneficiados por ele serão aqueles situados dentro ou nos arredores dos pólos turísticos da capital e do interior. Principalmente, aqueles próximos às praias, que se constituem como o maior atrativo do Ceará para brasileiros de outros Estados e para o público estrangeiro. A esse respeito, Bem (2005, p. 33) considera que:

“Os modos de ocupação territorial e de atribuição de novas funções ao espaço no processo de turistificação expulsam o morador, que se vê forçado a migrar para outras áreas. Num momento posterior, ele retorna para ser “reintegrado” ao que era o seu espaço, mas, agora, na condição de mão-de-obra barata. As gerações mais novas, sem espaço nas atividades tradicionais que se desarticulam com a atividade turística e sem encontrar uma forma de integração às novas dinâmicas socioeconômicas, acabam forçadas a “vender” seus corpos para a crescente demanda.” (BEM, 2005, p. 33)

Também nas administrações de Lúcio Alcântara e Cid Gomes, são encontrados elementos que apontam para uma gestão do turismo direcionada à consecução de recursos para obras de infraestrutura que agradem os turistas. Exemplificamos o primeiro caso a seguir:

“O vice-governador do Ceará, Maia Júnior, deverá reunir-se domingo, na capital portuguesa, com empresários que participam do projeto de investimento turístico Aquiraz. O projeto, que reúne investimentos portugueses e cearenses do grupo M.Dias Branco (de origem portuguesa), no montante de R\$ 500 milhões, prevê a construção de um complexo turístico com hotéis de dez bandeiras diferentes e um campo de golfe.

(...)

¹³ CEARÁ. SECRETARIA DO TURISMO (SETUR). **Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR/CE**. Palestra. Fortaleza: Sistema FIEC, 2002, *slides* 2 e 3. Disponível em: http://www.sfiac.org.br/palestras/turismo/Palestra_PRODETUR_arquivos/frame.htm. Acessado em: 23 de outubro de 2010.

O reforço dos investimentos do governo federal em infra-estrutura constitui, entretanto, uma das principais reivindicações do governador Lúcio Alcântara. O governador reúne-se nesta quinta-feira, em Brasília, com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. O governo estadual pretende que Brasília promova a liberação de recursos públicos e privados para obras de infra-estrutura no Ceará.” (PORTUGAL DIGITAL, 2004)¹⁴

Em relação ao governo atual, chefiado por Cid Gomes, um contrato bastante recente de financiamento do Prodetur, assinado em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), é assim explicado pelo secretário do Turismo do Ceará, Bismarck Maia:

“o investimento será destinado à qualificação dos destinos turísticos do Estado, especialmente na infraestrutura urbana, como saneamento básico. Além disso, também , serão priorizadas obras de urbanismo, com a construção e recuperação de vias e acessos urbanos. Os municípios beneficiados no Prodetur Nacional serão os polos da Chapada da Ibiapaba, do Litoral Leste e do Maciço de Baturité.”(MAIA *apud* INÊS; CIBELY, 2010)

É possível verificar, no discurso do secretário, uma atenção maior dada pelo atual governo à confluência entre a aplicação de recursos no setor turístico e o desenvolvimento social. Tanto em função do que ele classifica de “qualificação dos destinos turísticos do Estado” – a partir de realizações no que se refere a saneamento básico e restauração da malha viária urbana das regiões mencionadas –, como pela descentralização das áreas beneficiadas pelo programa. Levar o turista também ao interior é essencial para que as vantagens dessa atividade se estendam por todo o Estado. Tal atitude vai ao encontro do que dispõe a Organização Mundial do Turismo, no Artigo 5º do seu Código de Ética Mundial (*in*: PATRUCCO, 2000, p. 6):

“2. As políticas turísticas se organizarão de maneira que contribuam com a melhora do nível de vida da população das regiões visitadas correspondendo as (*sic*) suas necessidades. A concepção urbanística e arquitetônica e a forma de exploração das estações e dos meios de hospedagem turístico (*sic*) tenderão para sua ótima integração no contexto econômico e social local. De igual importância, se priorizará a contratação de mão-de-obra local.

¹⁴ **Vice-governador do Ceará reúne-se domingo, em Lisboa, com investidores.** Portugal Digital, 2004. Disponível em: <http://www.portugaldigital.com.br/noticia.kmf?cod=2399865&canal=159>. Acessado em: 30 de outubro de 2010.

3. Se dará (*sic*) atenção particular aos problemas específicos das zonas litorâneas e dos territórios peninsulares, assim como das frágeis zonas rurais e de montanha, aonde (*sic*) o turismo representa uma das poucas oportunidades de desenvolvimento diante do declínio das atividades econômicas tradicionais.” (CÓDIGO DE ÉTICA MUNDIAL PARA O TURISMO *in*: PATRUCCO, 2000, p. 6)

Segue, do mesmo modo, o percurso indicado pela própria Constituição da República Federativa do Brasil, que determina, em seu Artigo 180: “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL *in*: VADE MECUM, 2010, p. 62)

Ainda assim, são insuficientes os esforços empreendidos por nossos governantes a fim de se coibir a exploração sexual infanto-juvenil e, inclusive, de pessoas adultas. Especialmente, na cidade de Fortaleza, onde o problema é mais enraizado, explícito e ramificado. Em matéria veiculada pelo Jornal Nacional, o jornalista Alessandro Torres (2009) resume como a rede de exploração sexual funciona na capital do Ceará:

“(…) nos hospedamos em alguns hotéis e, infelizmente, pudemos constatar que essa é uma prática que realmente é muito difícil de ser combatida. Porque, por trás dela, há toda uma rede que envolve taxistas, boates, restaurantes e os próprios hotéis, que favorecem o acesso desses turistas estrangeiros com garotas de programa, sem nenhum tipo de restrição.” (TORRES, 2009)

O turismo sexual em Fortaleza se fortalece, ainda, em virtude dos anseios de muitos dos agentes que se prostituem – em especial, das mulheres –, no sentido de encontrarem um estrangeiro que os leve para seus países de origem. Dessa forma, acreditam que superarão as condições de miséria a que foram submetidos e que os conduziram a buscar uma saída através da “vida fácil”. Igualmente contribui para essa expectativa o pensamento de que, caso o relacionamento com o “gringo” não vingue, é possível fazer programas na Europa em maior número, mais bem pagos e, assim, garantir certo padrão de vida neste continente. Em entrevista ao jornal Diário do Nordeste em 2007, Mariana Brasil, ex-prostituta, esclarece:

“Não fui traficada, fiz a escolha. Depois de três meses fazendo esse trabalho em São Paulo, fui convidada para ir para a Europa e aceitei. Lá, convivi com algumas pessoas que foram vítimas de tráfico, enganadas com promessas de trabalho. É uma questão delicada, porque existe a falsa ilusão, um glamour em torno do mundo da prostituição, principalmente na Europa que, com raras exceções, inicia e termina feliz.” (BRASIL, M. *in*: SALES, 2007)

Tratando das razões que, para boa parte das prostitutas, justificam o deslocamento para o exterior, visando a uma ascensão socioeconômica, Piscitelli (*op. cit.*, p. 725) descreve as residências de algumas das migrantes que foram bem sucedidas casando-se com italianos e as compara com suas antigas moradias no Brasil:

“Os apartamentos, com móveis novos, inclusive nas amplas varandas cheias de flores, cheiram a limpeza e a um intenso investimento doméstico. As cozinhas estão abarrotadas de eletrodomésticos de novíssima geração, serviços completos de louça e taças para diferentes usos. Enquanto elas mostram tudo com orgulho e ar de vencedoras, inevitavelmente lembro das suas casas em Fortaleza, arejadas, luminosas, mas extremamente simples. Salas com um sofá em mal estado, uma rede. Cozinhas com um refrigerador simples, uma mesinha para comer, um paneleiro em um canto, organizando panelas baratas. No móvel de fórmica da cozinha, uma bandeja plástica cheia de copos de requeijão, cobertos com um paninho e um filtro de água de barro.” (PISCITELLI, *op. cit.*, p. 725)

Não é difícil imaginar que número considerável dessas ex-trabalhadoras do sexo, agora casadas, donas-de-casa e até mães envie dinheiro e presentes para as famílias que deixaram no Brasil. Ou mesmo paguem as despesas de viagem de alguns dos seus parentes para passarem férias com elas na Europa. Tudo isso ajuda a estimular jovens, em sua maioria do sexo feminino, a vislumbrarem um futuro mais digno tendo como primeiro passo a inserção na indústria do prazer e do turismo sexual.

Nessa trama, cruzam-se, além dos fomentadores da exploração sexual, os que se opõem à prática. É o caso de Rosarina Sampaio, que, como já dissemos, é ex-presidenta da APROCE. Em conversa com este pesquisador, ela relatou que, ao haver denunciado à imprensa um prostíbulo no qual trabalhavam garotas menores de 18 anos, foi ameaçada de morte e chegou a sofrer um atentado. No trecho abaixo, ela também cita algumas atividades entrelaçadas à exploração sexual:

“Eu passei três anos sem dar entrevista pro jornal O Povo. Porque me sacanearam, né? Eu denunciei uma casa de prostituição e botaram meu nome, endereço e telefone. Depois, eu fiquei sendo ameaçada. Porque a Rosarina Sampaio não é ninguém. A Associação de Prostitutas e a Federação Nacional de Trabalhadoras do Sexo é que é alguma coisa. Eles botaram: “Rosarina Sampaio denuncia prostituição infantil na casa tal, número tal...” Aí botaram meu nome, endereço e telefone! Acabaram comigo. Eu fui ameaçada de morte. Atiraram no meu carro. Atiraram em mim, né? Pegou no meu carro... Foi pra pegar em mim, claro. Aí eu fiz uma coletiva com a imprensa e disse que eu não mexeria... (...) Que eu não mexeria mais com

isso, não. Eu denunciei tudinho, ó, eu disse assim: senhores donos de hotéis, senhores donos de motéis, senhores taxistas, senhores mototaxistas, senhores donos de barraca... Não se preocupem, pode botarem meninas até de um ano pra trabalhar pra vocês, que eu não vou mais me preocupar com isso. Olha, eu denunciei todo mundo e eles não se tocaram. Entreguei todos, num foi não? Pra bom entendedor... Entreguei tudim.” (SAMPAIO, 2010)

A prostituição não é crime no Brasil, desde que cometida por indivíduos maiores de 18 anos e por iniciativa própria. O lenocínio, isto é, a mediação ou o favorecimento direto ou indireto da prostituição ou de outra forma de exploração sexual, bem como o tráfico de pessoas, estes sim são crimes tipificados no Código Penal brasileiro¹⁵. E o modelo turístico existente em Fortaleza permanece incorporando tais categorias criminosas, sob a lenitiva ação do poder público regional no tocante ao combate a elas.

¹⁵ Artigos 218-B, 227, 228, 229, 230, 231 e 231-A.

3. Políticas de Comunicação para o turismo no Brasil: turismo sexual, gênero e prostituição

Neste capítulo, examinaremos a representação da prostituição nas Políticas de Comunicação brasileiras centralizadas na questão do turismo sexual. Estudaremos o conceito de Políticas de Comunicação e seu proceder no fortalecimento de valores democráticos, assim como sua importância na defesa de minorias e na promoção de cidadania. Com esse propósito, exporemos a utilização dessas políticas para a proteção de segmentos em vulnerabilidade social. Desvelaremos, também, um lado obscuro das Políticas de Comunicação que se manifesta quando elas são norteadas por ideologias contaminadas por preconceitos e visões de mundo prejudiciais ao bem-estar social.

Estruturaremos essa parte da nossa pesquisa em alguns tópicos que problematizarão as palavras-chave dispostas no título do capítulo. Em um primeiro momento, trabalharemos para compreender o significado de Políticas de Comunicação e suas demandas específicas no Brasil. Em seguida, verificaremos sua abrangência em redor do tema do turismo sexual. Depois, procuraremos desvendar se a mulher prostituta foi introduzida nessas Políticas, os desdobramentos disso para a carreira da trabalhadora do sexo e o que elas pensam a esse respeito.

3.1. Metodologia

Como ocorre durante toda a pesquisa, esse capítulo igualmente assume um caráter qualitativo. Este tipo de investigação requer um aporte teórico razoável quando há seriedade por parte do pesquisador. Não somente no que cinge à quantidade de leituras que o estudioso realizou, como também – e, a depender do caso, torna-se inclusive mais importante – à qualidade das obras que consultou.

A revisão de literatura preserva sua constância, até porque ainda existem conceitos-chave que precisam ser apreciados. A motivação deste pesquisador em chegar ao final do processo investigativo com a segurança de um trabalho bem feito não consente que seja

diferente e que fundamentemos nossos argumentos em autores sem um mínimo de compromisso acadêmico ou relevância para o trabalho. Stumpf (*in*: Duarte; Barros, 2006, p. 53) assegura que, na mente dos pesquisadores,

“é o desejo de esclarecer um assunto não suficientemente investigado que vai mantê-los motivados para atingir este objetivo. O foco de interesse será buscado na sua vida real (...) mas precisa ser estimulado através de um programa de leituras que indique haver um ponto obscuro que precisa ser investigado.” (STUMPF *in*: DUARTE; BARROS, 2006, p. 53)

Não obstante as entrevistas que realizamos possuam um foco claro e sejam guiadas por um breve roteiro de perguntas, optamos pela entrevista aberta no diálogo com as prostitutas. Essa modalidade

“É essencialmente exploratória e flexível, não havendo sequência predeterminada de questões ou parâmetros de respostas. Tem como ponto de partida um tema ou questão ampla e flui livremente, sendo aprofundada em determinado rumo de acordo com aspectos significativos, identificados pelo entrevistador enquanto o entrevistado define a resposta segundo seus próprios termos, utilizando como referência seu conhecimento, percepção, linguagem, realidade, experiência. Desta maneira, a resposta a uma questão origina a pergunta seguinte e uma entrevista ajuda a direcionar a subsequente.” (DUARTE, IDEM, p. 65)

A própria Rosarina Sampaio, ex-presidenta da APROCE, informou-nos que não lhe agradavam as indagações prontas e preferia ela mesma contar sua história. Caso eu quisesse interferi-la a fim de direcionar o assunto, não haveria problema, desde que isso não fosse feito em uma perspectiva de interrogatório. Às outras três trabalhadoras do sexo, que contatamos na “zona”, também facultamos um espaço para falarem livremente e, ainda que relutem quanto a alguns questionamentos, acabam respondendo de outra forma e atendem aos nossos objetivos.

3.2. Entendendo as Políticas de Comunicação no Brasil

Para que se possa entender as Políticas Públicas de Comunicação, faz-se necessário, antes, compreender o que são Políticas de Comunicação. Para Sousa, C. (2009, p. 27), uma definição sempre contextualizada de Políticas de Comunicação deve concebê-la como:

“Um complexo de leis, normas e recomendações que orientam e definem ações, tanto de governo no campo da comunicação, como dos próprios veículos de comunicação, que contemplam aspectos das realidades política, econômica e cultural de um país. Podem ser concebidas de forma mais democrática ou menos democrática, conforme os espaços de discussão que se estabelecem na sociedade com suas representações”. (SOUSA, 2009, p. 27)

Já Bueno (2008) afirma que: “A Política de Comunicação não é apenas uma intenção que se manifesta, mas um compromisso que se assume e ela não vigora apenas no discurso, mas pressupõe um trabalho sério, de construção coletiva.”

Assim, inferimos que uma Política de Comunicação é, antes de tudo, um investimento – em nossa opinião, de longo prazo – no bom relacionamento entre uma instituição e seu público-alvo. Ela deve contar com o apoio e a boa vontade dos gestores da entidade e é responsabilidade de todos os funcionários. Para isso, é fundamental avaliar constantemente a comunicação interna da organização, no sentido de que todos os seus profissionais abracem a Política adotada por ela. Bueno (IDEM) salienta que

“Uma Política de Comunicação exige, para ser construída, um esforço conjunto, um diálogo franco entre os vários setores, um compromisso em nome da excelência do processo de relacionamento com os diversos públicos e não pode resumir-se a um texto bonito que irá depois virar um documento, certamente bem impresso, mas cujos princípios não serão assumidos por ninguém.

Uma Política de Comunicação requer uma metodologia específica, pode incluir a construção de cenários e a realização de diagnósticos ou mesmo auditorias de comunicação, internas e externas e, portanto, não é um trabalho para ser feito solitariamente por um gerente bem intencionado a toque de caixa.”

Esse pensamento encontra respaldo em uma Política de Comunicação desenvolvida pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), quando propõe que

“Embora haja inúmeras dificuldades a superar, pela multiplicidade de objetivos a cumprir e pelo conjunto diversificado de atividades inseridas na prática de uma instituição de pesquisa, deve-se buscar, idealmente, uma Comunicação Empresarial integrada. Isso significa a adoção de diretrizes, valores e princípios que sejam compartilhados por toda a organização, a realização de um esforço para um planejamento comum e, a implementação de uma cultura de comunicação. Na prática, para se dispor de uma Comunicação Empresarial realmente eficaz, urge conscientizar todos os empregados para um fato indiscutível: a comunicação com os públicos de interesse e com a sociedade ocorre a cada momento e em qualquer lugar e, portanto, é o resultado do esforço, da responsabilidade e da competência de todos.” (DIAS DA SILVA *et. al.*, 2002, p. 16)

Em se tratando de uma Política Pública de Comunicação, os valores que ela assume precisam se encontrar em consonância com as demandas da sociedade. A informação e o conhecimento são bens públicos. Igualmente devem ser tratados o acesso a eles e sua produção. Em função disso, por exemplo, é que se discute, em todas as esferas de governo e nas universidades, a democratização dos meios de comunicação. O tema não é novo e, apesar disso, permanece deveras controverso. Simplesmente debatê-lo, encontra forte resistência dos grandes veículos de comunicação.

“Trata-se de uma demanda antiga. Há 25 anos, quando a Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) publicou o relatório “Um Mundo, Muitas Vozes”, conhecido como Relatório McBride, a necessidade de políticas públicas de comunicação já se fazia presente em todo mundo. O documento trazia a concepção de que a comunicação não deveria mais ser deixada ao acaso nas sociedades e falava da participação pública na elaboração dessas políticas, assim como nas decisões sobre a área.” (BARBOSA, 2005)

Para Sousa, C. (2009), a noção de comunicação pública como sendo simplesmente aquela praticada pelo governo é um equívoco. A autora acredita que: “A comunicação pública é mais que isso, ela envolve toda a comunicação de interesse público que é praticada não apenas pelos governos, mas também por empresas, pelo Terceiro setor e pela sociedade em geral”. (SOUSA, C. *op. cit.*, p. 27)

Discorrendo a respeito da interação entre Estado, entidades civis e iniciativa privada no tocante à comunicação na América Latina, Pedro G. Gomes, já em 1997, esclarecia que “(...) o Estado é o único formulador de políticas de comunicação. Como ele é muito sensível aos grupos de pressão econômicos, a formulação de tais políticas privilegia os interesses dominantes economicamente” (GOMES *apud* LIEDTKE, 2007, p. 437).

Isso pode ser identificado em nosso país. A participação popular na elaboração e nas decisões concernentes às Políticas de Comunicação no Brasil ainda pode ser considerada pequena. Alguns temas, como a própria regulação da mídia brasileira, ora são negligenciados pelos maiores veículos, ora são criticados com argumentos distorcidos, cujo propósito é defender o interesse das grandes corporações em preservar seus monopólios. Essa prática remonta ao regime militar, durante o qual “(...) as comunicações tinham, como objetivos, a promoção da integração e do desenvolvimento nacionais; a difusão da informação, educação e cultura; e a garantia da segurança nacional” (CORRÊA DE MATTOS *apud* PIERANTI; MARTINS, 2008, p. 312).

A importância da comunicação a fim de concretizar os ideais dos militares refletiu-se na criação do Ministério das Comunicações (1967) – sempre ocupado por um militar até o fim da ditadura, menos durante o governo de Costa e Silva. Além disso, entretantes, surgiram: a Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. (Embratel), em 1965; a Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebrás), em 1972 e; a Empresa Brasileira de Comunicação – Radiobrás, em 1975, atualmente incorporada à Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Nesse sentido, o Estado assumiu a regulação das outorgas para emissoras de rádio e televisão. Isso afetou a ingerência das empresas privadas nas agências reguladoras. E a interferência de políticos sobre estas, mormente os ligados ao *establishment*, cresceu.

“Em parceria com a iniciativa privada, notadamente com novos expoentes do empresariado dispostos a investir na radiodifusão sem ter experiências anteriores nessa área, o Estado proporcionou uma expansão das emissoras de rádio e de televisão. Segundo dados confrontados do IBGE e de Euclides Quandt de Oliveira (1978), ex-ministro das Comunicações, em 1978 eram 910 emissoras de rádio em ondas médias, um crescimento de 42,9% se comparadas com as 637 de 1961; 213 emissoras de rádio FM contra 26 em 1961 (crescimento de 719,23%); e 115 geradoras de TV contra 23 de 1961 (crescimento de 500%). Para o Estado, a expansão das emissoras distribuídas, não raro, para políticos e empresários aliados, permitia, em tese, atingir os objetivos listados anteriormente. Para a iniciativa privada, relacionada a políticos no âmbito regional, preenchia-se lacuna histórica e escancarava-se oportunidade em mercado até então incipiente. Ainda que o regime militar tenha proporcionado a criação das emissoras educativas estatais tanto no âmbito federal quanto no estadual, criando, inclusive, legislação para esse fim, a expansão da radiodifusão foi alicerçada sobre base eminentemente privada.” (PIERANTI; MARTINS, 2008, p. 313)

Venício A. de Lima (2010), um dos principais pesquisadores do assunto no Brasil, complementa a explicação sobre o monopólio da comunicação no Brasil por grupos de interesse bastante reduzidos. Ele traz o caso dos dois veículos mais utilizados pela população:

“O rádio e a televisão são, em sua maioria, outorgas do Poder Público para a iniciativa privada. O prazo de vigência para as concessões de rádio é de 10 anos e de televisão, 15 anos. Na prática elas se transformam em propriedade privada, já que a não renovação ou o cancelamento de uma concessão são situações praticamente impossíveis do ponto de vista legal. Desde quando o rádio foi introduzido no Brasil, e foi regulado pelo Estado, optou-se por privilegiar esse modelo de curadoria. Não foi uma opção que contou com a participação popular. Ao contrário, foi uma decisão de gabinete, sem que houvesse qualquer debate ou participação pública.” (LIMA, 2010)

Esse quadro não sofreu grandes modificações com o advento da Constituição Federal de 1988. O que os movimentos pela democratização da comunicação convencionaram chamar de “coronelismo midiático” ou eletrônico – qual seja o controle das concessões públicas por políticos – manteve-se e até aprofundou-se nos anos seguintes. A proibição a tal fenômeno tem previsão na Constituição Federal (*op. cit.*, p. 30), conforme segue abaixo:

“Art. 54. Os Deputados e Senadores não poderão:

I – desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

(...)

II – desde a posse:

a) ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;

(...)” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, *op. cit.*, p. 30)

O artigo supracitado propicia interpretações ambíguas, segundo especialistas, através das quais diversos parlamentares vêm se beneficiando há muitos anos. A família de José Sarney (PMDB), ex-Presidente da República e atualmente do Senado, por exemplo, é a dona do Sistema Mirante de Comunicação, sediado na cidade de São Luís. O Estado do Maranhão é

o domicílio político de membros proeminentes do clã Sarney, dentre os quais o Deputado Federal Zequinha Sarney (PV) e a própria Governadora, Roseana Sarney (PMDB). Como eles, existem outros representantes eleitos que, em maior ou menor proporção, comandam a mídia em suas regiões e, por conseguinte, podem vir a moldar a produção e a veiculação de informações, de maneira que favoreçam os seus próprios interesses. Aliás, em se tratando das relações entre a família Sarney e os meios de comunicação, Liedtke (*op. cit.*, p. 440 e 441) não poderia ser mais didático e elucidativo:

“Sarney foi o governante que mais concedeu concessões para novas emissoras. Foram autorizadas 1028 emissoras em um período de quatro anos (1985-1988), sendo duas delas para seus familiares no Maranhão. Grande parte foi expedida durante as negociações com o Congresso para aprovar a extensão de seu mandato de quatro para cinco anos. Para que se perceba o que representa este número de concessões, basta comparar com os números de anos anteriores, apresentados por Graça Caldas (1998, p.44). De 1922 a 1963, foram 807 outorgas de emissoras de rádio AM, FM e TV em UHF. Nos 20 anos de regime militar (1964-1984) foram 1240. Quem articulou a distribuição de emissoras no período Sarney foi Antônio Carlos Magalhães, político que dispensa apresentação. É dele a famosa frase a seguir, cujo conteúdo é confirmado pela própria trajetória política do seu autor: "quem tem televisão, rádio e jornal, está sempre no poder". José Sarney defende tese semelhante. Indagado por Sergio Lirio em reportagem da revista Carta Capital sobre a oligarquia que a família mantém no Maranhão, ele diz que seus familiares são todos de classe média, pois "a única participação em empresas é relativa à atividade política: jornal, rádio e televisão". Acrescenta que isto "é por motivos políticos. Se não fossemos políticos, não teríamos necessidade de ter meios de comunicação". Ou seja, os dois políticos oligárquicos em seus estados, Maranhão e Bahia, respectivamente, José Sarney e Antônio Carlos Magalhães, afirmam fazer uso político da mídia para se manterem no poder.” (LIEDTKE, *op. cit.*, p. 440 e 441)

O desenrolar dessa situação nos governos posteriores confere-se na explicação a seguir:

“Depois de José Sarney, no curto período Collor (1990-1992) as concessões de rádio e de televisão foram suspensas. Com a eleição de Fernando Henrique Cardoso para um primeiro período (1994-1998), organizou-se a sociedade civil numa frente de sindicatos, profissionais e universidades, que participou ativamente das negociações da Lei do Cabo. Essa participação assinalou que a política de concessões de serviços de telecomunicações e das geradoras obedeceria a outros critérios, que não o coronelismo, sendo outro indício de mudanças o surgimento de agências reguladoras independentes.” (SANTOS; CAPPARELLI, 2005, p. 8)

Esperava-se, dessa forma, que as agências reguladoras cumprissem um papel puramente técnico e desvinculado de partidos ou lideranças políticas. Seriam, também, independentes em relação ao poder Executivo. Houve quem acreditasse que a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) assumiria a função do Ministério das Comunicações, especialmente depois da regionalização e da privatização do sistema de telefonia brasileiro. Entretanto, é difícil compreender como uma agência com estreita conexão com o Governo Federal pudesse ser tão independente, a ponto de suas Políticas de Comunicação não necessariamente estarem de acordo com as do Executivo.

Um dos diferenciais da Constituição de 1988 foi que as concessões de rádio e televisão deveriam passar pela aprovação Congresso, no qual se situa parcela considerável dos mandatários sócios de meios de comunicação. E, em todo caso, a palavra final no que se refere a regular a radiodifusão nacional continuou um atributo do Ministério das Comunicações. Ou seja, mesmo enfraquecido, permanecia com ele a capacidade de reduzir ou não a ingerência de políticos no âmbito criação e difusão de conteúdo informativo.

Para se ter uma idéia da gravidade dessa questão, o jornal Folha de São Paulo publicou uma reportagem em 2001 – logo, no final da gestão de Fernando Henrique Cardoso –, mostrando que 24% das TVs do país eram controladas por políticos. Isso somente no que concerne às empresas cuja concessão permitia gerar informação, isto é, sem contar as milhares de retransmissoras espalhadas pelo Brasil.

“A Rede Globo tem 21 afiliadas ligadas a políticos, contra 17 do SBT e 9 da Bandeirantes. Entre os políticos ligados comercialmente à Globo, estão os ex-presidentes da República José Sarney e Fernando Collor de Mello e três governadores: Roseana Sarney (PFL-MA), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e o tucano Albano Franco, de Sergipe.

Entre os afiliados da Rede Globo encontram-se ainda o senador Antônio Carlos Magalhães Júnior (PFL-BA), o ex-senador João Calisto Lobo (PMDB-PI), oito deputados federais e um estadual.

No SBT, estão o governador do Ceará, Tasso Jereissati (PSDB), e o presidente interino do Senado, Edison Lobão (PFL-MA). Na lista da Bandeirantes figuram três senadores - entre eles, o presidente licenciado do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), e o vice-governador de Alagoas, Geraldo Sampaio, do PDT.” (LOBATO, 2001)

Barbosa (*op. cit.*) resume todo esse quadro:

“O Código Brasileiro de Telecomunicações data de 1962. Arcaico, vem perdendo aplicabilidade ao longo dos anos, como aconteceu com a promulgação da Constituição Federal de 1988 – que fez com que sua parte punitiva criada pela ditadura militar deixasse de vigorar – e depois com a separação entre telecomunicações e comunicação social eletrônica pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, no bojo do processo de privatização da telefonia. Outro problema que configura este cenário de vácuo é que o capítulo da Constituição que fala da comunicação social ainda não foi regulamentado por completo.” (BARBOSA, *op. cit.*)

Logo no começo do Governo Lula, a Folha de São Paulo divulgou que cerca de 26% dos deputados titulares da Comissão de Comunicação da Câmara eram proprietários de emissoras de rádio ou televisão (MATTOS, 2003). O objetivo fundamental de tais parlamentares, certamente, não era o de fazer valer um marco regulatório para as comunicações em nosso país. Tampouco, estabelecer Políticas de Comunicação nas quais estivesse presente, prioritariamente, o interesse público, ou seja, maiores produção e promoção de conteúdos socioeducativos, sua regionalização, o acesso mais amplo a essas atividades por parte da população, a quebra de monopólios e oligopólios que travam essa operação, a universalização da internet com banda larga, o fortalecimento de jornais, rádios e TVs comunitárias, dentre outros mecanismos que fomentassem a democratização dos meios de comunicação e, conseqüentemente, a própria liberdade de expressão. A esse respeito, trata o Art. 220 da Constituição que, nas palavras de Pieranti e Martins (*op. cit.*, p. 319),

“(…) reafirma não só a garantia da liberdade de expressão e de difusão de informações, como impede o estabelecimento de mecanismos legais que possam restringi-las. Fica assegurada, também, a possibilidade de publicação de meios de comunicação impressos, sem que o editor dependa de licença de qualquer autoridade, o que aumentaria, em tese, a independência dessa mídia específica, principalmente com o veto à incidência de impostos provenientes de qualquer esfera pública sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado à impressão deles.” (PIERANTI; MARTINS, *op. cit.*, p. 319)

Lima (2011) acrescenta:

“O parágrafo 5º do artigo 220, por outro lado, é aquele que reza que "os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio". Sua regulação teria, necessariamente, que restringir a propriedade cruzada – um mesmo grupo empresarial controlando diferentes meios (rádio, televisão, jornais, revistas, provedores e portais de internet), num mesmo mercado – como, aliás, acontece nas principais democracias contemporâneas. Ao mesmo

tempo, deveria promover o ingresso de novos concessionários de rádio e televisão no mercado de comunicações.” (LIMA, 2011)

Lima (2010) demonstra-nos que, ao longo do Governo Lula, foram realizadas algumas ações no sentido de se debater a democratização das comunicações no Brasil. Inicialmente, criou-se um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) com a finalidade de elaborar um projeto para a Lei Geral de Comunicação Eletrônica de Massa (LGCEM). Esse órgão não chegou sequer a se reunir e acabou se transformando em uma Comissão Interministerial (CI), que envolveria a participação de outros setores da administração federal. Após alguns percalços, foi criada uma terceira CI, a fim de “elaborar estudos e apresentar propostas de revisão do marco regulatório da organização e exploração dos serviços de telecomunicações e de radiodifusão”, de acordo com seu Art. 1º. O primeiro resultado dos trabalhos dessa comissão veio por meio do Seminário Internacional de Comunicações Eletrônicas e Convergências de Mídias.

“Representantes de três organismos internacionais – Comissão Européia, OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e UNESCO – e de órgãos reguladores de cinco países – Portugal, Espanha, Reino Unido, Estados Unidos e Argentina – debateram, ao longo de dois dias, com empresários de mídia, jornalistas, parlamentares, acadêmicos, ONGs, movimentos sociais e funcionários públicos graduados, diferentes formas adotadas para regulação democrática do setor de comunicações. (...) Além de qualificar o debate público do tema com o conhecimento das experiências internacionais, um dos objetivos era fornecer subsídios para (finalmente) a elaboração do pré-projeto de um “marco regulatório da organização e exploração dos serviços de telecomunicações e de radiodifusão”.” (LIMA, *op. cit.*)

Outros avanços correspondentes à temática das Políticas de Comunicação no Governo Lula, segundo o autor, vieram com: a Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006, que criou o Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), regulamentado pelo Decreto nº 6.299, de 12 de dezembro de 2007; a criação da Empresa Brasil de Comunicação, uma emissora que traz para a prática a discussão relativa ao que é, de fato, uma TV pública; a 1ª Conferência Nacional de Comunicações (CONFECOM), a qual trouxe a sociedade civil para o centro do debate que envolve a democratização das comunicações; além do Plano Nacional de Banda Larga, ainda por ser devidamente posto em atividade, mas que visa a ampliar o acesso da maioria dos brasileiros a bens e serviços de tecnologia da informação, estimular a inclusão digital, universalizar o acesso à internet em banda larga, dentre outras destinações.

Em contrapartida, o Executivo recuou no tocante às rádios comunitárias. A má vontade do Ministério das Comunicações para com elas se perpetuou desde a era FHC e alcançou o Governo Lula, tendo inclusive aumentado em alguns momentos. Foram instituídas, em uma circunstância inicial, as Retransmissoras de TVs Institucionais (RTVIS), o que obrigava as operadoras de TV à cabo a cederem até 15% do seu tempo total de retransmissão para as prefeituras. Isso possibilitava as Câmaras de Vereadores apresentarem suas sessões, assim como a geração de receitas publicitárias e de conteúdo local. Por conta disso, os grupos privados de radiodifusão reagiram e, em torno de dois meses, um decreto foi assinado extinguindo as RTVIS. Igualmente houve retrocesso com a descontinuidade da publicação do cadastro com os nomes de concessionários de rádio e de televisão, que inicialmente havia sido autorizada pelo primeiro Ministro das Comunicações de Lula, Miro Teixeira. Os dados passaram a ser disponibilizados apenas no *site* da Anatel e de maneira fragmentada e incompleta, tornando-se, na verdade, um óbice para a elaboração de uma tabela contendo todas as outorgas e os seus detentores. Lima (*op. cit.*) registra ainda a cessão do Governo à oposição da grande mídia no que remete à formação do Conselho Federal de Jornalismo (CFJ) e o descaso para com o Conselho de Comunicação Social (CCS) que, para ele,

“(…) quando instalado, demonstrou ser um espaço relativamente plural de debate de questões importantes do setor – concentração da propriedade, outorga e renovação de concessões, regionalização da programação, TV digital, radiodifusão comunitária etc. Vencidos os mandatos de seus primeiros membros, houve um atraso na confirmação dos membros para o novo período de dois anos, o que ocorreu apenas em fevereiro de 2005. Ao final de 2006, no entanto, totalmente esvaziado, o CCS fez sua última reunião. Os membros para um terceiro mandato não foram indicados e o CCS não mais se reuniu.” (LIMA, *op. cit.*)

E, acerca do III Programa Nacional de Direitos Humanos, o pesquisador critica as alterações em suas diretrizes originais voltados para o direito à comunicação:

“(a) manteve a ação programática (letra a) da Diretriz 22 que propõe "a criação de marco legal, nos termos do art. 221 da Constituição, estabelecendo o respeito aos Direitos Humanos nos serviços de radiodifusão (rádio e televisão) concedidos, permitidos ou autorizados"; (b) exclui as eventuais penalidades previstas no caso de desrespeito às regras definidas; e (c) exclui também a letra d, que propunha a elaboração de "critérios de acompanhamento editorial" para a criação de um ranking nacional de veículos de comunicação.” (LIMA, *op. cit.*)

Nesse sentido, são diversas as demandas apresentadas para as quais se espera uma atenção maior do Governo da Presidenta Dilma Rousseff, que assumiu em janeiro deste ano de 2011, bem como do seu Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo. Ele não possui ligações diretas conhecidas com grandes grupos de comunicação, ao contrário do seu antecessor, Hélio Costa, antigo jornalista da Rede Globo de Televisão e claramente identificado com os anseios dos tradicionais conglomerados do setor: a famigerada “velha mídia”. Assim, o fato referente ao Ministro Bernardo pode ser considerado um bom indicativo da visão que o novo Executivo tem sobre as Políticas Públicas de Comunicação e sua eficácia na promoção de mais liberdade e justiça social em nosso país.

3.3. O enfoque sobre a questão do turismo sexual

No dia 8 de março de 2010, a revista Playboy de Portugal classificou a cidade de Fortaleza como “paraíso do turismo sexual”. Segundo a coluna Vertical (2010), do jornal cearense O Povo, a matéria apenas reafirmou uma situação já bastante conhecida no Brasil e no exterior. O autor da reportagem percorreu alguns dos bairros mais frequentados pelos turistas sexuais que vêm à capital e encontrou, além da exploração sexual de crianças e adolescentes, indícios de tráfico humano. A imagem a seguir reproduz a manchete da notícia:



Figura 1: Capa da revista Playboy portuguesa

Talvez, uma das reações imediatas que podemos ter quando lemos reportagens assim, seja nos perguntarmos: a que ponto chegamos? De fato, é espantoso e lamentável imaginar que Fortaleza, assim como outras cidades brasileiras, é mais divulgada fora do país como um espaço onde se consegue sexo barato e fácil com jovens menores de 18 anos, do que por suas belezas naturais ou seus atrativos histórico-culturais. Nesse sentido, seria interessante também que nos perguntássemos: como chegamos a esse ponto?

Inicialmente, é preciso recordar o problema da exclusão social, derivado da elevada concentração de renda que persiste em nossa cidade. De acordo com o que discorreremos no capítulo anterior, existe a Fortaleza onde habitam a classe média e a elite econômica. Para onde, portanto, são enviados milhares de turistas que visitam a capital anualmente. Tal exclusão social

“(…) manifesta-se não somente na subordinação desses grupos vulnerabilizados ao trabalho alienado e estigmatizado, nem somente na sua exposição física e sexual, mas também na esfera do lazer, na ausência de acesso garantido à saúde, à educação e ao consumo. Esses grupos sentem na pele a situação da diferença a que estão expostos, por estarem situados na outra margem da sociedade, privados do exercício de uma cidadania plena (...)” (BEM, *op. cit.*, p. 85)

Esse quadro é um dos principais agravantes do exercício de um turismo predatório que, por anos, também vem sendo propiciado por ações no campo da Comunicação Social. Como? Seja por meio de Políticas de Comunicação que mais prejudicaram nossa imagem no exterior do que ajudaram, seja por meio da propaganda negativa feita pelos próprios turistas internacionais. Estes podem, por exemplo, promover as cidades litorâneas brasileiras como centros comerciais do sexo à baixo custo. Isso se dá através da publicidade de agências de turismo que vendem serviços sexuais no exterior a viajantes interessados em vir ao Brasil. Em série especial de reportagens para o Jornal da Globo, o jornalista César Menezes (2006) mostra como isso ocorre:

“Os homens que cruzam o oceano Atlântico em busca de sexo já sabem onde se hospedar, como encontrar uma garota e quanto pagar por ela. Em *sites* especializados em turismo sexual, viajantes falam do Brasil como o país para quem procura sexo. Este turista descreve Fortaleza como um bordel. Este outro diz que Natal é o céu para quem gosta de praia, garotas e diversão. Neste site alemão, o cliente pode encomendar a mulher com quem pretende passar duas semanas exóticas nos trópicos. Ele define peso, cor, altura e idade.” (MENEZES, 2006)

Na figura seguinte, são reproduzidas as imagens dos *sites* de turismo sexual mencionadas no Jornal da Globo. A primeira imagem destaca o trecho, escrito em inglês, em que um estrangeiro classifica Fortaleza como um bordel. Na segunda, vê-se o *site* em que os interessados escolhem características das suas futuras acompanhantes:

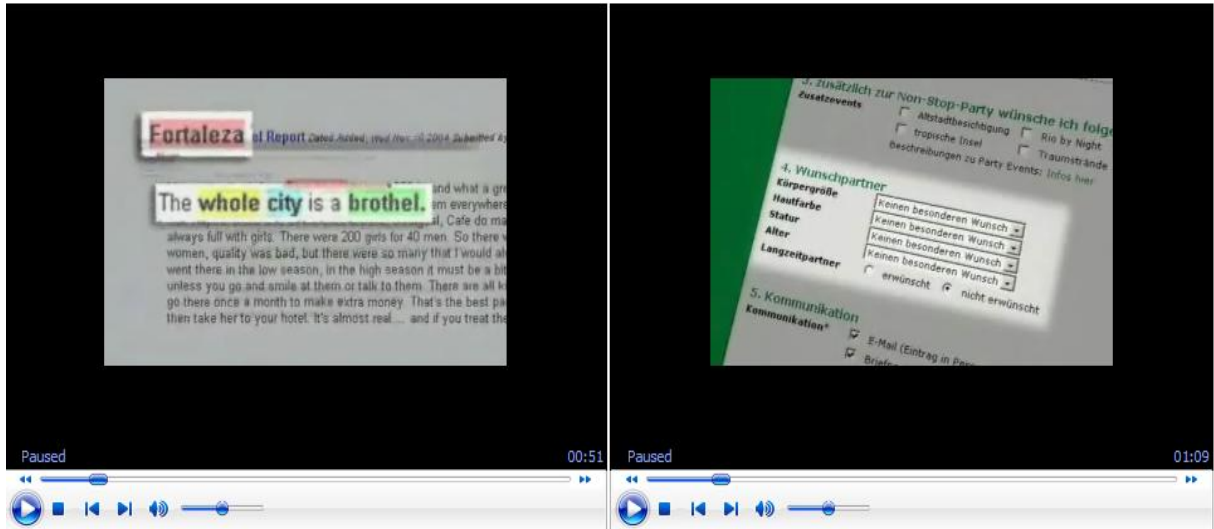


Figura 2: Sites para turistas sexuais, veiculados pelo Jornal da Globo

Prosegue Menezes (IDEM): “Esta é a imagem que os estrangeiros que vêm em busca de sexo levam do Brasil: mulheres, no meio da rua, disponíveis. Em volta delas, uma estrutura montada para receber e explorar o turismo sexual.” A internet serve enormemente a esse propósito, visto que a inserção dos “gringos” no paraíso tropical almejado por eles começa a se concretizar quando contratam os pacotes os quais incluem transporte aéreo, hospedagem e serviços sexuais. Em outra matéria, publicada no *blog* do jornalista cearense Eliomar de Lima (2010), a página de uma agência de turismo holandesa vende o Brasil dessa forma:



Figura 3: "Qual produto é oferecido?" (Eliomar de Lima)

A visão dos turistas sexuais sobre o nosso país, exposta pelos repórteres, tem basicamente, entre suas razões, questões de gênero, etnia, situação econômica e poder, dentre outras. Tudo isso, quando conduzido de forma nociva à imagem e à auto-estima de uma região, fornece os subsídios necessários para ali se praticar qualquer tipo de abuso contra seu povo, de maneira quase impune. Essa condução, conforme demonstramos, pode ser feita por meio dos próprios turistas, através das novas tecnologias ou mesmo do *marketing* boca-a-boca. Mas, além disso, influi nesse processo o tratamento dado pelos próprios governos à impressão que sua população tem de si e que os outros têm dela. Destarte, compreendemos que a democratização do acesso aos meios de comunicação e à produção de conteúdo constitui-se em tarefa primordial a fim de nortear as Políticas de Comunicação. No caso, as que são focadas no segmento turístico. Concordamos com o psicanalista e pesquisador Valter A. Rodrigues, quando diz que:

“Dos grandes – o poder das elites, o poder do Estado, o poder da mídia, o poder (?) das massas – aos pequenos poderes – dos pais sobre os filhos, do patrão sobre o empregado, do professor sobre o aluno, do homem sobre a mulher e as crianças, da “pessoa” sobre o indivíduo –, assim como o poder dizer, o poder persuadir, o poder seduzir, o poder fazer, o poder consumir, é sempre em torno dessas duas instâncias, poder e potência, que, segundo essa ótica de indissociabilidade e subordinação, são travadas todas as lutas em que nos envolvemos em nossas trajetórias de vida.

(...)

Ainda sob tal concepção, é mais livre aquele que detém algum poder do que aquele que não tem poder nenhum.” (RODRIGUES, 2005, p. 217 e 218)

Apreendemos, então, que o assunto das Políticas de Comunicação está intrinsecamente ligado à universalização de direitos. Com isso, a população disporia de mais um instrumento para interferir na dinâmica dos governos e da própria vida de cada indivíduo. Essa universalização

“Significa ampliar o acesso dos cidadãos à informação e ao conhecimento através de meios de comunicação; significa também constituir instâncias democráticas de controle público para que ela própria determine a ética e os princípios gerais da programação dos meios de comunicação; e também significá-la para a posse de meios próprios e para a produção de comunicação.” (RICCORDI *apud* TRESKA, 2006, p. 6)

Nesse sentido, as Políticas de Comunicação, quando da sua elaboração, merecem englobar múltiplos agentes e segmentos sociais. De modo semelhante, elas podem ser estruturadas e destinadas a atender às demandas de uma comunidade específica da sociedade que, em determinado momento, carece de elementos que colaborem na defesa dos seus direitos e no respeito à sua cidadania. É o caso, por exemplo, das Políticas de Comunicação que abordam a problemática relativa ao turismo sexual.

Como verificamos em ocasiões anteriores neste trabalho, a exploração sexual de crianças e adolescentes está umbilicalmente conectada à prática mencionada acima. E o Estado, muitas vezes, tem tido dificuldade na sua tentativa combater esse tipo de violência executada contra parte do público infanto-juvenil, haja vista a complexidade das tramas que compõem essa colcha de retalhos denominada de turismo sexual. Podemos citar como um dos dilemas enfrentados pelo Governo brasileiro o fato de que as políticas de transferência de renda para as famílias de baixa renda não necessariamente foram úteis no combate à prostituição infantil. Embora tenham retirado da miséria em torno de 30 milhões de brasileiros, tais programas precisam atuar junto a outros equipamentos sociais, a fim de que isso conscientize as pessoas, diariamente, do seu próprio caráter de cidadãos. Leal (2010) ilustra esse raciocínio:

“A escola não conversa com posto de saúde. O posto de saúde não conversa com as organizações não governamentais. As ONGs não conversam com os conselhos tutelares. Existe (*sic*) o (*sic*) serviços, mas estão fragmentados. A criança cai naquele atendimento geral, mas ninguém sabe se ela foi ou não abusada, porque a informação é muito precária. A gente ainda vê as crianças de forma fragmentada: hoje eu vou tratar a questão do abuso, amanhã a do trabalho infantil, depois de amanhã da saúde mental, e depois o problema da escola...” (LEAL *in*: UNB AGÊNCIA, 2010)

Pesquisa realizada em 2008 pela Prefeitura de Fortaleza investigou com bastante profundidade as causas que levam indivíduos menores de 18 anos a enveredarem pelo caminho da prostituição. Uma das conclusões do estudo corrobora essa opinião de que a vulnerabilidade das crianças e dos adolescentes vítimas de algum tipo de violação sexual é um dado socioeconômico. E este termo, por si, basta para que, quem se debruçar sobre a situação, confira-lhe uma análise bem mais ampla do que simplesmente o argumento de uma circunstância financeira desfavorável:

“Os motivos que as levaram a essa atividade: 27,9% dos casos, por necessidade econômica; 15,5%, por falta de dinheiro; 7,8%, por que queria comprar coisas; 3,9%, por ser viciado em drogas; 3,1%, falta de emprego; 3,1%, dificuldades em casa; dentre outras, o que significa que a exploração tem origens de fundo socioeconômico, atrelada à situação de pobreza em que vivem as famílias fortalezenses.”

Isso não significa afirmar que o Poder Público só obteve resultados negativos ou não conseguiu propor políticas que atacassem a raiz do problema. A interlocução entre alguns organismos do Governo Lula, em 2004, possibilitou a montagem de um programa de incentivo ao turismo sustentável, cuja espinha dorsal é justamente a luta contra o turismo predatório que vitima inúmeros jovens brasileiros. Assim, nasceu o Programa Turismo Sustentável e Infância (TSI),

“(…) que tem como objetivos a prevenção e o enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes nos equipamentos do turismo, e como princípios o desenvolvimento sustentável, a responsabilidade social corporativa e os direitos da criança.

Quem são os parceiros?

Conselho Nacional de Turismo, Secretarias Municipais e Estaduais de Turismo, Câmara Temática do Turismo Sustentável e Infância, empresas representativas do setor turístico, universidades e sociedade civil.

Quem participa das ações realizadas pelo programa?

Agentes públicos federais, estaduais e municipais, empresários, profissionais do turismo e segmentos da sociedade civil.” (MINISTÉRIO DO TURISMO)¹⁶

As atividades desenvolvidas pelo TSI concentram-se em quatro eixos temáticos: projetos de inclusão social com capacitação profissional; projetos de formação de multiplicadores; seminários de sensibilização e campanhas publicitárias. Trata-se de uma Política de Comunicação completa e seus efeitos já trazem números positivos, dentre os quais se distinguem: 850 jovens capacitados profissionalmente, pertencentes a três Estados do Nordeste (Ceará, Pernambuco e Paraíba) e um do Sudeste (São Paulo), além de mais de 950 jovens em processo de formação; 163 seminários realizados com o intuito de atrair empresários do ramo turístico para participarem do projeto e demais entidades que lidam com

¹⁶ Informações obtidas na página do Ministério do Turismo (MTur) na internet. O endereço encontra-se na Bibliografia deste estudo.

a temática; acima de 100 mil profissionais ligados ao turismo já foram mobilizadas a partir desses seminários (IDEM).

Há também ações de publicidade e propaganda – realizadas principalmente no Carnaval, nas festas juninas e nas paradas gays – com o fito de encorajar denúncias de abuso sexual infanto-juvenil. Em especial, contatando o Disque Denúncia Nacional (DDN) através do número telefônico 100. Aproximadamente 4 milhões de materiais de comunicação do Disque 100 (ou Ligue 100) foram distribuídos durante feriados e celebrações nacionais, assim como em encontros de profissionais relacionados ao turismo. No final de 2010, o serviço incluiu idosos, LGBTs (lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros) e moradores de rua entre seus atendidos. A partir de fevereiro de 2011, pessoas portadoras de deficiência ingressaram nesse rol. O serviço tornou-se 24h, não para em domingos e feriados e as denúncias, atualmente, podem ser feitas tanto pelo telefone como por e-mail (disquedenuncia@sedh.gov.br). Ou, ainda, pelo *site* <http://www.disque100.gov.br> (IBIDEM). O portal Cena G noticiou algumas dessas transformações no último dezembro, bem como o custo que elas tiveram:

“A ampliação do Disque 100, agora Disque Direitos Humanos, envolveu a contratação da empresa Call Tecnologia, de Brasília, que venceu licitação pública e receberá cerca de R\$ 14 milhões em um ano. O contrato poderá ser renovado, conforme avaliação da Secretaria de Direitos Humanos (SDH), ligada à Presidência da República.” (CENA G, 2010)

As estatísticas salientam a importância do Disque 100:

“O serviço telefônico Disque 100, mantido pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, registrou, entre 2003 e o último mês de março, 52 mil denúncias de violência sexual (abuso e exploração comercial) contra crianças e adolescentes de todo o país. Oito em cada dez vítimas são meninas. O serviço funciona 24h e nos sete dias da semana.

De janeiro a março deste ano, o Disque 100 contabilizou 4.205 registros de violência sexual. No ano passado, foram mais de 12 mil registros. A média diária de denúncias aumentou de 84, em 2010, para 103 nos três primeiros meses de 2011.

Segundo a SDH, o Nordeste é a região de onde veio a maior parte das denúncias (37%). Em seguida vêm o Sudeste (35%), Sul (12%), Norte e Centro-Oeste (8%, cada um). Em termos relativos (denúncia por número de habitantes), o Rio Grande do Norte é o Estado com o maior número de registros no primeiro trimestre de 2011.

De janeiro a março, foram 13,29 denúncias para cada 100 mil habitantes.”
(PORTAL R7; AGÊNCIA BRASIL, 2011)

A seguir, apresentaremos algumas peças publicitárias. Elas são fruto da cooperação entre determinadas esferas governamentais, empresas privadas, ONGs e até organismos internacionais. Consideramos importante publicá-las neste trabalho, porque elas atestam a seriedade das Políticas de Comunicação desenvolvidas por tais organizações ou associações. Cada material estará acompanhado de uma breve legenda, embora a maioria seja auto-explicativa.

A primeira delas remete a um dos vídeos da campanha Turismo Sustentável e Infância. Este e muitos outros constam no canal do Ministério do Turismo no portal de compartilhamento de vídeos YouTube. A peça consiste na fala de um narrador, que transcorre à medida que o objeto em formato de planeta Terra é transferido de criança a criança, até ser entregue à última. Esta, por sua vez, oferece-o à câmera, ou seja, ao espectador, na clara intenção de fazê-lo se sentir responsável pelo futuro das crianças e do planeta. O texto dito pelo narrador é esse: “Nos países sul-americanos, os direitos das crianças e adolescentes são respeitados e protegidos. Porque eles são o nosso maior patrimônio. No turismo, nós dizemos: “Não à exploração sexual de crianças e adolescentes!” Este é um crime que compromete o presente e o futuro de nossa gente. Temos que acabar com essa violência. Faça sua parte. Conscientize. Mobilize. Porque quem ama, protege.”



Figura 4: Trecho de um dos filmes publicitários do Turismo Sustentável e Infância



Figura 5: Abanador do Disque 100 entregue a este pesquisador durante o Carnaval de 2011 em Florianópolis

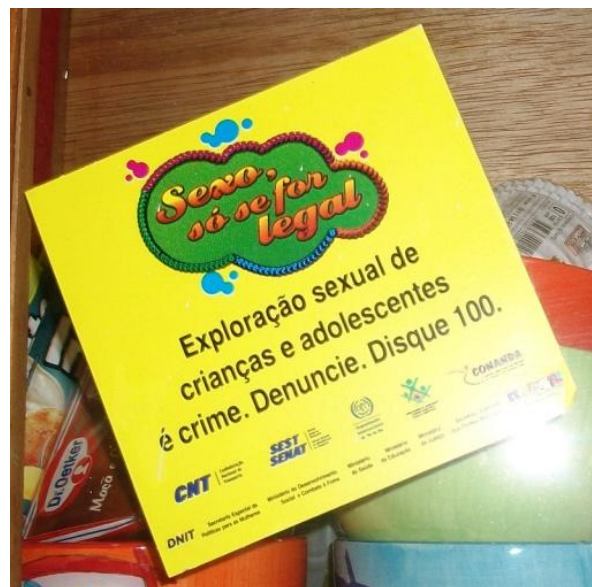


Figura 6: Adesivo do Disque 100 em armário de quiosque da Casa da Cultura de Pernambuco, em Recife. Fotografia tirada por mim em janeiro de 2011



Figura 7: Cartaz de 2010 de campanha do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)



Figura 8: Uma das logomarcas do Disque Denúncia Nacional - DDN 100

Vale salientar ainda as parcerias entre Ministérios e instituições públicas e privadas, a fim de reduzirem drasticamente o fenômeno da exploração sexual no Brasil até a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Os dois maiores acontecimentos internacionais no âmbito esportivo têm preocupado o Governo Federal e as cidades-sede. Será incomparavelmente mais difícil proteger os jovens brasileiros das redes de prostituição e tráfico mundial de seres humanos com o país repleto de turistas, por melhor que esteja a

fiscalização. A quantidade elevada de “gringos” em terras brasileiras, sobretudo nas cidades litorâneas e na região amazônica, ambas onde o turismo sexual se manifesta com maior visibilidade, inevitavelmente atrairá um número também alto de meninos e meninas de baixa renda para o mercado do prazer. Evitar isso é uma prioridade do Estado brasileiro.

A campanha Gol Pela Vida, coordenada pelo Ministério do Turismo juntamente à Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) e à Universidade de Brasília (UnB) traduz essa afirmação. É uma proposta de inserir a sociedade na linha de frente do combate a exploração sexual de crianças e adolescentes. Com esse propósito, a campanha ingressou fortemente nas seguintes redes sociais: Orkut – com um perfil de usuário comum; Facebook – com um perfil de usuário comum e uma *fan page*¹⁷; Flickr – que é um *site* de hospedagem e compartilhamento de fotografias e; Twitter – no qual são disseminados regularmente *links* para reportagens, *blogs*, artigos, enfim, concernentes à ação ou a outros projetos com características e metas comuns à campanha.



Figura 9: Mural da *fan page* Gol Pela Vida no Facebook

¹⁷ Thiago Lopes (2009) explica o significado desse termo: “Segundo o Facebook, uma Fan Page é uma interface específica para a divulgação de uma empresa, marca, banda, etc. Ao realizar a criação é possível escolher o objetivo dela, conseguindo assim melhor segmentação do público que deseja alcançar.”

orkut página inicial perfil página de recados amigos comunidades teste o novo orkut! luisart... Sair buscar no orkut

Gol Pela Vida !

Um Gol pelos direitos de crianças e adolescentes. Exploração Sexual não é Turismo. É crime. Disque 100 e denuncie.

scrap 427 fotos 377 fotos com ela 0 vídeos 4 fãs 10 conhável legal sexy

quem sou eu: **Um gol pela vida, pelos direitos de nossas crianças e adolescentes.**

Esta ação tem como objetivo mobilizar e sensibilizar pessoas, entidades e empresas para prevenir a exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo.

Disque 100 e DENUNCIE. Diga NÃO à exploração sexual de crianças e adolescentes!

O turismo do Brasil atrai pela natureza, a cultura e a diversidade. Não combina com exploração.

Gol Pela Vida nas Redes

Twitter
http://twitter.com/golpelavida

Facebook
Perfil: http://www.facebook.com/golpelavida

Fã Page: http://on.fb.me/golpelavida

promoção denunciar abuso

Promoção descartada!

crie a sua

amigos (184)

Bruno Cays Turismo Rosyane
Brunyelly Paulo NyckollasAsar
Wanessa POLLYANNA Suzana

Figura 10: Perfil da campanha no Orkut

twitter Search Home Profile Messages Who To Follow LuisArthur

Um Gol Pela Vida

@GolPelaVida

Gol pela Vida: campanha do Ministério do Turismo e UnB contra a exploração sexual de crianças com foco nas cidades sede da Copa do Mundo de 2014 e João Pessoa
http://www.cet.unb.br/turismoefancia

Following

Tweets Favorites Following Followers Lists

GolPelaVida Um Gol Pela Vida
O Brasil inteiro está unido contra o Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. http://www.cet.unb.br/turismoefancia/entrada/ 18 May

GolPelaVida Um Gol Pela Vida
18 de maio - Dia Nacional Contra o Abuso e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. http://www.cet.unb.br/turismoefancia/entrada/ 18 May

GolPelaVida Um Gol Pela Vida
Exploração sexual de crianças e adolescentes não é turismo. É Crime! Disque 100 e denuncie. http://www.cet.unb.br/turismoefancia/entrada/ 18 May

About @GolPelaVida

858 Tweets 1,382 Following 4,387 Followers 11 Listed

You and @GolPelaVida
You both follow these accounts - view

Similar to @GolPelaVida - view all

yvessantana Yves - Follow
Nothing -.

marjoryaprato Marjory Aprato - Follow
Bipolar , Nova York , Moda , Paris , Coca-Cola , Músi...

Rickbonadio Rick Bonadio - Follow
I'm fake. I'm a big fan!

Following - view all

About Help Blog Mobile Status Jobs Terms Privacy Shortcuts Advertisers Businesses Media Developers Resources © 2011 Twitter

Figura 11: Página no Twitter

Tanto investimento encontra respaldo no Caderno de Propostas Estratégicas de Organização Turística das Cidades-Sede da Copa do Mundo de 2014 (2008, p. 31), formulado em meados do Governo Lula pelo Ministério do Turismo em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

“A exploração sexual infanto-juvenil, quando aderida ao tecido social local, é perniciososa e gera danos à imagem de um destino turístico. Mesmo em locais onde não existem problemas evidentes ligados à exploração sexual infanto-juvenil, a adoção de medidas preventivas é fundamental, uma vez que esse tipo de visitante tende a ser atraído para localidades onde há impunidade. A existência de políticas de enfrentamento e prevenção à exploração sexual infanto-juvenil e a aplicação de ações pontuais, como campanhas de sensibilização e divulgação de canais de denúncias, contribuem para a inibição dessa prática.” (MINISTÉRIO DO TURISMO; FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2008)

O tamanho da consideração que o Governo Federal e os Ministérios correlatos sentem pela causa em discussão pode ser ilustrado sucintamente pelo próximo esquema. Ele descreve as fases do Projeto de Prevenção à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes no Turismo:

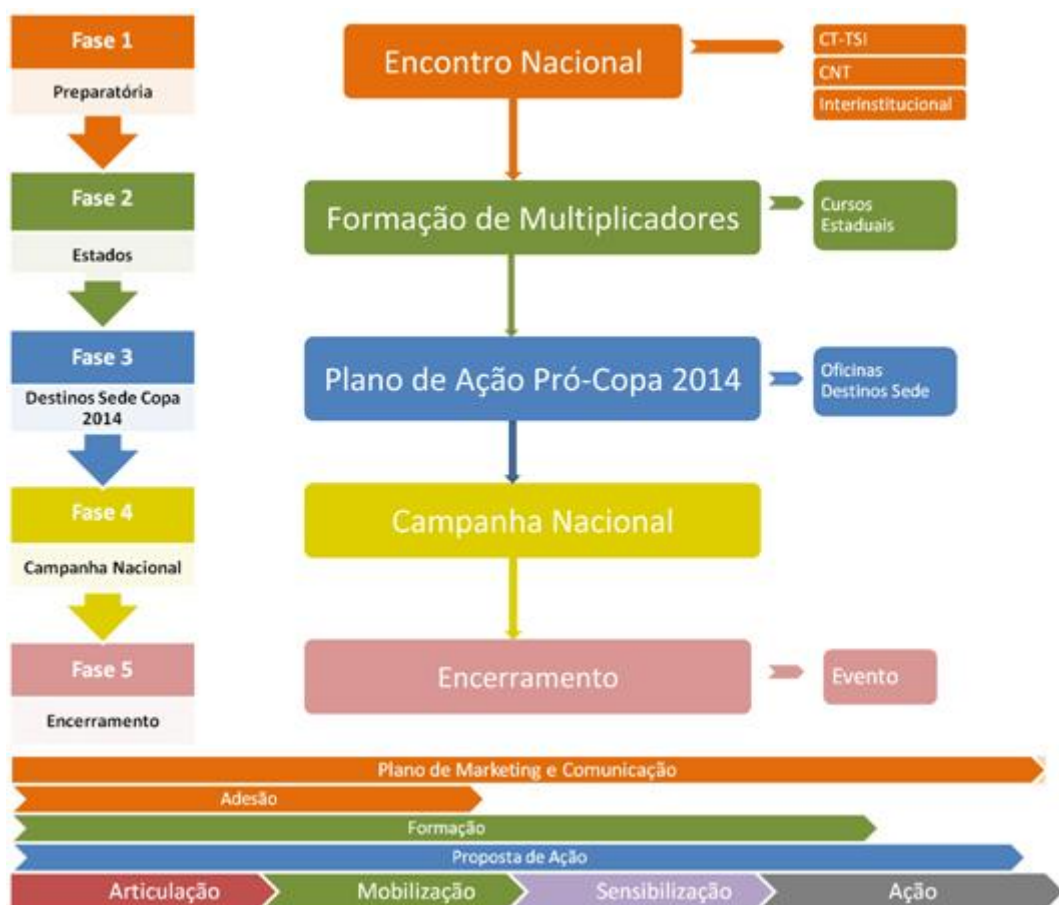


Figura 12: Etapas do plano de atividades de enfrentamento à prostituição infanto-juvenil, a serem cumpridas até a Copa de 2014

Inferimos, portanto, que o Governo Federal e várias outras esferas do poder, dentre públicas e privadas, empregam recursos, criatividade e um tempo enorme em planejar bem Políticas de Comunicação que procurem encarar com coragem a problemática da violência sexual cometida contra uma parcela da juventude brasileira. A atitude é louvável, edificante e merecedora de toda a dedicação dos seus idealizadores, bem como da participação popular mais maciça possível. Porém, pudemos observar uma lacuna nessas Políticas de Comunicação. Ao passo que elas impulsionam sociedade e Estado se mobilizarem para buscar, com maior diligência, soluções inovadoras a graves questões que afetam milhares de crianças e adolescentes em nosso país, fala-se muito pouco a respeito da mulher adulta, isto é, maior de 18 anos que, por alguma razão, também adentrou os labirintos que compõem o comércio do sexo. Se a comunicação é detalhadamente pensada, além de vasta e eficaz no que tange a desarticular redes de promoção da pedofilia, o mesmo não necessariamente acontece quando se trata de sujeitos do sexo feminino adultos, os quais já gozam de alguma autonomia, pelo menos, sobre modos de agir que comprometem seus corpos.

3.4. A prostituta nas Políticas de Comunicação para o turismo: antes de tudo, mulher

A imagem da mulher prostituta nas Políticas de Comunicação brasileiras recentes para o turismo é, como podemos deduzir, suplantada pela urgente necessidade de se assistir a considerável demanda de crianças e adolescentes aliciadas pelos indivíduos por trás do mercado da pedofilia aqui e ao redor do mundo. A expressão turismo sexual acabou adquirindo, na sabedoria popular e sob a ótica de alguns pesquisadores, um significado que remete diretamente ao abuso sexual infanto-juvenil. Parece evidente que os formuladores dessas Políticas tenham dirigido uma porção ínfima do seu tempo, do seu talento e da sua sensibilidade social a lançar um novo olhar sobre essa questão. Não pretendo, com esse argumento, desqualificar ou desmerecer de alguma forma o trabalho que realizaram. Muito pelo contrário. A impecabilidade técnica dessas Políticas e a profundidade da pesquisa que as antecedeu e permitiu suas realizações são dignas de inteira e sincera saudação.

Por outro lado, é mister enxergar a existência de um determinado grupo social, o qual ficou marginalizado dos resultados positivos das ações de comunicação postas em prática. No caso, as trabalhadoras do sexo. O pior disso é que elas já sofrem toda sorte de discriminação proveniente da sociedade desde os tempos mais longínquos, de acordo com o que foi explanado ainda no primeiro capítulo desta pesquisa. Destarte, sua não inclusão entre os segmentos que estão na mira da publicidade oficial, no tocante ao turismo sexual, age como um grosso cobertor, idêntico – se não for o mesmo – ao que historicamente se atira sobre elas para escondê-las. De tal maneira que continuam constituindo um público que a maioria da sociedade ignora, pois simplesmente não o quer ver.

Em sua investigação da prostituição decorrente em São Paulo na passagem do século XIX para o século XX, Rago (*op. cit.*, p. 146) tece uma veemente crítica a um modelo social moralizante vigente na época e que, a meu modesto ver, estende-se até os dias atuais em notável proporção:

“Enfim, se determinados setores da população exigiam campanhas policiais e sanitárias de moralização das práticas sexuais ilegítimas, ou se se mostravam solidários, por outro lado, é visível que o alvo de atuação desses poderes era a prostituição pobre, as “pensões alegres”, tavernas, “casas de tolerância” que compunham a geografia do baixo meretrício e que, eventualmente, se estendiam a outros bairros populares da cidade. Sabemos das inúmeras concepções a respeito da

incivilidade e irracionalidade dos pobres, considerados no período como “classes perigosas” mais do que como classes trabalhadoras.” (RAGO, *op. cit.*, p. 146)

Rosarina Sampaio, ex-presidenta da APROCE e agora da FNTS, que já mencionamos, contou-nos um pouco da sua história de vida, a qual complementa o raciocínio de Rago no que concerne à marginalização da mulher prostituta:

“(…) eu não era ninguém, eu era uma prostituta, como eles diziam. Então, quando eu passei a ter o... ter a... Ter acesso à... fala, o direito de falar... Quando eu tive acesso a poder falar... Porque antes a gente não tinha o direito à voz. Num tinha direito à nada, porque prostituta era tratada como marginal, como drogada... Entendeu, num tinha direito à nada! Mas depois que eu vi que eu tinha direitos, aí comecei a abrir a boca e escancarar tudo! Hoje eu sei que eu tenho direitos e deveres. Entendeu? Sei que... A maioria das mulheres prostitutas, elas não sabem ao que tinham direito. Hoje elas sabem, porque a APROCE diz pra elas o que elas têm direito. Têm direito a ir e vim em qualquer lugar. Elas têm direito a ir a qualquer lugar! Na escola, na faculdade, na... Qualquer parte do mundo, coisa que a gente tinha... Tinha um sentimento de culpa, que a gente era prostituta, a gente achava que a gente era culpada. Depois, a AIDS veio aí... E todo mundo jogou a culpa na AIDS, nas prostitutas e nos homossexuais. Então, tudo de ruim que acontecia era as prostitutas e os homossexuais. As prostitutas e os homossexuais. Nós mostramos ao contrário, nós deixamos de ser foco de contaminação, pra ser fonte de informação. Entendeu?” (SAMPAIO, 2010)

O direito de falar, de se comunicar, invocado por ela, tem uma intersecção com o de ir e vir, de se apresentar em instituições como escolas e faculdades como se realmente é. Sem a vergonha nem o sentimento de culpa que a sociedade impõe às prostitutas. A elas são, historicamente, imputados “crimes”: desde destruidoras de lares, de acordo com o que outrora explanamos, a responsáveis pela difusão da AIDS – em uma estranha colaboração com os homossexuais, que só a imaginação fértil do preconceito é, hoje, capaz de justificar. Alvarez e Rodrigues (1996, p. 55) dão suporte à opinião de Rosarina Sampaio, quando defendem a atuação das ONGs na luta contra a imagem de propagadoras do HIV/AIDS que se tentou colar nas trabalhadoras do sexo:

“Para as mulheres que atuavam no comércio sexual, o contato com essas entidades tornou acessível uma série de serviços, até então indisponíveis ou de baixíssima qualidade, na área de saúde, assistência social e judiciária. Ademais, essa relação permitiu a construção de alianças políticas importantes no enfrentamento da nova cruzada moral, que acompanhou o primeiro período da epidemia de HIV/AIDS. O estímulo à formação de grupos de reflexão e à constituição de organizações de

defesa dos direitos das prostitutas foi outra iniciativa levada a termo pelas ONG's.”
(ALVAREZ; RODRIGUES, 1996, p. 55)

É preciso entender que, quando se caminha na Praia de Iracema a partir do final da tarde ou percorre-se de carro a Av. José Bastos pela madrugada, ou mesmo cruzam-se as ricas instalações da Aldeota e do Meireles em torno das 23h, a caminho de um dos bares frequentados pela elite fortalezense, as trabalhadoras do sexo estão ali. E muitas querem ser vistas com olhos que não exclusivamente os dos clientes. Elas estão nesses e em diversos outros pontos da cidade, em horários típicos à sua comunidade. Nem sempre é fácil percebê-las. Pode ocorrer de estarem misturadas às demais categorias de trabalhadores da noite – travestis (alguns tão femininos que nem o mais experimentado usuário dos serviços das prostitutas saberia distingui-los de uma mulher), garotos de programa, traficantes de droga e, infelizmente, crianças e adolescentes. Nos bares e lanchonetes do Centro, em churrascarias na Barra do Ceará, nas casas de massagem (tão úteis a fim de se encobrir a exploração sexual alheia proibida por lei), em restaurantes de luxo no Meireles, costumeiramente acompanhadas por estrangeiros (ou seja, a presença delas ali é parte do ofício), nas boates da Praia de Iracema ao Mucuripe, nas barracas da Praia do Futuro, nos *shoppings*, nas rodovias, enfim... Basta um olhar um pouco mais apurado para que se identifiquem trabalhadoras do sexo em qualquer lugar. Às vezes, elas se auto denunciam sem querer, através do olhar desconfiado e inclusive temeroso para quem nitidamente não é um consumidor dos seus serviços. Em outros casos, são simpáticas, sorridentes e, mesmo havendo breve relutância, aceitam conversar por alguns instantes.

Um taxista¹⁸ conhecido que contribuiu para a minha incursão na noite alencarina relatou-me um tipo que, sem sua experiência, eu raramente teria identificado. Ele as denominava de “bucho de forno”. Tratavam-se das empregadas domésticas que moravam nas casas dos patrões, em bairros elegantes de Fortaleza. Nos finais de semana, à noite, elas aproveitavam as folgas dos afazeres do lar e desciam dos apartamentos a fim de “darem umas voltas” pelo bairro. “Ar bichinha”¹⁹, como ele também se referia a elas, não propriamente eram trabalhadoras do sexo ou garotas de programa. Mas, “se o cara souber chegar no carro” elas vão. Isto é, um indivíduo conduzindo um automóvel, relativamente bem vestido e com uma conversa agradável conseguia seduzir as ditas “bucho de forno”. Tal denominação,

¹⁸ A propósito, taxistas são íntimos conhecedores do mundo da prostituição. Com o devido destaque aos que trabalham à noite, como é o caso do meu conhecido, cujo nome prefiro manter em sigilo. São também um privilegiado canal de acesso às moças que se prostituem, pois muitos estabelecem com elas uma relação de cumplicidade.

¹⁹ “As bichinhas”, um jeito de se referir a mulheres.

segundo meu amigo taxista, está relacionada com o fato de elas passarem a maior parte do dia nas cozinhas, encostadas aos fogões, preparando refeições para os patrões e desengordurando esse eletrodoméstico. Quando muito, deslocavam-se para a área de serviço, onde permaneciam com a barriga encostada a algo – dessa vez a um tanque, uma máquina de lavar roupas ou um armário de despensa bagunçado. Para o taxista, as “bucho de forno” são mulheres boas com quem se casar, porque são prendadas, sabem cuidar da casa e tratam os homens com mais carinho e menos fingimento do que as prostitutas de esquina, por exemplo. Ele mesmo já teve uma companheira assim, da qual, ironicamente, é separado.

Esse relato auxilia a compreensão de que há subdivisões internas ao conjunto das prostitutas. Ou seja, “(...) há vários microcosmos, micropoderes, conforme diz Foucault (1990), que precisam ser conhecidos para se perceber a rede de interesses que permeia a prostituição” (FOUCAULT, 1990 *apud* SOUSA, I. *op. cit.*, p. 30). Além disso, é bom lembrar que na trabalhadora do sexo reside uma mulher comum, escondida em meio à diversidade de performances e teatralizações que o meretrício exige. Uma mulher que, durante um ou dois turnos do dia pode estudar ou possuir um emprego “bem aceito” – para não dizer no limiar da intolerância, em virtude dos preconceitos de classe que ainda regem as relações empregatícias no Brasil – pela sociedade. E, depois disso, inicia-se o turno do seu outro ofício, ora discreto, ora escancarado, a depender do tipo de consumidor que se procura atrair.

Este segundo caso, conseguimos identificar, por exemplo, na Praia de Iracema, próximo à bifurcação que divide as avenidas Historiador Raimundo Girão e Almirante Barroso. Naquela região, é intenso o fluxo de veículos “pegando meninas”, expressão que escutei repetidas vezes. Elas aguardam pelos clientes sentadas nas calçadas de uma dessas vias, na entrada do Zip Bar – “o Zip”, nos termos do taxista conhecido que me deslocou até lá – ou em pé sobre o próprio asfalto da Av. Almirante Barroso. Logo na entrada da bifurcação encontra-se um posto de gasolina, cujos arredores são disputadíssimos por taxistas que atendem garotas e/ou clientes. Os automóveis que competem por espaço nessa região variam entre táxis, sobretudo os que transportam prostitutas aos clientes estrangeiros ou de outros estados à espera delas em hotéis ou pousadas, e os conduzidos pelos consumidores locais. Destes, muitos dão algumas voltas naquele entorno, antes de decidirem estacionar nas suas imediações. À medida que a noite avança, as vagas para veículos vão se tornando mais escassas.

Foi interessante observar que um número extenso dos homens brasileiros que procuram os serviços das meretrizes ali são razoavelmente jovens – a maioria não aparenta ter acima de 30 anos. Os estrangeiros nitidamente pertencem a uma faixa etária maior. As trabalhadoras do sexo não parecem ultrapassar os 26 anos. Estão sempre muito bem maquiladas e trajando roupas que ressaltam as curvas dos seus corpos. Normalmente, blusas de alça que deixam à mostra o umbigo e calças jeans bastante justas. Igualmente perceptível foi a preocupação da maioria em deixar os cabelos lisos ou, no mínimo, com o volume reduzido por algum tipo de creme.

“É preciso lembrar que o principal fator de sucesso em uma garota são seus atrativos físicos. Um corpo bem modelado, com nádegas proeminentes e seios rígidos, características dos corpos jovens, são mais importantes do que uma cara bonita. A beleza, avaliada por elementos sensuais, é fator de indução de uma mulher para a prostituição, pois pode garantir-lhe o acesso a uma remuneração muitas vezes superior à que teria em início de carreira nas profissões que estão ao seu alcance.”
(GASPAR, *op. cit.*, p. 100)

A parede da entrada do Zip Bar é quase toda de vidro, tal qual uma espécie de vitrine erótica. Através dela, rapidamente se consegue captar como se processam as relações entre homens/clientes e mulheres/prestadoras de serviços sexuais ali dentro. O Zip Bar configura-se em uma espécie de encarnação da literatura antropológica que eu havia lido acerca da prostituição. De um lado, os consumidores do sexo masculino ocupam as mesas e tomam bebidas alcoólicas. No *dance*, sob o jogo de luz, o ambiente é disputado entre as moças que dançam sensualmente. Da parte daqueles, um ou outro olhar mais animador para alguma delas, um ou outro sorriso tímido, de canto de lábio, provavelmente “jogando charme” para elas. Algumas chegam a beber uma garrafa de água mineral ou uma lata de cerveja antes de entrarem no estabelecimento. Notei que os vendedores ambulantes, cujas barracas são montadas nas proximidades do bar/boate, não cobram uma ou duas bebidas que elas consomem. Não vi homens adquirindo nada fora do bar. Dentro, a situação é diferente. São eles que ingerem bebidas, de preferência alcoólicas, e que pagam o consumo das garotas. A sedução abrange a reprodução de códigos de poder em que, supostamente, o homem se situa no topo da hierarquia. Da Silva e Blanchette (2005, p. 261) testemunharam um ambiente similar ao visitarem a hoje extinta boate Help em Copacabana, na cidade do Rio de Janeiro. Segundo eles,

“O centro das atenções na boate é a pista de dança. Normalmente, as mulheres a utilizam para demonstrar seus dotes físicos, enquanto os homens ficam em torno,

assistindo. Quando vê uma mulher que o atrai, o homem entra na pista para dançar com ela. Às vezes, uma mulher puxa um homem que a observa para a dança. Nestes casos, o aliciamento feminino varia entre o bastante explícito e o convincentemente ingênuo, de acordo com a leitura da mulher dos prováveis gostos do seu espectador.” (DA SILVA; BLANCHETTE, 2005, p. 261)

Até certo tempo depois das 0h, em se tratando do Zip Bar, é mais ou menos assim. Desse momento em diante, casais de homens e prostitutas, mais sorridentes e falantes do que quando não estavam nem um pouco embriagados, paulatinamente começam a sair de lá rumo aos lugares onde exercitarão suas fantasias sexuais.

A dominação masculina nas relações sociais e nas que mexem com a sexualidade, que nos chamou a atenção no bar/boate, é uma via de mão dupla. O meio como ela se manifesta em uma ecoa na outra e vice-versa. Rago (*op. cit.*, p. 143 e 144) averiguou que a ocorrência desse fenômeno nas esferas do poder interferia no cotidiano da prostituição na São Paulo do final do século XIX e início do XX. Ela interpreta tal situação desse modo:

“A presença feminina no cenário urbano incomodava de várias maneiras, seja como trabalhadora, seja como prostituta; fumando ou usando roupas mais curtas. Desconhecida, a sexualidade feminina se tornava um grande medo e uma atração. (...) Como ameaça sexual, é visível a irritação provocada pelas prostitutas, quando abordavam diretamente os homens. Medo? De acordo com nosso código moral, ao sexo forte cabia a iniciativa de aproximação sexual, segundo um modelo masculino que valoriza a virilidade, os pêlos, a coragem e a força.” (RAGO, *op. cit.*, p. 143 e 144)

Costa (1986 *apud* SOUSA, I. *op. cit.*, p. 78) aduz que:

“(…)

O homem acreditou no mito que se fez dele. O homem acreditou que deve ser autoritário, imbatível e único capaz de sustentar a família.

Em relação ao sexo, nem se fala; nada mais resta saber. A sua vasta “experiência sexual” o coloca como responsável pelo orgasmo feminino. Mas, será que alguém que evita tanto o contato, que dificilmente exprime afeto ou que tem tanta vergonha de seu próprio corpo pode ter uma boa vida sexual? Acho que o homem tira muito pouco daquilo que o sexo e o erotismo podem lhe dar.” (COSTA, 1986 *apud* SOUSA, *op. cit.*, p. 78)

A comunicação dispõe do seu nível de cooperação no sentido de reforçar estereótipos negativos. Estudamos, mais cedo, que ela proporciona justamente isso quando utilizada para favorecer a prática do turismo predatório, que prejudica a vida de crianças e adolescentes e, conseqüentemente, afeta a imagem do Brasil no exterior. Ponderamos que, na contramão de tudo isso, ela pode assumir um caráter mais íntegro, comprometido com a defesa de minorias e outros grupos que carecem de maior amparo do Estado. Nesse aspecto, ela surge sob a modalidade das Políticas Públicas de Comunicação. E seu funcionamento vai de encontro à publicidade nociva – bem como aos agentes a quem ela serve –, que corrói a harmonia do tecido social e acarreta males ao bem-estar da população. Bem (*op. cit.*, p. 57 e 58) traz novos exemplos relativos a essas considerações. Segundo ele, os meios de comunicação de massa na Europa correlatam minorias e imigrantes a assuntos como “(...) a violência, a criminalidade, as entradas ilegais, a “superpopulação”, de imigrantes e as diferenças culturais. (...) Os temas relevantes para as próprias comunidades imigrantes (como a pobreza, o desemprego, os direitos civis) são sistematicamente ofuscados.” Posteriormente, ele narra a maneira pela qual essa distorcida e triste visão de mundo nos engloba:

“São abundantes os documentários referentes aos países do “terceiro mundo”, que apresentam os habitantes desses países como uma massa populacional homogênea, cuja cultura é predominantemente descrita como fundada na pobreza e em formas de dominação autoritárias. Os “nossos” problemas sociais, como favelas, violência urbana, assaltos etc., são dramatizados e etnicizados, aparecendo mais como um rótulo do que como um assunto a ser explorado criticamente.” (IDEM, p. 59)

A essa lógica de pensamento, Calaça (2008, p. 7) acresce:

“Essa naturalidade fica explícita nos discursos e ações de instituições brasileiras no exterior. O fato do Brasil não formular ao longo de seu desenvolvimento histórico discursos coesos e politicamente corretos que poderiam ser estabelecidos através da exploração consciente de suas potencialidades naturais e aspectos culturais, fez a imprensa internacional estabelecer um discurso dominante, assim como no período colonial, tornando o Brasil um país alvo, pelo seu exotismo e sensualidade, que chama a atenção e garante a venda de publicações.” (CALAÇA, 2008, p. 7)

Tamanho preconceito embaça um exame mais detalhado, o qual provavelmente indicaria que, na verdade, os “nossos problemas sociais” constituem técnicas de vida, mormente em relação aos habitantes das zonas urbanas. Técnicas que garantem às pessoas condições mínimas de sobrevivência e externam, isso sim, a dura batalha do nosso povo em favor do sentido primevo de existir.

“A própria população urbana, largada a seu destino, encontra soluções esdrúxulas para seus problemas. Soluções esdrúxulas, é verdade, mas são as únicas que estão a seu alcance. Aprende a edificar favelas nas morrarias mais íngremes fora de todos os regulamentos urbanísticos, mas que lhe permitem viver junto aos seus locais de trabalho e conviver como comunidades humanas regulares, estruturando uma vida social intensa e orgulhosa de si. Em São Paulo, onde faltam morrarias, as favelas se assentam no chão liso de áreas de propriedade contestada e organizam-se socialmente como favelas. Resistem quanto podem a tentativas governamentais de desalojá-las e exterminá-las. Quem puder oferecer 1 milhão de casas, terá direito a falar em erradicação de favelas.” (RIBEIRO, 2002, p. 204)

Adiante, Bem (*op. cit.*, p. 59 e 60) descortina como o discurso antipático instrumenta a noção que se tem do Brasil em outros países e descreve, especificamente, como ele exhibe a mulher brasileira:

“Ao lado dessas descrições negativas, o imaginário carnavalesco ao qual se associa o Brasil contribui para realçar a beleza sensual das mulheres (no geral mulatas) que expõem sem pudor seus corpos desnudos. Tais imagens se tornam funcionais para os contatos travados na esfera do turismo, estimulando mesmo o surgimento e o estabelecimento do turismo sexual em várias regiões do Brasil, como no Nordeste, limitando as possibilidades de uma interação mais abrangente entre os turistas e as mulheres brasileiras.” (BEM, *op. cit.*, p. 59 e 60)

DaMatta (2004, p. 40) enuncia os fatores que ajudam o carnaval a criar esse imaginário de “loucura”, como menciona o próprio autor. “Loucura” da qual nós, brasileiros, extraímos um sentido positivo, alegre e, como foi sustentado anteriormente, sobre a qual os estrangeiros não depositam a mesma sensação:

“O carnaval cria uma cidadania especial no caso do Brasil. Cidadania que permite andar pelas ruas do centro comercial de nossas cidades com a roupa que quisermos (ou até mesmo sem roupa) e em pleno dia, sem a menor preocupação de sermos atropelados ou vistos por nossos patrões, pais ou amigos aristocráticos. Muito pelo contrário, ao sermos vistos, eles é que correm o risco de serem seduzidos pela nossa investida carnavalesca. Ao lado disso, podemos comer, pular, cantar, dançar, beber ou até mesmo dormir em plena rua. Podemos até mesmo fazer amor com proteção oficial e policial, pois governo e polícia, que durante o ano todo nos cobrem de impostos e compostura, agora nos defendem e compreendem com simpatia o nosso desejo e a nossa cidadania carnavalesca.” (DAMATTA, 2004, p. 40)

Essa liberdade carnavalesca revelada por DaMatta tem seu lado obscuro, conforme já relatamos. Sua construção deveu-se em grande parte a uma redução da imagem do Brasil à

figura feminina e, desta, a corpos desnudos e sensuais desfilando alegremente nos sambódromos ou nas praias, vestindo trajes de banho cada vez menores e dourando sua voluptuosidade sob o sol. O mais surpreendente é que a publicidade estatal brasileira contribuiu essencialmente para solidificar esse olhar. Rosarina Sampaio recorda-se que:

“No meu tempo, que eu batalhava, praticamente não existia esse negócio do turismo sexual. Já existia adolescente se prostituindo. Entendeu? Mas, assim... E existia um turismo sexual, mas que era muito... Sutil... Muito de leve, tá entendendo? O negócio que tão vendendo a nossa imagem lá fora como das mulheres quentes, mulheres de perna, mulheres de bunda bonita... A imagem do Brasil, das mulheres, é como mera mercadoria barata. Que eu acho horrível! Eu falo isso, olha, é uma tristeza a mulher brasileira ser vendida lá fora como sexo barato, sexo fraco, sexo é... É... novo. Tá entendendo? Que você pode pegar qualquer criança! Sexo! Entendeu?”
(SAMPAIO, *op. cit.*)

Em relação à formação da imagem da mulher brasileira mundo afora e como isso facilitou a emergência do turismo sexual no Brasil, façamos algumas considerações. Entre as décadas de 1930 e 1940, o Departamento de Turismo do Rio de Janeiro utilizou cartões-postais na publicidade da então capital do Brasil. Uma série deles foi disponibilizada e cada postal continha dizeres em outros idiomas, como o espanhol. Eles traziam ilustrações de mulheres sensuais à frente das bandeiras de dois países distintos, um deles o Brasil. Daí se deduz que seu alvo era o turista estrangeiro (JARDIM, 2009, p. 107 e 108).



Figura 13: Postal em que mulher sedutora abraça metade da bandeira brasileira e metade da argentina. Abaixo, o slogan “Rio de Janeiro (Brasil) – a cidade das praias maravilhosas”



Figura 14: Postal com imagem de mulher envolta por rosas. Bandeiras da Espanha e do Brasil unidas ao fundo. Abaixo, os dizeres: "Rio de Janeiro (Brasil) - cidade dos sonhos"

A política de convidar o turista estrangeiro para vir ao Brasil foi ampliada a partir da década de 1960, durante a qual o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) encarregou-se fortemente de moldar a imagem do Brasil no exterior. Isso foi feito por meio de uma comunicação que exaltava nossas praias, a libertinagem do carnaval e a beleza das mulheres daqui, cuja nudez era um chamativo a mais muito relevante. Surgia o Brasil como paraíso tropical, noção que persiste até nossos dias. Minini (*apud* FILHO, 2007) explica as razões dessa campanha empreendida pela Embratur:

“A fortíssima imagem no exterior de que o Brasil é uma grande festa não é obra do acaso. Em 1966, quando foi fundado o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), houve muito incentivo a campanhas publicitárias que mostravam sempre as belas praias do Rio de Janeiro e a nudez das mulheres no carnaval. Era a época da Ditadura Militar e o objetivo das campanhas era vender uma falsa idéia de liberalismo e democracia, em oposição às denúncias do povo ao governo ditador. Porém, essa idéia prevalece até hoje.” (MININI *apud* FILHO, 2007)

No decorrer dos anos 1970 e 1980, esse prosseguiu sendo um artifício bastante utilizado pelo Governo brasileiro nas suas Políticas de Comunicação para o setor turístico. A mulher era retratada como símbolo da nossa hospitalidade e da nossa pretensa liberdade em diversas publicações planejadas ou apoiadas institucionalmente pela Embratur. Como se pode ver ao longo das imagens que estamos reproduzindo, trata-se de uma receptividade acompanhada da sensualidade feminina. O que não deixa de ser um convite ao sexo, a conhecer o que o Brasil pode oferecer “de melhor”: mulheres lindas, semi-nuas, em

abundância e, por que não dizer, fáceis. Afinal, era o próprio Estado brasileiro quem as expunha ao mundo como meros objetos de desejo.

“O uso da imagem da mulher brasileira vinculada aos festejos carnavalescos não se restringia apenas à publicidade da EMBRATUR. No mesmo período, a revista Rio, Samba e Carnaval, distribuída em vários idiomas no Brasil e no exterior, com o apoio da EMBRATUR, usava e abusava da imagem da mulher como o principal atrativo turístico do Rio de Janeiro.” (ALFONSO, 2006, p. 89).



Figura 15: Revista Rio, Samba e Carnaval (1973)

A autora complementa:

“A mulher continuava vinculada a uma imagem do Brasil como país sensual, representação explorada não apenas nas campanhas da EMBRATUR como também em outras publicações do trade turístico, como a já mencionada revista Rio, Samba e Carnaval, que trazia na edição de 1982 uma reportagem sobre a cidade do Rio de Janeiro intitulada “Rio é sol, é cio”. A própria imagem do Rio de Janeiro apropriada pela EMBRATUR não sofreu muita alteração desde as primeiras campanhas publicitárias da década em 70. O Rio continua sendo divulgado como a cidade da Baía de Guanabara, do Pão de Açúcar, do Cristo Redentor, do Carnaval e da Garota de Ipanema, linda e de biquíni.” (ALFONSO, *op. cit.*, p. 97)

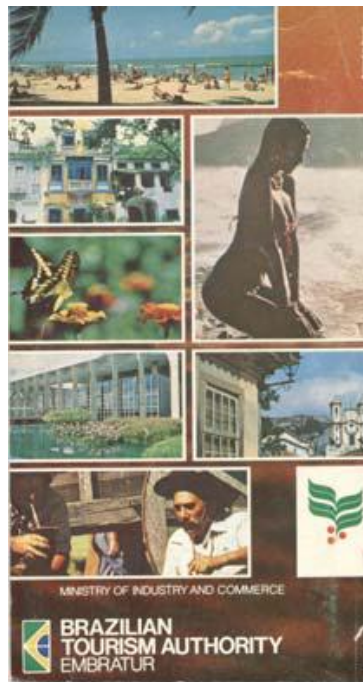


Figura 16: Outra imagem da Revista Rio, Samba e Carnaval (1982)

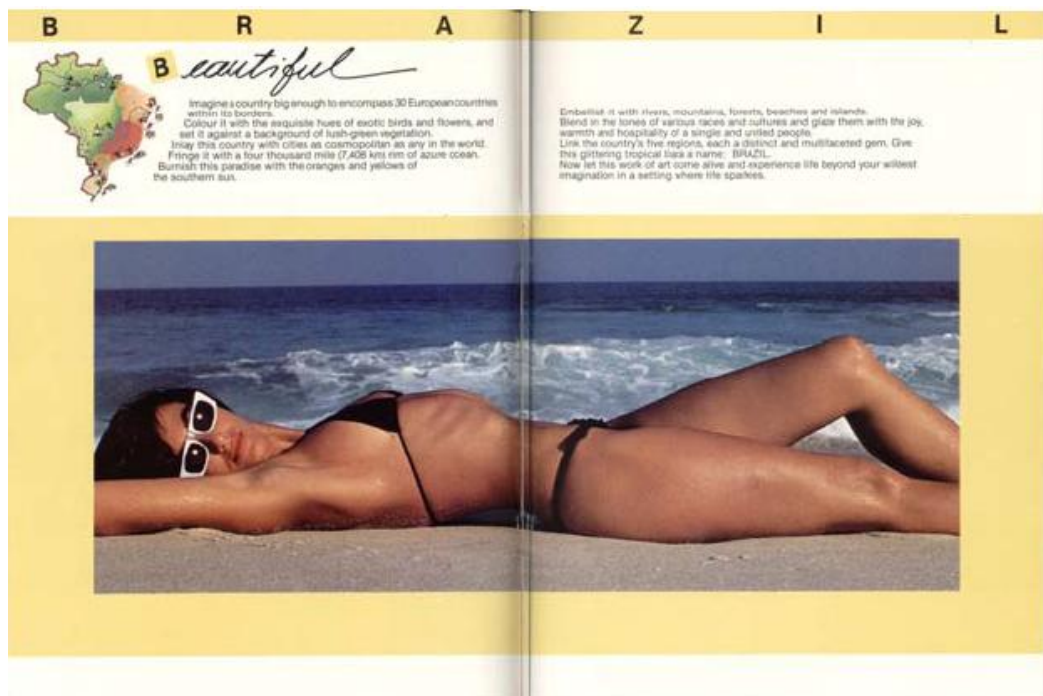


Figura 17: Revista da Embratur (1987)

Garcia (2005, p. 45) salienta que

“A indústria cultural contemporânea investe no imperativo da exposição pública, tornando o corpo, no anúncio publicitário, elemento descartável, quando necessário for. Isto é, o público acredita que está diante de uma deusa da beleza, quando, de fato, ela não passa do resultado de excelentes efeitos visuais propiciados pelo tratamento técnico de maquiagem, vestuário, iluminação e fotografia. Como um desfile de moda requintado, cada vez mais, tudo é muito *fake!*” (GARCIA, 2005, p. 45)

Após essa análise, é compreensível o porquê de o turismo sexual haver se proliferado com tanto vigor no Brasil no decurso da década de 1990. A figura da mulher brasileira foi exportada com o intuito de internacionalizar o que temos de bonito, de feliz e de descontraído. Porém, o modelo turístico que isso ajudou a instaurar no nosso país nem sempre é dotado dos mesmos atributos, tampouco o tipo de visitante que atrai. Com isso, expandiu-se uma perigosa articulação, real gestora do turismo sexual e que integra, em suma, a prostituição infanto-juvenil, o meretrício, a comercialização de drogas e o tráfico de seres humanos. E, embora toda essa complexidade de problemas sociais, ainda é possível encontrarmos resquícios de suas causas em pleno século XXI.

No ano de 2005, reacendeu-se a polêmica envolvendo os cartões-postais cariocas, vendidos nas praias do Rio de Janeiro, que exibiam fotografias de mulheres em trajes de banho. Um projeto de lei da Deputada Alice Tamborindéguy (PSDB), sancionado pela então Governadora Rosinha Matheus, tornou ilegal o comércio desse produto, habitualmente bastante procurado pelos turistas de todo o planeta (FOLHA ONLINE, 2005).

“As mulheres que aparecem nos postais sob a denominação geral de *garota carioca* sabem fazer algo e o fazem eficazmente. Sabem andar sensualmente ao longo do calçadão, dar pequenos mergulhos enquanto são observadas na areia ou no mar; dar pulinhos sobre as ondas, deitar ou sentar-se sobre cangas em poses sensuais, cruzar e descruzar pernas, deixar a mostra partes do corpo ressaltando-as, arrumar delicadamente as partes superior e inferior do biquini. Enfim, possuem um *savoir faire* corporal resultado de hibridizações.” (SIQUEIRA, 2006, p. 142)

Jardim (*op. cit.*, p. 122) aprofunda esse raciocínio:

“A propaganda postal da cidade do Rio de Janeiro apresenta quatro mulheres como atrativo turístico. Cabelos loiros, castanhos, lisos ou frisados, elas estão de costas, não revelam suas identidades. Os pequenos biquínis e de cores variadas parece aumentar a variedade da oferta para o consumo dos corpos semi-nus.

A praia de Copacabana, conhecida como destino para o turismo sexual em todo o mundo, utiliza a estratégia da sedução e sensualidade da mulher nas imagens. A erotização do corpo feminino, enquanto objeto de apreciação e consumo masculino, transformam-se em práticas reificantes, apenas algo mais colocado à venda.” (JARDIM, op. cit., p. 122)

A seguir, algumas reproduções do tipo de cartões-postais que foram vetados no Rio de Janeiro:



Figura 18: A conhecida “paixão nacional” dos brasileiros



Figura 19: Mulheres semi-nuas em um visual paradisíaco



Figura 20: Outros postais. No primeiro, mais "bunda". No segundo, garotas sensuais desfilam seus corpos perfeitos no calçadão de Copacabana. Abaixo, o preço de cada cartão que, sarcasticamente, parece apontar o valor de cada mulher

Garcia (*op. cit.*, p. 46 e 47) novamente é útil ao entendimento da verdadeira feição da publicidade que cria suas peças centradas no culto ao corpo como objeto de desejo e produto perfeitamente consumível:

“Essa possibilidade de provocar o público coloca o corpo como instrumento envolvente que estimula, seduz e ajuda na persuasão midiática. Persuadir (...) implica tratar estrategicamente as formas de condução da informação publicitária. (...) é elaborar com requinte as camadas necessárias do discurso estratégico, é avaliar a situação e levar o público a um grau de crença satisfatório para a compra e a confirmação pública dessa ação, vista/lida como vantagem ao adquirir o produto (...) A persuasão na publicidade serve para demonstrar o ganho.

(...) Fica claro que o mercado de comércio e negócios se move como uma engrenagem que busca respostas imediatas, e nessa movimentação financeira precisa estar bem estabelecido com a rede de conversações de produção e distribuição de mercadorias, nesse caso, produtos, bens e serviços para além do capital de giro.”
(GARCIA, *op. cit.*, p. 46 e 47)

De toda essa discussão, emerge uma lógica que se inicia com a submissão feminina ao homem desde épocas distantes da que vivemos. Enxergada como um indivíduo de camada social inferior, à mulher era facultado o direito de servir ao homem e esse era o radical dos direitos restantes, incluso aí o de vivenciar sua sexualidade e fazer uso do corpo em conformidade com a própria vontade. As que ousassem fugir desse paradigma eram as prostitutas. Em princípio, destruidoras de lares. Com o tempo, um mal necessário. Constantemente, uma espécie de cidadã da pior qualidade que precisou vencer inúmeros obstáculos até para conquistar o direito de associação e, assim, ter voz mais ativa na luta pela garantia de novos direitos. Isso apesar de seu ofício ser reconhecido no senso comum como o mais antigo da história. Simultaneamente a esses eventos, o mundo ia se curvando cada vez mais a um sistema político, econômico e social excludente das suas minorias e propagador de um reducionismo das funções do Estado que, levadas ao extremo, torná-lo-iam praticamente ausente: o capitalismo.

O mercado que possibilitava às prostitutas o exercício da profissão – com a obtenção de uma renda mínima para custos de sobrevivência –, era o mesmo que requeria governos interagindo cada vez menos com os movimentos sociais e cortando despesas de projetos ou de instituições cujo papel garantiria uma base de dignidade às pessoas, especialmente as de baixa renda. Era, igualmente, o que separava o mundo em ora dois²⁰, ora três²¹ estamentos, dentre os quais o mais rico e próspero era justamente onde se aplicavam mais vigorosamente as leis de mercado. É o mesmo modelo que, regularmente, invade nossos lares via telejornais conservadores, pregando ortodoxia econômica e reclamando que secretarias ou ministérios de promoção de políticas públicas para identidade de gênero, de etnia, Direitos Humanos enfim, representam um inchaço da máquina pública e só prestam para abrigar filiados da coalizão de partidos que se encontra no poder. É um mecanismo que embasa a restrição a grupos de pressão minoritários na conquista de um papel cada vez maior e mais relevante na formulação das políticas governamentais ou estatais que lhes dizem respeito.

“(…) A exclusão social manifesta-se não somente na subordinação desses grupos vulnerabilizados ao trabalho alienado e estigmatizado, nem somente na sua exposição física e sexual, mas também na esfera do lazer, na ausência de acesso garantido à saúde, à educação e ao consumo. Esses grupos sentem na pele a situação da diferença a que estão expostos, por estarem situados na outra margem da sociedade, privados do exercício de uma cidadania plena, sem chances objetivas de

²⁰ Mundo desenvolvido e mundo subdesenvolvido.

²¹ Primeiro, Segundo e Terceiro mundos.

participar, como beneficiários, das promessas de mobilidade social inscritas, de fato, como pura ideologia no centro da racionalidade capitalista.” (BEM, *op. cit.*, p. 85)

Nesse contexto, os habitantes dos países menos desenvolvidos são os que mais sofrem quando não ingressos nas classes dominantes da população, para as quais a experiência de democracia plena permanece historicamente um privilégio. Como a maioria dessas nações possui uma forte herança colonial, as divisões sociais não se dão apenas por critérios econômicos, como também a partir de quesitos étnicos e sexuais. Se homens negros ou indígenas e seus descendentes ainda sofrem discriminação racial, que pensar das mulheres e, pior ainda, das prostitutas com esse perfil? No mínimo, que raramente escapam à inscrição nos segmentos socioeconômicos de baixa renda e quase inevitavelmente viverão um modo de liberdade democrática que, de fato, não lhes oferece o que realmente lhes é de direito.

A mídia influi nesse processo repetindo discursos discriminatórios, que ressaltam os defeitos dos países em desenvolvimento e omitem as razões destes. Bem (*op. cit.*, p. 61) relata como as trabalhadoras do sexo dessas regiões costumam ser retratadas pelos meios de comunicação alemães:

“Com relação ao grupo de prostitutas do “terceiro mundo”, os meios de comunicação tratam-nas como um grupo despido de toda subjetividade, ou seja, como puro reflexo da miséria econômica, esta última considerada fenômeno natural, o que impede a abordagem histórica da exploração econômica realizada nacional e internacionalmente. Mostra-se a miséria da vítima, ocultando-se as relações estruturais e causais.” (BEM, *op. cit.*, p. 61)

No caso do Brasil, os veículos de comunicação atuaram, durante um longo período, na idealização, formação e intensificação de estereótipos sobre o país – apresentado como um paraíso tropical – e sua gente, com destaque para as mulheres – representadas através de imagens contendo nudez e repletas de lubricidade. A impressão que se transmitiu do Brasil no exterior foi a de que aqui o carnaval dura o ano inteiro e, portanto, a liberdade sexual que ele permite. Carnaval que DaMatta (*op. cit.*, p. 42) resume como

“(…) inversão porque é competição numa sociedade marcada pela hierarquia. É movimento numa sociedade que tem horror à mobilidade, sobretudo à mobilidade que conduz à troca de posição social. É exibição numa ordem social marcada pelo falso recato de “quem conhece o seu lugar” – algo sempre usado para o mais forte controlar o mais fraco em todas as situações. É feminino num universo social marcado pelos homens, que controlam tudo o que é externo e jurídico, como os negócios, a religião oficial e a política.

(...) Um rito cuja regra é a não regra.” (DAMATTA, *op. cit.*, p. 42)

O efeito que essa Política de Comunicação surtiu vem sendo prejudicial ao país por décadas, porque abriu nossas portas a um turismo sexual desenfreado e que, em virtude disso, faz muitas vítimas. Não só de adultos se sustenta o turismo sexual. Crianças e adolescentes também participam dessa prática, principalmente se provenientes de comunidades de baixa renda e para os quais isso representa um meio de vida e de colaborar com as despesas da família. Rosarina Sampaio desnuda a condição socioeconômica dos turistas pedófilos. Ela aproveita para expor sua indignação contra eles e criticar a impunidade:

“Mas sei que cê sabe que quem vem pra cá, atrás de meninhas novinhas, bonitinhas, não são ricos. Eles são a... Ralé. A mera ralé da, por exemplo, da Itália. Eles são os pedreiros, carpinteiros, que eles trabalham o ano todo. Mesmo pobres... Pra depois vim pra cá gastar com as nossas crianças. Eu acho isso o fim do mundo! Entendeu? Por mim eles seriam todos mortos. Eu, eu sou contra a pena de morte, tá entendendo? Mas, pra esse caso, eu acho que teria que ter pena de morte. Um homem que fica com criança, que estupra criança, tem que ter pena de morte, isso sim! Mas o problema da pena de morte no Brasil é que só morreria os pobres. Os rico não morreria. De maneira nenhuma. Não são nem presos!” (SAMPAIO, *op. cit.*)

Trazendo o Ceará para o centro desse debate, a própria APROCE é uma das entidades que mais se movimentam a fim de denunciar e desmontar a teia de atividades criminosas interligadas ao turismo sexual, que incluem a exploração sexual infanto-juvenil. Indagada a esse respeito, a mais importante porta-voz dessa entidade, declara:

“A gente é radicalmente contra. Porque nós queremos um turismo saudável, né? Que nós não temos. Nós queríamos que os turistas viesse pra cá ver nossas praias... Ver nossa cultura... Viesse com sua família... Um turista saudável, mas não um turista que vem pra explorar nossas crianças... Se fosse pelo menos mulheres adultas! (...) Não, eu num sou contra, não! Eu sou contra um homem adulto com uma mulher adulta, que ela vai ganhar seu dinheiro? Num sou contra de maneira nenhuma! Nem seria presidente da APROCE, presidente da Federação...” (SAMPAIO, *op. cit.*)

São essas mulheres adultas, que ofertam seus serviços a homem adultos, as que encontramos na Praia de Iracema e a quem nos referimos no começo deste tópico. Mulheres vítimas de preconceito pela ocupação profissional, independentemente dos rumos que conduziram a ela. Seres humanos cujos espaços nos quais atuam são citados com imediato receio quando alguém nos pede para evitá-los, pois “ali é um puteiro”. E isso acontece de tal forma que inclusive essas mulheres se sentem intimidadas a tocar no assunto. Uma das moças

com quem dialogamos na Praia de Iracema, por exemplo, recusou-se veementemente a dar sua opinião sobre o que significava para ela ser uma trabalhadora do sexo e como ela avaliava a relação disso com o turismo sexual. Sua única resposta contemplou um fato novo para nós, qual seja o conceito que ela tinha em relação ao cliente brasileiro. Este era disposto na fala daquela em igualdade de condições com o cliente estrangeiro:

“Ao contrário do que muitos pensam, as pessoas pensam que por eles serem... Por eles serem de fora, eles [*os clientes estrangeiros*] vão pagar melhor e eles não pagam! Pagam a mesma coisa que os brasileiros! Então, pra mim, não tem nada a ver isso aí! [*a ideia de que o cliente estrangeiro interessaria mais às prostitutas, em alguma circunstância, do que o nacional*]” (CLARA, 2011)²²

As outras duas prostitutas que contatamos pareciam mais dispostas a cooperar com a nossa investigação, embora também temerosas de que eu fosse um jornalista e elas estivessem sendo filmadas às escondidas. Todas, unanimemente, perguntaram para qual instituição eu realizava aquela pesquisa e o motivo desta. Assim, eu me identificava como um estudante da Universidade Federal do Ceará, do curso de Publicidade, e que estava fazendo uma investigação acerca da relação entre comunicação, prostituição e turismo sexual, a ser utilizada na minha monografia. Ao que todas replicavam já haverem sido entrevistadas na semana anterior por alguém e sobre temas parecidos. O que evidencia o caldeirão de pesquisas fervilhando a respeito dessa problemática. E apesar de, semelhantemente à primeira, relutarem em fazer observações diretas quanto ao trabalho da meretriz e o turismo sexual, o tema acabou sendo insinuado em seus comentários que abrangiam a comparação entre os clientes estrangeiros e os brasileiros. Além das réplicas às perguntas sobre a imagem das trabalhadoras do sexo nas Políticas de Comunicação que combatem o turismo sexual e como elas gostariam que a mulher prostituta fosse inserida nestas ações.

Débora (2011) contou-nos o juízo que fazia concernente ao seu público-alvo: “Eu sou mais os brasileiro. Porque é melhor do que os estrangeiro! Paga mais. Agora tá pagando mais, né? Porque antigamente os estrangeiro pagava mais... É só inclusão esses estrangeiro!” Lia (2011) concordou parcialmente: “Eu prefiro o brasileiro mermo, do Ceará mermo, o pobre mermo que é melhor! Porque estrangeiro é... Não, gosto não!” Questionada se isso se devia ao fato de eles pagarem mais pelo programa, divergiu: “Não, porque eu gosto mais! Estrangeiro paga bom também, mas eu num gosto não. Sou mais aqui do Ceará mermo...”

²² Os nomes das prostitutas no texto são fictícios. Tanto por decisão nossa como, sobretudo, por elas mesmas não os revelarem.

Em se tratando da maneira pela qual a mulher prostituta tem sido apresentada nas Políticas de Comunicação para o turismo sexual, Lia não soube dar uma resposta. Contudo, perguntada como gostaria que essa imagem fosse trabalhada, falou do preconceito que as trabalhadoras do sexo recebem de uma sociedade que sequer conhece as nuances da profissão. E pediu respeito à categoria:

“Eu queria assim respeito, né? Porque, hoje em dia, a gente veve assim nessa vida não é porque... Algumas gostam, algumas precisam... Porque eu to aqui porque eu preciso, não preciso, né? Preciso assim, porque eu sou muito ganosa por dinheiro. Mas a minha mãe me dá, é porque eu to aqui de enxerida. Mas é porque tem uns que não gostam, chama a gente disso, de aquilo, a gente não é isso, a gente tá aqui pra trabalho como normalmente eles trabalham de carteira assinada... E tudo, e é isso e aquilo!” (LIA, *op. cit.*)

Débora reagiu negativamente às Políticas Públicas de Comunicação que abarcam a questão do turismo sexual, por entender que elas prejudicam o reconhecimento das prostitutas como mulheres livres e capazes de traçar seus próprios destinos:

“Eu acho que é... Quem... Tem sua vida vive com o que quer, né? Às vezes, eu acho que esse pessoal faz é atrapalhar! Deixa o pessoal viver a vida que você quer! Tem umas que quer viver aqui, quer... Ganhar seu ganha-pão aqui? Num tão matando, num tão robando, tem gente fazendo coisa pior! E o governo num liga, né não?” (DÉBORA, *op. cit.*)

Discriminação idêntica à sentida por Lia foi enunciada por Débora e esta clamou por Políticas de Comunicação que facilitassem a aceitação social das pessoas que “trabalham na noite”: “É, era pra ter, nera? Assim... Com certeza! Que eu acho que, ave Maria! O pessoal discrimina demais a pessoa que trabalha assim na noite, né?” (DÉBORA, *op. cit.*) Rosarina Sampaio elucida a necessidade de Políticas de Comunicação nesse sentido:

“A mulher brasileira é vendida a imagem dela, é a da mulher mesmo, né? Madura! Mulher já... Tá entendendo? É vendida lá fora a imagem dela como a... As mais belas mulheres! Mas, você vê no Carnaval, as mais belas mulatas não são do Brasil? Onde é que têm aquelas lindas mulatas? Num é aqui, num é no Rio, num é em São Paulo? Né aqui no Ceará? Né aquelas lindas mulher que a gente, mesmo mulher, acha linda! Cê imagina um, um, um... Uns amarelo véi lá de fora buscando mulher morena, vê uma negra linda, com as pernas dessa grossura, um bumbum deste tamanho, fica tudo doido! [risos] É! A imagem da mulher é vendida como mera

mercadoria barata. Apesar da Daniele Vine, Vini... Daniele Binche²³, né, ser uma das mulheres mais bem pagas do mundo! (...) Porque ela ali, ela num ganha pouco não, ela ganha muito! Ela ganha uma imagem muito cara. Uma propaganda dela é milhões e milhões e milhões...” (SAMPAIO, *op. cit.*)

Dáí a carência e a imprescindibilidade da elaboração de Políticas Públicas de Comunicação que encarem a figura da mulher prostituta como partícipe da dinâmica do turismo sexual e cuja prestação de serviços não é um elemento constitutivo unicamente da parte predatória dessa ramificação turística. Gohn (2008, p. 444) discorre sobre a importância da participação dos sujeitos dos movimentos sociais na formulação de Políticas Públicas, como um mecanismo de instigar o reconhecimento dos seus direitos pelo Estado.

“O movimento social, como um sujeito social coletivo, não pode ser pensado fora de seu contexto histórico e conjuntural. As identidades são móveis, variam segundo a conjuntura. Há um processo de socialização da identidade que vai sendo construída. (...) Ao contrário da política de identidades construídas pelo alto, (...) a identidade política dos movimentos sociais (...) pode variar em contextos e conjunturas diferentes. E muda porque há aprendizagens, que geram consciência de interesses. Os sujeitos dos movimentos sociais saberão fazer leituras do mundo, identificar projetos diferentes ou convergentes, se participarem integralmente das ações coletivas, desde seu início, geradas por uma demanda socioeconômica ou cultural relativa, e não pelo simples reconhecimento no plano dos valores ou da moral.” (GOHN, 2008, p. 444)

Touraine (2007, p. 107) argumenta que

“O discurso das mulheres não é dirigido contra os homens e menos ainda contra o modelo “patriarcal” do qual elas não têm experiência, salvo no que concerne às políticas, que elas recriminam por serem as últimas representações de uma ordem tão arcaica quanto injusta. E no que concerne ao tema central da ação possível das mulheres, elas são mais ambivalentes do que hostis, visto que vivem em uma sociedade que não (ou ainda não) construiu a representação dela mesma nestes termos. O mundo das imagens ainda carrega em suas ondas as resistências possíveis. Inversamente, um possível movimento social ainda se choca contra os falsos debates que contrapõem a “alta cultura” a cultura popular ou cultura de massa, julgada inferior e perigosa em sua totalidade, e que considera a referência direta à sexualidade como negativa e vulgar.” (TOURAINÉ, 2007, p. 107)

²³ Gisele Bündchen, brasileira que é a *top model* internacional mais bem paga atualmente. Pela sonoridade do nome, acredito que Rosarina Sampaio acabou confundindo o prenome e o sobrenome com os da atriz brasileira Danielle Winits.

Estamos em sintonia com esse pensador. O conservadorismo acerca de questões de sexualidade perpetua-se internalizado em uma quantidade numerosa de membros da nossa sociedade. E é traduzido pelas Políticas de Comunicação focadas no ramo do turismo – mais precisamente, na repulsa à sua ramificação “sexual”. São Políticas que, em seu nascedouro e através dos anos subsequentes, espalharam ao redor do mundo a marca de um Brasil farto de mulheres despidas, fáceis e cordiais aos turistas que vinham ao país aproveitar uma liberdade desregrada e manter com elas relações sexuais. Com o tempo, descobriu-se que essas Políticas trouxeram também visitantes para quem a mulher adulta não era o mais interessante e que confundiram a permissividade sexual prometida com licença para abusar de crianças e adolescentes e até indivíduos mais maduros: seja através da violência sexual, seja do tráfico internacional de seres humanos. E, com a finalidade de se desfazer essa noção de que “nesta terra tudo pode”, os sucessivos governos eliminaram, quase que integralmente, a presença da mulher dos seus planos de comunicação que miravam o setor turístico. Como consequência, passaram a ignorar que a prostituta era uma provável beneficiária do turista sexual não pedófilo e dotada do direito de atendê-lo profissionalmente, desde que o lucro fosse destinado a si e não a mantenedores de redes de exploração, pois isso contraria a lei.

A organização em associações de classe abriu caminho para que as trabalhadoras do sexo se reconhecessem, em primeiro grau, como mulheres. E aquelas que haviam chegado ao mercado do prazer devido a situações socioeconômicas desfavoráveis mereciam uma chance de mudar de percurso através, por exemplo, do retorno aos estudos, da frequência a cursos profissionalizantes ou à consecução de outra profissão. As que, por alguma razão, sentiam-se satisfeitas com o meretrício, puderam ter suas vozes escutadas pelos governos e algumas das suas demandas atendidas. Em retribuição, transformaram-se em militantes ativas em prol de Políticas de Comunicação direcionadas a problemáticas de gênero e sexualidade: prevenção contra doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), repúdio ao turismo predatório, emancipação social e política da mulher. Logo, teimar em circunscrevê-las dentro de guetos nos quais residem todos os males da sociedade e pretender que elas não existem como agentes batalhando por justiça social perde seu sentido e não passa de puro preconceito. E o resultado disso é a escassez de Políticas de Comunicação no Brasil voltadas especificamente para o fomento de uma melhoria da identidade da mulher prostituta. Fato que é ainda mais agravado em função de que as poucas produções a esse respeito que se fixaram no imaginário popular, até hoje, foram as ruínas.

Considerações finais

O presente trabalho nasceu com o objetivo de se somar às discussões a respeito de prostituição, turismo sexual e comunicação. Todavia, ele não seria necessário se nos limitássemos a reproduzir pensamentos alheios e tecer sobre eles análises superficiais e desinteressadas. Nesse sentido, decidi investigar como se dava a apropriação da prostituição pelas Políticas Públicas de Comunicação com enfoque no setor turístico. Isso ainda me parecia pouco, visto que há várias boas pesquisas sobre mídia e turismo, publicidade e turismo, *marketing* turístico, turismo sexual e prostituição, prostituição nos meios de comunicação, mulher, imagem e turismo, dentre outros.

No decorrer das leituras iniciais que fiz, pude perceber que os pesquisadores se preocupavam demasiadamente em expor sua indignação com algumas questões principais: a maneira pela qual a mulher brasileira foi historicamente retratada na publicidade oficial em âmbito turístico; o estímulo que isso deu ao crescimento do turismo sexual no país e suas conseqüências nefastas às crianças e aos adolescentes; o aumento da prostituição no Brasil, de modo que isso era discutido em linhas gerais, normalmente contrárias ao fenômeno, e; o que poderia ser feito para expulsar do território nacional a figura do turista sexual, tido como uma criatura repugnante e que, por conta disso, só trazia malefícios à nossa sociedade. A bem da verdade, em outros momentos da minha vida, eu também já pensei assim.

Por outro lado, um só olhar não faz ciência. Jamais poderia me submeter a um processo de monografia em que, no produto final, seus começo, meio e fim dissessem absolutamente a mesma coisa e não trouxessem sequer um só questionamento que, se não novo – pois a originalidade no saber é uma meta de difícil alcance –, tampouco fosse um mero clichê. Em um instante inicial desta monografia, confessei que meu interesse quanto às Políticas de Comunicação que lidassem com problemáticas referentes ao turismo sexual surgiu justamente de um trabalho sobre isso para a disciplina de Políticas de Comunicação²⁴, que cursei por um semestre da minha vida acadêmica. Naquela época, turismo sexual para mim era uma definição distante, que habitava o campo das minhas ideias apenas pelos exemplos provenientes da mídia, normalmente superficiais e enviesados. Prostituição, então,

²⁴ Lecionada por minha preciosa orientadora, Profa. Dra. Maria Aparecida de Sousa, de quem sempre gostei bastante e em quem não hesitei duas vezes antes de convidar a fazer parte deste projeto.

nem se fala! O conceito me era tão abstrato que, a fim de participar desse processo de investigação e, posteriormente, redigir este trabalho, eu não sabia nem por onde começar. Meus conhecimentos sobre o assunto restringiam-se a imaginar o horror que deveria ser o cotidiano de uma prostituta: alguém com uma situação socioeconômica deveras inferior à minha, cujo sustento mínimo dependia de manter relações sexuais com qualquer tipo de gente – que, por alguma razão (preconceituosa) eu usualmente vislumbrava, na minha consciência, como velhos gordos, sujos, fétidos e asquerosos. Questionava-me se valeria a pena tanto sofrimento em benefício de obter nada além de uns trocados após um ato sexual que deveria parecer interminável para a trabalhadora do sexo. Talvez as descobertas acerca da minha própria sexualidade – que me vieram tardias, por assim dizer – tenham me proporcionado, até aquele instante, pouca criatividade no que concernia às fantasias e performances que só uma prostituta seria capaz de materializar, com o fito de satisfazer seus clientes. Em suma, eu era um completo tolo quanto a todas essas temáticas. Hoje, assim espero, sou um pouco menos.

Princípios básicos de tese e antítese foram fundamentais para que eu sanasse esse problema ideológico e metodológico. Algo de sorte também. Lembro-me com carinho de um querido amigo e antropólogo brilhante que, certa feita, indagou-me: “Tu já leu algo da Rago²⁵?” Eu, “todo metido” a estudar prostituição tinha, no máximo, lido um ou dois textos retirados de obras dela, em disciplinas que abordavam subjetividade, gênero, sexualidade e proposições afins. Foi a partir “dessa tal” de Rago que comecei a desconstruir estigmas no tocante à imagem das prostitutas e, em um futuro próximo, ao turismo sexual. Da mesma forma, isso foi me conduzindo a outros autores que, tais quais aquela, desmistificavam a feição de mulher coitada, caída em desgraça, consuetudinariamente tão atribuída à prostituta: Inar de Sousa, Maria Dulce Gaspar²⁶, Ana Paula da Silva e Thaddeus Blanchette, dentre outros. Nesse sentido, moldamos o primeiro capítulo desta investigação com a finalidade de concatenar as reflexões que fizemos e apresentar ao leitor, da melhor forma possível, as múltiplas facetas que foram utilizadas ao longo da história para distinguir as prostitutas do restante da sociedade. E, desse modo, relegá-las do âmbito do convívio social.

Mostramos que o exercício da prostituição é conhecido, no senso comum, como “a profissão mais antiga do mundo” e que esse conceito foi contestado por alguns pesquisadores. Dialogamos com eles e verificamos que tal definição seria uma forma de atrelar a prostituição

²⁵ Margareth Rago, pesquisadora da história da prostituição na cidade de São Paulo, bastante citada por nós nesta monografia. E cuja leitura recomendamos sobejamente.

²⁶ Cujas obras sobre as garotas de programa cariocas é um clássico imperdível e passível de compra, atualmente, só através de sebos.

à própria existência da mulher. E observamos que isso concebeu à figura masculina, não coincidentemente, um poder incrível sobre o sexo oposto (visto como frágil), haja vista diversos males das sociedades terem sido atribuídos às mulheres em todas as épocas da existência humana.

Passeamos ao longo da história mundial, não com o intuito de esquematizarmos uma cronologia da função social da prostituta através dos tempos. Preferimos seguir um caminho no qual pudéssemos encontrá-la em vários períodos, é verdade, mas a fim de traçar paralelos entre eles e acompanhar criticamente o tratamento que era dispensado à meretriz em fases distintas da nossa evolução e em lugares diferentes do globo. Destarte, deparamo-nos com os emblemas cravados na prostituta, que iam desde a profissional mais antiga do mundo, como já dissemos, até: a destruidora de lares; o mal necessário; o fruto podre da imensa árvore do capitalismo, cuja raiz era o aprofundamento das desigualdades sociais; a vítima; a anônima que é lembrada pela sociedade somente no momento em que esta carece de um bode expiatório que pague por suas mazelas. Não obstante possa parecer que cada uma dessas impressões é independente e particular a uma época ou outra, elas na verdade estão entrelaçadas pelo fio que amarra a mulher ao segundo plano da agência social, ou mesmo abaixo disso.

Visando a modificar esse quadro, as prostitutas iniciaram sua luta por reconhecimento do Poder Público e redução das discriminações das quais eram alvo. Assim, buscaram organizar-se em associações de classe, ou seja, grupos de pressão direta relacionada ao Estado. Para se fortalecerem e evitarem dúvidas acerca da seriedade do trabalho que desenvolviam, tais agremiações promoveram encontros nacionais em que se discutiam Políticas Públicas dos seus interesses. Além disso, começaram a colaborar com todas as instâncias de governo (federal, estadual e municipal), bem como estabeleceram canais de diálogo com o próprio Estado. Isso ocorreu maneira que essas associações fossem imiscuidas, senão no planejamento, pelo menos no dia-a-dia de Políticas Públicas que lhes dissessem respeito em alguma proporção. Dessa forma, melhoravam, ainda que timidamente, a avaliação que a sociedade fazia delas.

O Brasil não ficou de fora desse contexto. Aqui surgiram diversas entidades em defesa de minorias, de parcelas da população que são objeto de algum ódio específico e, por conta disso, enfrentam inúmeros óbices no acesso à sua cidadania plena. Dentro desse escopo, a APROCE foi fundada para lutar pela afirmação da cidadania de mais de 3 mil mulheres em

todo o Estado. Mulheres que, majoritariamente, não se encontram trancadas dentro de uma pequena casa na Rua Capitão Uruguai, número 290, situada no Alto da Balança²⁷. Menos ainda se concentram na casa de Rosarina Sampaio (cujo endereço é mantido em sigilo por motivos óbvios). Ela mesma orientou-me que conversasse com as prostitutas nos locais sabidos em que elas faziam ponto. Essa recomendação uniu-se à boa vontade do taxista meu amigo, que trabalha preferencialmente no mesmo turno das prostitutas²⁸ e, gentilmente, informou-me onde elas eram mais “legais” e “limpeza” (palavras dele) e onde elas eram “mais chatas” e fechadas a dialogar com estranhos que não eventuais clientes.

Optamos por compreender especificamente o turismo sexual, no segundo capítulo, em vez da simples conceituação de turismo: acreditamos que esta, sozinha, seria incapaz de justificar o ingresso das prostitutas às suas Políticas de Comunicação. E porque, se assim o fizéssemos, ao final teríamos recaído em velhos estereótipos aos quais nos opomos e que queremos revisar. Dessa maneira, enveredamos de vez no surpreendente e emaranhado mundo do turismo sexual. Sua dinâmica é reveladora acerca da nossa própria sociedade, afinal, porque cinge todos os aspectos do sistema capitalista. O prazer é um produto que não é vendido exclusivamente em uma loja matriz. Está exposto na vitrina de um grande número de nações, dentre as quais algumas distinguem o modelo de cliente para quem aceitam vender e à que preço. E outras, onde qualquer um é aparentemente bem-vindo e em que um pouco menos de atenção do gerente facilita a atitude de alguns clientes de usufruírem produtos de qualquer tamanho.

Isso incentivou-nos a esmiuçar as muitas possibilidades de o turismo sexual se manifestar e ingerir-se no convívio social. Discorremos a respeito da exploração sexual infanto-juvenil que, sobretudo nos países em desenvolvimento, constitui-se em um problema gravíssimo, que vem sendo combatido em diversas frentes, por múltiplos atores sociais. Apresentamos também que o turismo sexual é acompanhado ainda pelo tráfico de seres humanos e até de drogas. Bem como a interação dele com a prostituição e seus desdobramentos.

Constantemente, trabalhadoras do sexo se envolvem afetivamente com turistas sexuais e procuram instrumentar sua paixão de forma que seus “príncipes encantados”, um belo dia,

²⁷ Frequentemente confundido com a Aerolândia, dada a proximidade entre ambos os bairros. O que fez com que eu me perdesse em cada uma das três vezes nas quais visitei a sede da APROCE.

²⁸ Isso tem uma justificativa interessante: muitos “gringos” criam uma relação de confiança com esse taxista. Daí, quando não querem se aventurar pela noite em busca de uma prostituta, transmitem-lhe a tarefa de trasladar uma ou mais com o perfil desejado, até o hotel ou a pousada onde estão hospedados.

levem-nas embora dos seus países – nos quais “vida fácil” pode ser uma reação à difícil sobrevivência. O perigo reside no fato de que boa parte desses visitantes é, na verdade, composta de representantes de organizações criminosas transnacionais de tráfico e escravidão de seres humanos, em particular advindos de comunidades em estado de vulnerabilidade social nas nações subdesenvolvidas. Assim, o resultado disso é que, em inúmeras ocasiões, uma quantidade elevada de mulheres, crianças e jovens escapam de uma circunstância socioeconômica em que são demasiadamente vilipendiados, mas que ainda assim é seu lar e no qual têm direitos assegurados pela Constituição, apesar de nem sempre cumpridos. E terminam partindo com destino a outra, completamente nova e desconhecida, onde sua sexualidade e sua força de trabalho serão exploradas sem que haja a menor possibilidade de resistência.

Naturalmente, há os casos de sucesso nesse meio, narrados por ex-prostitutas que hoje são mães de família, donas-de-casa ou trabalhadoras em outras áreas, que, por exemplo, fazem a fama da esposa brasileira no exterior como atenciosa aos afazeres domésticos, que não se queixa tanto do marido e habitualmente disposta a servi-lo na cama com carinho, sensualidade à flor da pele e um calor humano raramente encontrado entre os naturais dos países ricos. Portanto, o segundo capítulo desta monografia foi ao encontro do primeiro referente ao fato de que, em ambos, busquei interatuar múltiplos autores para que minhas próprias considerações fossem bem fundamentadas.

Em relação ao terceiro e último capítulo, iniciamo-lo explicando o que seriam Políticas Públicas de Comunicação. Prosseguindo, contextualizamos ao(à) leitor(a) as demandas que nelas são depositadas, em benefício da democratização dos meios de comunicação e da liberdade de expressão. Fornecemos fatos e dados que corroboram a máxima de José Arbex Jr., enunciada em entrevista ao jornal Folha de São Paulo, há 10 anos: “Liberdade de imprensa virou liberdade de empresa.” (ARBEX JR. *in*: PAIVA, 2001). Com isso, quisemos emergir a discussão relativa à implementação de um marco regulatório das comunicações no Brasil, precedente indispensável para a construção de Políticas de Comunicação pela e para a sociedade, fomentadas no próprio interesse desta e amparadas pelo Estado. Realizamos a interlocução entre estudiosos do assunto, majoritariamente críticos à não regulação da produção de informação no Brasil e à omissão do Estado nesse sentido, mesmo sabendo que aquela é uma determinação constitucional.

Apresentamos, ainda, números que comprovam que os meios de comunicação no Brasil não são tratados como uma concessão pública, mas sim, estão há décadas sob o domínio de grandes conglomerados empresariais – dos quais uma alta quantidade de políticos é sócia, porque não pode ser, oficialmente, a dona. Esses veículos de comunicação são geridos, por conseguinte, em prol de interesses privados. Com efeito, isso tem prejudicado a atuação dos movimentos sociais, cujos anseios comumente se chocam com os daqueles. Assim, o direito ao contraditório em meio a tantas informações divulgadas diariamente pela mídia, muitas vezes fica relegado a segundo plano, haja vista o desprezo dela por essa causa e o pouco alcance e apelo popular das vozes dissonantes. Admitimos que avanços foram obtidos, derivados das pressões de movimentos sociais e alguns parlamentares que, coadunados, “tiram leite de pedra”, conforme a sabedoria popular. Em todo caso, tais avanços continuam insuficientes para que se possa afirmar com segurança que a produção e divulgação de conteúdo no Brasil são realmente motivo de orgulho da nossa democracia.

Dando continuidade ao capítulo, expusemos que isso implicava a predominância de um pensamento único nas Políticas Públicas de Comunicação, ou seja, elaboradas e promovidas pelo Estado brasileiro ou por nossos governos, no que se refere a certos temas específicos. Dentre os quais, o turismo sexual. Argumentamos que a urgência de se cuidar da integridade moral, física e sexual das nossas crianças e dos nossos adolescentes – vitimados pela exploração sexual da pedofilia, tão inserida no âmbito do turismo sexual –, remanejou as prostitutas a uma participação quase nula na montagem e até na “cara” das Políticas de Comunicação com enfoque no turismo sexual, qual seja a publicidade e a propaganda.

Com o fito de assumir essa discussão, ampliamos o número de obras consultadas por nós e descobrimos que a causa disso vinha de períodos em que o turismo de pedofilia, no Brasil, não era considerado tão alarmante. Debruçamo-nos sobre novas informações, que nos mostraram o papel nocivo do próprio Estado brasileiro na promoção da imagem do nosso país como um paraíso tropical, absurdamente carnavalesco e permissivo ao ponto de difundi-lo mundo afora como um ambiente em que a devassidão era saudada até pelo Poder Público. O pior disso tudo foi que sua consecução veio, em nível demasiado significativo, à custa da imagem da mulher brasileira, a qual se tornou símbolo das nossas belezas naturais e dos nossos atrativos culturais a partir da sua nudez – principalmente, através da popularização da “bunda” como uma paixão nacional tão forte como o futebol.

Com o objetivo de conhecermos a opinião das prostitutas a esse respeito, estendemos os horizontes da nossa pesquisa. Isso também aconteceu dentro da perspectiva de sabermos quais alterações elas poderiam propor à imagem da prostituição nas Políticas Públicas de Comunicação que tratavam do turismo sexual. Para isso, fomos à APROCE e colhemos informações valiosas com sua mais conhecida representante, Rosarina Sampaio. Ela mesma nos apontou que deveríamos visitar a noite fortalezense, a “zona” onde se concentravam algumas dos milhares de trabalhadoras do sexo que compõem a entidade. Lá, tivemos contato com prostitutas que nos cederam um pouco das suas compreensões concernentes aos questionamentos apresentados e possibilitaram-nos elaborar um parecer à nossa “pergunta de partida”.

A nossa ida a campo, contudo, não se resumiu a conferir o exercício da prostituição e do turismo sexual na vida noturna de Fortaleza. Nos feriados do Ano Novo, em Recife, e Carnaval, em Florianópolis²⁹, pudemos constatar que o Governo Federal vem efetivamente investindo contra a exploração sexual de crianças e adolescentes, principalmente cometida por estrangeiros, através de diversas frentes. Dentre as quais, as Políticas de Comunicação interministeriais, que culminaram, por exemplo, no programa Turismo Sustentável e Infância, aqui já aprofundado. Averigüei, também, que esse e outros projetos do Governo no tocante ao assunto não contemplam a discriminação contra a mulher e, como efeito, abstêm-se de investigar a fundo o debate, isto é, chegando até o preconceito contra as trabalhadoras do sexo. Ainda que exista hoje uma Secretaria com *status* de ministério, no plano federal, focada exclusivamente no desenvolvimento de Políticas Públicas que estimulem a inclusão social da mulher, ela pouco ou nada surge diretamente entre os outros órgãos semelhantes que se organizam entre si e constroem, conjuntamente, a publicidade oficial a respeito do turismo e da sua vertente erótica.

Quando o gênero feminino foi incorporado a uma Política Pública de Comunicação promotora da atividade turística no Brasil, isso se deu da pior maneira possível e só auxiliou a reforçar a condição de inferioridade da mulher na nossa sociedade. O problema não gira só em torno de que as brasileiras possam ter adquirido uma imagem de promíscuas no exterior, mas também na hipocrisia com que a profissão da prostituta é tratada. Uma mulher adulta é a única dona do seu desejo e das potencialidades do seu corpo, em particular concernentes ao sexo. Inclusive a nossa Constituição Federal reconhece isso em suas entrelinhas, quando não

²⁹ Apesar de não termos viajado em nome desta pesquisa.

condena a prostituição individual, sem que haja exploração com fins de lucro para terceiros. O que se verifica, na verdade, é que tais Políticas, em outros tempos, abriram caminho para que se pregasse, na mulher brasileira, um distintivo de cidadã de segunda classe. Por conseguinte, a trabalhadora do sexo estaria bem abaixo disso, o que a conserva à margem das categorias profissionais vistas com respeito e aceitas pela sociedade em determinadas medidas.

Sem a atuação corajosa e exemplar de ONGs como a APROCE, que lutam constante e incansavelmente pela cidadania das mulheres prostitutas, esse quadro provavelmente seria bem pior. É preciso, portanto, que as múltiplas instâncias do poder reconheçam o direito dessa comunidade em funcionar no mercado do prazer interno e transnacional e agreguem-nas às Políticas Públicas de Comunicação inseridas nessa temática. Sem que isso interfira negativamente naquelas de proteção do público infanto-juvenil. Direitos Humanos são uma questão de Estado. Então, que sua promoção dispense os pudores - por vezes fingidos - e os preconceitos eivados em parcela significativa da nossa população.

As "meninas" querem respeito à sua condição de mulher livre, agente social, a fim de, conseqüentemente, obterem respeito ao seu papel de prostitutas. Por isso, são mais válidas e eficientes para elas Políticas de Comunicação que as promovam como sujeitos – de direitos, autônomos, imprescindíveis à existência própria da sociedade, pela qual ainda são usualmente julgadas e censuradas. Por que negar-lhes o direito de emergirem na mídia como são e evidenciarem que, ao contrário do que pensam muitas pessoas, suas práticas não obrigatoriamente condizem com outras, nocivas ao bem-estar da sociedade?

Não sugerimos que o Governo Federal comece a distribuir cartazes ou entregar panfletos ao redor do planeta convidando turistas estrangeiros para vir ao Brasil se deliciarem, entre outros atrativos, com nossas mulheres maiores de idade e que se sentem realizadas como trabalhadoras do sexo. Isso seria repetir políticas equivocadas e cujas reações negativas já explanamos amplamente neste estudo. Mas que se produza, isso sim, uma Política de Comunicação que emancipe a meretriz como colaboradora no enfrentamento à exploração sexual infanto-juvenil e, desse modo, ela seja reintroduzida no imaginário popular. Não como uma cidadã de segunda ou até terceira classe. Mas sim, como mulher, trabalhadora, politizada, consciente dos seus direitos e também dos seus deveres perante a sociedade e que, ao invés de

defender a maldade cometida contra crianças e jovens, é, em contrapartida, uma aliada na luta contra ela.³⁰

Quebrar preconceitos e propor novos paradigmas às relações sociais é sim um atributo do Estado. Especialmente, quando sob a administração de uma coalizão progressista em matéria de Direitos Humanos e aberta à interlocução com os movimentos sociais, como é o caso do Brasil hoje. Gestão, aliás, capitaneada por uma mulher, bem como repleta de sensibilidade social e em que um terço dos ministérios é liderado por mulheres.

³⁰ Ora, que mal haveria uma prostituta em um vídeo institucional do programa Turismo Sustentável e Infância, por exemplo, declarando algo como: "Eu me chamo Fulana, sou trabalhadora do sexo e sou contra a exploração sexual de crianças e adolescentes. Você, turista sexual que vem ao Brasil, por que não procura alguém do seu tamanho? A não ser que você seja um covarde e um criminoso."? E a essa reflexão se somariam os alertas habituais dos efeitos penais para quem insistir em desacatar a lei, bem como o telefone do Disque Denúncia – 100. Ou ainda, uma campanha através da qual as trabalhadoras do sexo informassem publicamente suas colegas de profissão quanto aos perigos implícitos nas promessas de muitos "gringos" que, na verdade, não passam de representantes de organizações criminosas dedicadas ao tráfico de seres humanos – e que seriam escravizados em países desenvolvidos? Claro que esses exemplos não configuram uma Política de Comunicação completa e tratam-se apenas de esboços – talvez, para alguns, até polêmicos – de peças publicitárias. O que defendemos, enfim, é que o assunto seja incorporado aos debates em torno das Políticas de Comunicação para o turismo no Brasil e disso resulte uma solução melhor que a indiferença constatada ultimamente.

Referências Bibliográficas

A **Aproce**. Disponível em: <http://aproce.blogspot.com/2006/12/aproce.html>. Acessado em: 12 de setembro de 2010.

ADAMS, Henry *apud* DIGGINS, John Patrick. **Max Weber: a política e o espírito da tragédia**. Disponível em: <http://books.google.com/books?hl=pt-BR&lr=&id=nJsDldUTTbYC&oi=fnd&pg=PA11&dq=%22Diggins%22+%22Max+Weber:+a+pol%C3%ADtica+eo+esp%C3%ADrito+da+trag%C3%A9dia%22+%&ots=KTidTqSyLk&sig=H6P-tirFs49QNgh6F2wt4CK3v1M#PPA192,M1>. Acessado em: 5 de setembro de 2010.

ALFONSO, Louise Prado. **EMBRATUR: formadora de imagens da nação brasileira**. Campinas: [s. n.], 2006. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=vtls000380103>. Acessado em: 22 de fevereiro de 2011.

ALVAREZ, Gabriel Omar; RODRIGUES, Marlene Teixeira. **Prostitutas cidadãos: movimentos sociais e políticas de saúde na área de HIV/AIDS**. Revista de Ciências Sociais, 2001: Vol. 32. nº. 1/2. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/23190713/Prostitutas-Cidadas>. Acessado em: 9 de fevereiro de 2011.

AMORIM DE OLIVEIRA, Marcos *apud* GÓES, Ana Beatriz do Nascimento; OLIVEIRA, Rose Mary Gomes de. **Turismo Sexual: uma reflexão crítica**. Disponível em: http://www.feapa.com.br/dinamicportal/artigos/TURISMO_SEXUAL.pdf. Acessado em: 18 de setembro de 2010.

ANDRADE, Mário de. **Amar, verbo intransitivo – idílio**. 16ª Ed. Belo Horizonte: Villa Rica, 1995.

ARBEX JR, José *in*: PAIVA, Marcelo Rubens. **“Liberdade de imprensa virou liberdade de empresa”, diz escritor**. Folha Ilustrada, 2001. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u18584.shtml>. Acessado em: 25 de maio de 2011.

Associações de Classe. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/c-geral/ong/item08.htm>.

Acessado em: 12 de setembro de 2010.

AUGUSTÍN, Laura M^a. **La industria del sexo, los migrantes y la familia europea.**

Cadernos Pagu: n° 25. Campinas: Editora da Unicamp, 2005. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332005000200005.

Acessado em: 26 de setembro de 2010.

AZEVEDO, Álvares. **Noite na taverna.** 21^a Ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

BARBOSA, Bia. **Brasil ainda carece de políticas públicas de comunicação.** Agência Carta Maior, 2005. Disponível em:

<http://www.midiaindependente.org/pt/red/2005/08/327157.shtml>. Acessado em: 27 de

novembro de 2010.

BARRETTO, Margarita *in*: BEM, Arim Soares do. **A dialética do turismo sexual.** Coleção Turismo. Campinas: Papyrus Editora, 2005.

BELLENZANI, Renata; MALFITANO, Ana Paula Serrata. **Juventude, vulnerabilidade social e exploração sexual: um olhar a partir da articulação entre Saúde e Direitos Humanos.** Saude soc. (online), 2006: Vol. 15, n° 3. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v15n3/10.pdf>. Acessado em: 24 de setembro de 2010.

BEM, Arim Soares do. **A dialética do turismo sexual.** Campinas: Papyrus Editora, 2005.

BOUERI, Rodrigo Miguel. **Turismo e exploração sexual infanto-juvenil: Fortaleza – CE (Brasil).** Monografias.com, 2004. Disponível em:

<http://br.monografias.com/trabalhos3/turismo-exploracao-sexual/turismo-exploracao-sexual.shtml>. Acessado em: 29 de outubro de 2010.

BOZON, Michel. **Sociologia da sexualidade.** Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BRAGA JÚNIOR, Walter Carvalho. **Concubinato, amasiamento e prostituição no Ceará do final do período Colonial (1790-1820)**. Disponível em:

<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&ID=97>. Acessado em: 10 de setembro de 2010.

BRANCO, Mariana. **Especial Turismo Sexual**. Correio Braziliense. Disponível em:

<http://www.correioweb.com.br/especiais/turismosexual/comofunciona.htm>. Acessado em: 15 de novembro de 2010.

BRASIL, Jaime. **História da prostituição**. Disponível em:

<http://www.antropologia.com.br/pauloapgaua/trab/prosti.PDF>. Acessado em: 3 de setembro de 2010.

BRASIL, Mariana *in*: SALES, Iracema. **Entrevista. Sonho de achar o grande amor**.

Fortaleza: Diário do Nordeste, 2007. Disponível em:

<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=399482>. Acessado em: 17 de novembro de 2010.

BUENO, Wilson da Costa. **Política de Comunicação não é para qualquer empresa**.

Disponível em:

<http://portalimprensa.uol.com.br/colunistas/colunas/2008/08/07/imprensa266.shtml>. Acessado em: 27 de novembro de 2010.

CALAÇA, Eduardo Brunno da Silva. **Comunicação e turismo: uma abordagem crítica sobre o turismo sexual na mídia**. V Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL (SeminTUR). Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2008. Disponível em:

http://www.ucs.br/ucs/tpIVSeminTur%20/posgraduacao/strictosensu/turismo/seminarios/sem_i_n_tur/arquivos/gt09-03.pdf. Acessado em: 18 de fevereiro de 2011.

CAMINHA, Pero Vaz de. **A Carta**. Disponível em:

<http://www.cce.ufsc.br/~nupill/literatura/carta.html>. Acessado em: 6 de setembro de 2010.

CEARÁ. SECRETARIA DO TURISMO (SETUR). **Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR/CE**. Palestra. Fortaleza: Sistema FIEC, 2002.

Disponível em:

http://www.sfiec.org.br/palestras/turismo/Palestra_PRODETUR_arquivos/frame.htm.

Acessado em: 23 de outubro de 2010.

CERQUEIRA SANTOS, Elder *et. al.* **Exploração sexual de crianças e adolescentes: uma análise comparativa entre caminhoneiros clientes e não-clientes do comércio sexual.**

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v21n3/v21n3a13.pdf>. Acessado em: 19 de setembro de 2010.

CLARKSON, F. Arnold *et. al.* **History of prostitution.** Disponível em:

<http://www.pubmedcentral.nih.gov/articlerender.fcgi?artid=537482>. Acessado em: 2 de setembro de 2010.

Código de Hamurábi. Disponível em: <http://www.culturabrasil.org/codigodehamurabi.htm>.

Acessado em: 4 de setembro de 2010.

Código Penal in: Vade Mecum Saraiva 2010. 9ª Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO QUE INVESTIGA A PRÁTICA DE TURISMO SEXUAL EM FORTALEZA. **Relatório Final.** Fortaleza: Câmara Municipal de Fortaleza, 2002. Disponível em:

http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/a_pdf/r_cpi_turismosexual_ceara.pdf. Acessado em: 29 de outubro de 2010.

CORRÊA DE MATOS, Haroldo *apud* PIERANTI, Octavio Penna; MARTINS, Paulo Emílio Matos. **Políticas públicas para as comunicações no Brasil: adequação tecnológica e liberdade de expressão.** Rio de Janeiro: Revista de Administração Pública, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n2/05.pdf>. Acessado em: 27 de novembro de 2010.

COSTA, Ronaldo Pamplona da *apud* SOUSA, Ilnar de. **O cliente: o outro lado da prostituição.** São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto, 1998.

Constituição da República Federativa do Brasil in: Vade Mecum Saraiva 2010. 9ª Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

DAMATTA, Roberto. **O que é o Brasil?** Coleção Cidadania. Rio de Janeiro: Rocco Jovens Leitores, 2004.

DA SILVA, Ana Paula; BLANCHETTE; Thaddeus. “**Nossa Senhora da Help**”: **sexo, turismo e deslocamento transnacional em Copacabana**. Cadernos Pagu: nº 25. Campinas: Editora da Unicamp, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n25/26529.pdf>. Acessado em: 12 de fevereiro de 2011.

DE LIMA, Eliomar. **Revista portuguesa diz que Fortaleza é paraíso do turismo sexual**. Disponível em: <http://blog.opovo.com.br/blogdoeliomar/revista-portuguesa-diz-que-fortaleza-e-paraíso-do-turismo-sexual/>. Acessado em: 5 de dezembro de 2010.

_____. **Estrangeiros dão “dicas” a compatriotas sobre turismo para fins sexuais em Fortaleza**. Disponível em: <http://blog.opovo.com.br/blogdoeliomar/estrangeiros-dao-%E2%80%9Cdicas%E2%80%9D-a-compatriotas-sobre-turismo-para-fins-sexuais-em-fortaleza/>. Acessado em: 5 de dezembro de 2010.

DIAS DA SILVA, Heloiza *et. al.* **Política de comunicação**. Brasília: Embrapa – Assessoria de Comunicação Social, 2002. Disponível em: <http://www.embrapa.br/publicacoes/institucionais/polcomembrapa.pdf>. Acessado em: 27 de novembro de 2010.

DIAS FILHO, Antonio Jonas. **As mulatas que não estão no mapa**. Cadernos Pagu: nº 6-7. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. Disponível em: <http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.pagu.unicamp.br/files/pagu06.04.pdf>. Acessado em: 24 de setembro de 2010.

Disque 100 registra 52 mil denúncias de violência sexual contra crianças em oito anos. Agência Brasil/Portal R7, 2010. Disponível em: <http://noticias.r7.com/brasil/noticias/disque-100-registra-52-mil-denuncias-de-violencia-sexual-contra-criancas-em-oito-anos-20110518.html>. Acessado em: 19 de maio de 2011.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2ª Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma História dos costumes.** Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

FEIJÓ, Fernando Cazarredo. **O ambiente da prostituição ligado ao turismo brasileiro: turismo sexual ou prostiturismo.** Disponível em:

<http://www.fernandofeijo.com/AMBIENTE%20DA%20PROSTITUICAO.pdf>. Acessado em: 24 de setembro de 2010.

FOUCAULT, Michel *apud* SOUSA, Ilnar de. **O cliente: o outro lado da prostituição.** São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto, 1998.

GARCIA, Wilton. **Corpo, mídia e representação: estudos contemporâneos.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

GASPAR, Maria Dulce. **Garotas de programa: prostituição em Copacabana e identidade social.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

GOMES, Pedro G. *apud* LIEDTKE, Paulo Fernando. **O movimento pela democratização da comunicação no Brasil: os embates entre o Estado, as empresas de mídia e a sociedade civil.** Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia.

Florianópolis: UFSC, 2007. Disponível em:

http://www.sociologia.ufsc.br/npms/paulo_liedtke.pdf. Acessado em: 27 de novembro de 2010.

GOHN, Maria da Glória. **Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina.** Caderno CRH: Vol. 1, nº 54. Salvador: 2008. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v21n54/03.pdf>. Acessado em: 28 de junho de 2011.

GONZAGA DE SOUSA, Luiz. **Sociologia da prostituição.** Disponível em:

<http://www.eumed.net/libros/2006a/lgs-etic/1e.htm>. Acessado em: 2 de setembro de 2010.

Governo amplia atendimento do Disque 100 para idosos, LGBT e moradores de rua.

Cena G, 2010. Disponível em: http://cenag.uol.com.br/noticias_ler.php?id=NDQwOA==.

Acessado em 27 de dezembro de 2010.

GRANDE, Antônia *apud* SANTOS, Francisco Gleidson Vieira dos; SOARES, Simone Simões Ferreira. **A Pomba-Gira no imaginário das prostitutas. Sobral: Revista Homem, Tempo e Espaço, 2007.** Disponível em: http://www.uvanet.br/rhet/artSet2007/pomba_gira_fs.pdf. Acessado em: 10 de setembro de 2010.

GUIMARÃES, Maria José Bacelar. **Entrevista. Brasil – Turismo sexual é mais intenso no litoral.** Agência de Informação Frei Tito para América Latina (ADITAL), 2008. Disponível em: <http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=32142>. Acessado em: 24 de setembro de 2010.

HEAD, Tom. **Prostitution – an illustrated history and timeline.** Disponível em: <http://civilliberty.about.com/od/gendersexuality/tp/History-of-Prostitution.htm>. Acessado em: 2 de setembro de 2010.

JARDIM, Gabriel de Sena. **Mulheres postadas: representações do feminino em cartões-postais publicitários (1900-1950/2000-2008).** Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. Disponível em: http://www.psicologia.ufrj.br/pos_eicos/pos_eicos/arqanexos/arqteses/gabrielsenajardim.pdf. Acessado em: 18 de fevereiro de 2011.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **Cultura e lazer (1945-1960) in:** SOUSA, Simone de. (Org.). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000 *apud* RAMOS, Lidiane da Costa. **Mucuripe: verticalização, mutações e resistências no espaço habitado.** Fortaleza, 2003. Disponível em: <http://www.prodema.ufc.br/dissertacoes/071.pdf>. Acessado em: 11 de setembro de 2010.

LEAL, Maria Lúcia Pinto *apud* BELLENZANI, Renata; MALFITANO, Ana Paula Serrata. **Juventude, vulnerabilidade social e exploração sexual: um olhar a partir da articulação entre Saúde e Direitos Humanos.** Saude soc. (online), 2006: Vol. 15, nº 3. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v15n3/10.pdf>. Acessado em: 18 de setembro de 2010.

_____. *in:* **Ascensão econômica não reduz exploração sexual de adolescentes, diz especialista.** UnB Agência. Brasília, 2010. Disponível em:

<http://www.unb.br/noticias/unbagencia/cpmod.php?id=64608>. Acessado em: 7 de dezembro de 2010.

Lei proíbe cartões-postais com mulheres seminuas no Rio. Folha Online, 2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u115411.shtml>. Acessado em: 21 de abril de 2011.

LIMA, Venício A. de. **Política de Comunicações: o balanço dos governos Lula.** Carta Maior. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=4902. Acessado em: 13 de dezembro de 2010.

_____. **Marco regulatório: mais de duas décadas depois.** Carta Maior. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=5019. Acessado em: 12 de abril de 2011.

LIEDTKE, Paulo Fernando. **O movimento pela democratização da comunicação no Brasil: os embates entre o Estado, as empresas de mídia e a sociedade civil.** Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia. Florianópolis: UFSC, 2007. Disponível em: http://www.sociologia.ufsc.br/npms/paulo_liedtke.pdf. Acessado em: 3 de dezembro de 2010.

LOBATO, Elvira. **Políticos controlam 24% das TVs do país.** Folha de São Paulo. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u23172.shtml>. Acessado em: 3 de dezembro de 2010.

LOPES, Thiago. **Como ter uma Fan Page do Facebook? Aliás, o que é uma Fan Page?** Publicidade na Internet, 2011. Disponível em: <http://publicidadenainternet.andaxi.com/como-ter-uma-fan-page-do-facebook-alias-o-que-e-fan-page/>. Acessado em: 09 de fevereiro de 2011.

MAIA, Bismarck *apud* INÊS, Carmem; CIBELY, Maria. **Turismo: Cid assina nesta quinta (25) contrato com o BID.** Assessoria de Imprensa da SETUR, 2010. Disponível em:

<http://www.tvceara.ce.gov.br/noticias/turismo-cid-assina-nesta-quinta-25-contrato-com-o>.

Acessado em: 25 de novembro de 2010.

MATTOS, Laura. **Donos de TV atuam em comissão da Câmara**. Folha de São Paulo, 2003.

Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u48226.shtml>. Acessado em:

3 de dezembro de 2010.

MENEZES, Aline. **MDS reforça campanha contra exploração sexual no Brasil**.

ASCOM/MDS, 2010. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/noticias/mds-reforca-campanha-contra-exploracao-sexual-no-brasil>.

Acessado em 17 de janeiro de 2011.

MENEZES, César *in*: Jornal da Globo. **Turismo sexual: guias convidam turistas ao Brasil**.

Fortaleza/Natal/São Paulo: Rede Globo de Televisão. Exibido em: 8 de março de 2006.

Disponível em: <http://video.globo.com/Videos/Player/Noticias/0,,GIM426198-7823,00.html>.

Acessado em: 5 de dezembro de 2010.

MININI, Regina apud SANTOS FILHO, João dos. **Embratur omite a verdade, sobre a**

história do turismo: faz leitura “politicista” dos fatos. Revista Espaço Acadêmico, 2007:

nº 68, Ano VI. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/068/68jsf.htm>. Acessado

em: 18 de fevereiro de 2011.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Caderno de propostas estratégicas de organização**

turística das cidades-sede da Copa do Mundo – 2014. Disponível em:

http://www.cet.unb.br/turismoeinfancia/portal/attachments/article/42/MTur_Proposta_Estrategica_para_a_COPA_2014_de_Futebol.pdf. Acessado em: 9 de fevereiro de 2011.

_____. **Campanha TSI 1**. YouTube, 2011. Disponível em:

http://www.youtube.com/watch?v=s_BeIv_tCVQ&feature=channel_video_title. Acessado

em: 14 de janeiro de 2011.

_____. **Gol Pela Vida**. Facebook. Disponível em: <http://www.facebook.com/golpelavida>.

Acessado em: 9 de fevereiro de 2011.

_____. **Gol Pela Vida!** Orkut. Disponível em:
<http://www.orkut.com.br/Main#FullProfile?rl=pcb&uid=17077471123094204426>. Acessado em: 9 de fevereiro de 2011.

_____. **Um Gol Pela Vida.** Twitter. Disponível em: <http://twitter.com/#!/gopelavida>. Acessado em: 9 de fevereiro de 2011.

MONTEIRO, Francisco. **Trilhas e memórias do mundo da cancela.** Revista Fênix de História e Estudos Culturais, 2005. Disponível em:
<http://www.revistafenix.pro.br/PDF3/Artigo%20Francisco%20Monteiro.pdf>. Acessado em: 11 de setembro de 2010.

MOURA, Ana Débora Assis; PINHEIRO, Ana Karina Bezerra; BARROSO, Maria Grasiela Teixeira. **Realidade vivenciada e atividades educativas com prostitutas: subsídios para a prática de enfermagem.** Disponível em:
http://www.eean.ufrj.br/revista_enf/20093/artigo%2019.pdf. Acessado em: 20 de março de 2010.

PAIS, José Machado. **A prostituição na Lisboa boémia dos inícios do século XX.** Disponível em: <http://www.apis.ics.ul.pt/SendDoc.aspx?d=1115&q=9320>. Acessado em: 6 de setembro de 2010.

PATRUCCO, Luis (Coord.). **Código de Ética Mundial para o Turismo.** Porto Alegre: FUNDATEC/Câmara de Turismo do Rio Grande do Sul, 2000. Disponível em:
http://www.unwto.org/ethics/full_text/en/pdf/Brazil.pdf. Acessado em: 25 de novembro de 2010.

PEREIRA, Armando *apud* ANDRADE, Ivanise. **Prostituição e exploração: comercialização de sexo jovem.** Disponível em:
<http://www.caminhos.ufms.br/reportagens/view.htm?a=45>. Acessado em: 3 de setembro de 2010.

PESQUISA SOBRE A EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO-JUVENIL NO TURISMO DE FORTALEZA. **Relatório final.** Fortaleza: Prefeitura de Fortaleza, 2008. Disponível em:

http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/programas_acoes/programa_sustentavel_infancia/downloads_tsi/Pesquisa_SetFOR.pdf. Acessado em: 6 de dezembro de 2010.

PIERANTI, Octavio Penna; MARTINS, Paulo Emílio Matos. **Políticas públicas para as comunicações no Brasil: adequação tecnológica e liberdade de expressão**. Rio de Janeiro: Revista de Administração Pública, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n2/05.pdf>. Acessado em: 27 de novembro de 2010.

PINHO, Érika Bezerra de Meneses. **No amor e na batalha – memórias afetivas de mulheres prostitutas**. OPSIS: Revista do NIESC (Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas e Estudos Culturais). Dossiê Gênero e Cultura. Universidade Federal de Goiás, Campus Catalão. Vol. 6. Catalão-GO, 2006. Disponível em: <http://www.catalao.ufg.br/historia/revistaopsis/arqpdf/OPSIS2006.pdf>. Acessado em: 12 de setembro de 2010.

PISCITELLI, Adriana *apud* SANTOS, Carla Eleuterio Felipe dos. **E quando o sexo é o destino final? Uma análise sobre sexualidade e migrações internacionais**. Fazendo Gênero. Vol. 8. Florianópolis, 2008. Disponível em: http://www.fazendogenero8.ufsc.br/sts/ST65/Claudia_Eleuterio_Felipe_dos_Santos_65.pdf. Acessado em: 24 de setembro de 2010.

PISCITELLI, Adriana. **Sexo tropical em um país europeu: migração de brasileiras para a Itália no marco do “turismo sexual” internacional**. Florianópolis: Revista de Estudos Feministas, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v15n3/a14v15n3.pdf>. Acessado em: 15 de novembro de 2010.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)**. 2ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008, p. 14.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

RICCORDI, Paulo de Tarso *apud* TRESKA, Laura Conde. **Práticas locais de políticas públicas de comunicação**. UNRevista: Vol. 1, nº 3. São Paulo, 2006. Disponível em:

http://www.unirevista.unisinos.br/_pdf/UNIrev_Tresca.PDF. Acessado em: 5 de dezembro de 2010.

ROBERTS, Nickie *apud* TRIZOLI, Talita; PUGA, Vera Lúcia. **Estudos e representações artísticas da noiva e da prostituta – séculos XIX a XXI**. Disponível em:

<http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/viewFile/3841/2846>. Acessado em 5 de setembro de 2010.

RODRIGUES, Valter A. **Poder e [impotência] da mídia: a alegria dos homens tristes**. *in*: BARROS FILHO, Clóvis (Org.). **Comunicação na pólis: ensaios sobre mídia e política**. 2ª Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2003.

SANTO AGOSTINHO *apud* BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**.

Tradução de Sérgio Millet. 4ª Ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/12988166/O-Segundo-Sexo-Vol-1-Simone-de-Beauvoir>. Acessado em: 4 de setembro de 2010.

SANTOS, Suzy dos; CAPPARELLI, Sérgio. **Coronelismo, radiodifusão e voto: a nova face de um velho conceito**. Disponível em:

http://www.pos.eco.ufrj.br/docentes/publicacoes/suzy_coronelismo.pdf. Acessado em: 3 de dezembro de 2010.

SILVA, Tatiana Amaral; ÁVILA, Marco Aurélio. **Turismo sexual e exploração sexual infantil: uma análise da atuação do programa sentinela em Ilhéus**. *Revista de Turismo y Patrimonio Cultural Pasos*: Vol. 8., nº 1. Disponível em:

www.pasosonline.org/Publicados/8110/PS0110_14.pdf. Acessado em: 19 de setembro de 2010.

SIQUEIRA, Euler David de. **Para uma etnografia do cartão-postal: destaque para a garota carioca**. IV SeminTUR – Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL.

Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2006. Disponível em:

<http://www.editoraufjf.com.br/revista/index.php/TeoriaeCultura/article/viewFile/1120/924>.

Acessado em: 22 de fevereiro de 2011.

SOUSA, Cida de. **Políticas de Comunicação e Sociedade Democrática: o papel da comunicação no desenvolvimento social.** *in:* O Público e o Privado. Fortaleza: UECE, 2009.

SOUSA, Ilnar de. **O cliente: o outro lado da prostituição.** São Paulo: Annablume;

Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto, 1998.

STONE, Merlin *apud* SWAIN, Tania Navarro. **Banalizar e naturalizar a prostituição:**

violência social e histórica. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/7276257/Banalizar-e-Naturalizar-a-Prostituicao>. Acessado em: 3 de setembro de 2010.

STUMPF, Ida Regina C. *in:* DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** 2ª Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2006.

SWAIN, Tania Navarro. **Banalizar e naturalizar a prostituição: violência social e**

histórica. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/7276257/Banalizar-e-Naturalizar-a-Prostituicao>. Acessado em: 2 de setembro de 2010.

THERBORN, Goran. **Sexo e poder: a família no mundo – 1900-2000.** *Tradução de Elizabeth Dória Bilac.* São Paulo: Contexto, 2006.

TORRES, Alessandro *in:* Jornal Nacional. **Autoridades afirmam ser difícil combater o turismo sexual em Fortaleza.** Fortaleza/São Paulo: Rede Globo de Televisão. Exibido em: 18 de maio de 2009. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=2pSjr2sNdvY>. Acessado em: 1º de novembro de 2010.

TOURAINÉ, Alain. **O mundo das mulheres.** *Tradução de: Francisco Morás.* Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

Turismo Sustentável e Infância. Disponível em:

<http://www.cet.unb.br/turismoeinfancia/entrada/index.php>. Acessado em: 6 de dezembro de 2010.

Vice-governador do Ceará reúne-se domingo, em Lisboa, com investidores. Portugal Digital, 2004. Disponível em:

<http://www.portugaldigital.com.br/noticia.kmf?cod=2399865&canal=159>. Acessado em: 17 de novembro de 2010.

ZANCHETT, Nicéas Romeo. **Os bordéis na vida e nas artes**. Disponível em:

<http://www.textolivre.com.br/artigos/8638-os-bordeis-na-vida-e-nas-artes>. Acessado em: 4 de setembro de 2010.